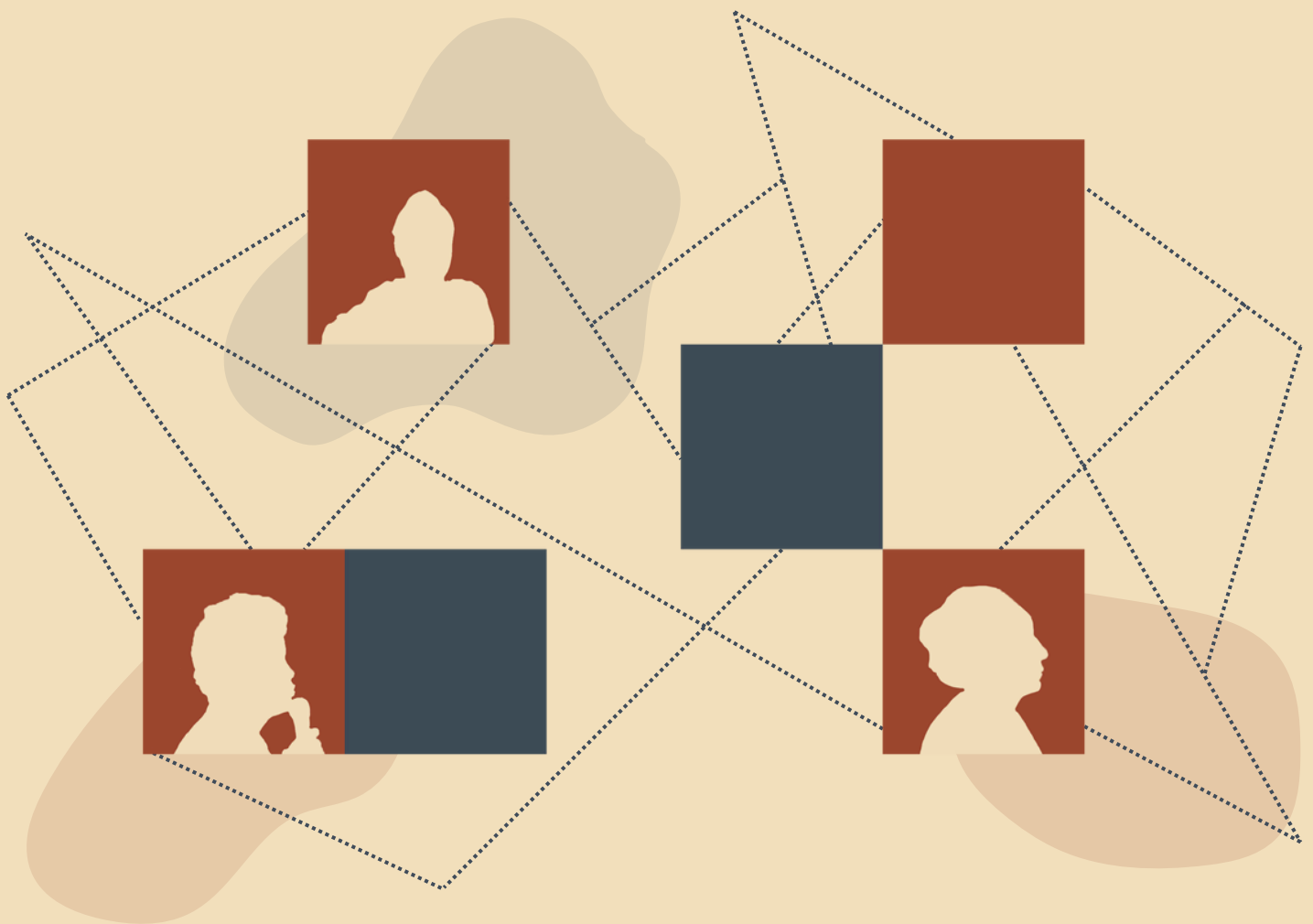


Stefany Andrade Fontes

# PERCURSOS E MEDOS



**Um plano de bairro para o Montese sob a  
perspectiva interseccional das **mulheres****

Orientadora: Profa. Me. Mariana Quezado Costa Lima

Stefany Andrade Fontes

## **PERCURSOS E MEDOS**

Um plano de bairro para o Montese sob a perspectiva interseccional das mulheres

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Christus, como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profa. Ma. Mariana Quezado Costa Lima

Fortaleza  
2024



Stefany Andrade Fontes

## PERCURSOS E MEDOS

Um plano de bairro para o Montese sob a perspectiva interseccional das mulheres

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Christus, como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC ).

Orientadora: Profa. Ma. Mariana Quezado Costa Lima

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Profa. Ma. Mariana Quezado Costa Lima  
Centro Universitário Christus

---

Profa. Ma. Clarissa Salomoni de Menezes  
Centro Universitário Christus

---

Ma. Eudália Ellen Ferreira da Costa  
Universidade Federal da Bahia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Centro Universitário Christus - Unichristus

Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do  
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F682p Fontes, Stefany Andrade.  
Percurso e medos: um plano de bairro para o Montese sob a perspectiva interseccional das mulheres / Stefany Andrade Fontes. - 2024.  
200 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Christus - Unichristus, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Me. Mariana Quezado Costa Lima.

1. gênero. 2. planejamento urbano. 3. interseccionalidade. 4. vazios urbanos. 5. insegurança urbana. I. Título.

CDD 720



## agradecimentos

**às mulheres da minha família**, que sempre acreditaram em mim e me influenciaram a buscar os meus sonhos. Mainha, obrigada por ser tão cuidadosa, amorosa e preocupada comigo, você é minha maior referência de amor e de companheirismo. Mãe, obrigada por ter me ensinado as tarefas durante a minha infância, por ter me incentivado a estudar e por acreditar em mim. Tuyra, obrigada por ter me ensinado a ler, por me levar para a livraria e por me presentear com livros, por me estimular a escrever e me ensinar tanta coisa, muito do que eu sou hoje tem muito de você. Rayanne, obrigada por sempre ter tanta fé em mim, me apoiar em tudo e por me inspirar com todo o seu engajamento na faculdade e na sua profissão. Susu, sua força e o seu amor sempre me inspiraram, obrigada por ser tão carinhosa e presente mesmo de longe. Vó Nazinha, obrigada por todo o apoio e auxílio durante minha vida toda.

**ao Painho**, por ser o melhor avô que eu poderia ter, obrigada por todo o seu esforço e por se importar tanto com suas filhas e netos. Espero lhe orgulhar e poder te retribuir pelo menos um pouco da ajuda que você sempre me deu durante a vida.

**às mulheres que são como família**, Priscila e Mayllana, agradeço por todas as escutas, conselhos e apoio. Eu sou muito grata pela nossa amizade e companheirismo, mesmo com as distâncias. Larissa Emily, obrigada por ser a minha pessoa no mundo. Mamis e Titia, obrigada por me aguentarem desde quando eu era apenas uma piveta de doze anos. Camila, por estar comigo e acreditar em mim desde a infância.

**às amigas que fiz nesta trajetória**, Larissa Ribeiro, por ser meu ponto de apoio em tantos momentos difíceis e por nunca ter soltado a minha mão, nunca irei conseguir retribuir tudo o que você já fez por mim, obrigada por me inspirar a dar o meu melhor e por ser uma referência de esforço e dedicação. Yasmim Félix, por topa todas as aventuras e por trazer leveza para a minha vida. Lara Antonele, por me fazer gargalhar até a barriga doer. Lívia Gomes, por todas as caronas e madrugadas fazendo trabalho juntas. Beatriz Vieira, pelos seus abraços acolhedores.

**aos amigos e colegas de profissão por quem tenho tanto carinho**, Victória Barreto, Mariana Vanessa, Raphaela Oliveira, Ediny, Antônio Wilson, Larissa Ohara e Marina Gadelha.

**às professoras**, Germana Câmara, Clarissa Salomoni, Larissa Porto, Julia Miyasaki, Deborah Lins, Larissa Menescal, Kelma Pinheiro e Cláudia Sales, por serem tão inspiradoras e me instigarem a dar o meu melhor. Me sinto sortuda pela oportunidade de aprender com vocês.

**à Mariana Quezado**, minha orientadora que segurou a minha mão e acolheu as minhas questões, me apoiando e acreditando em mim. Obrigada por ter sido suporte em tantos momentos esse ano. Quando eu crescer eu quero ser uma professora e pesquisadora como você, humana, sensível e a pessoa mais agilizada que já conheci.

**à banca**, Clarissa Salomoni e Ellen Ferreira, por trazerem tantas contribuições para o meu trabalho e aceitarem participar desse processo.

**ao meu amor canino**, Chocolate, por me trazer tanta alegria e me fazer sentir um sentimento tão puro. Seus lambeijos fizeram toda a diferença nesse ano. Obrigada por me tirar da cama para caminhar com você mesmo quando eu só queria ficar deitada.

**ao meu parceiro**, Breno, por me acolher na sua casa, por fazer comidas gostosas, por todos os filmes que você me apresentou, por todas as séries que vimos juntos e por todo o companheirismo durante esse ano cheio de desafios. Obrigada por ser minha equipe em tudo, sou muito feliz pelo que nós temos.

**ao meu raio de sol**, Ravi, por me fazer sentir o maior amor do mundo.



## [agradeço a todas as referências mulheres]

[por acreditar na importância de visibilizar as mulheres, exponho fotos das mulheres que deram embasamento para este trabalho. por falta de mídias disponíveis na internet, nem todas as autoras que utilizei como referência foram contempladas].



**Angela Davis**



**Anna Luiza Salles Souto**



**Antônia Vitória Neves**



**Camila Mendes Agar Saraiva**



**Cássia Maria Carloto**



**Clarissa de Freitas**



**Clarissa Salomoni de Menezes**





**Danièle kergoat**



**Desiree Martins Paz**



**Eudália Ellen Ferreira da Costa**



**Eva Kail**



**Heleieth Saffioti**



**Jane Jacobs**



**Jô Pereira**



**Kimberlé Williams Crenshaw**



**Lélia Gonzalez**



**Luiza Lins Veloso**



**Maria de Jesus Izquierdo**



**Mariana Quezado Costa Lima**



**Miriam Moreira Leite**



**Renata Coradin**



**Simone de Beauvoir**



**Sojourner Truth**



**Vera Regina Pereira de Andrade**



**Victória Maria Barreto de Brito**



**Zaida Muxi**



## resumo

A configuração dos espaços urbanos reflete dinâmicas sociais que historicamente foram moldadas por uma divisão de papéis entre homens e mulheres, baseada em uma lógica de oposição de gênero. Tal configuração, predominantemente orientada pela perspectiva de homens brancos europeus, negligencia as necessidades diversas das mulheres, principalmente das mulheres negras. Este trabalho tem como objetivo a elaboração de um plano de bairro para o Montese, localizado em Fortaleza-CE e marcado por processos de esvaziamento urbano, sob a perspectiva de gênero, compreendendo como as dinâmicas de funcionamento do bairro impactam a vida das mulheres. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com fundamentação teórica baseada nos conceitos de gênero e interseccionalidade, complementada por uma análise urbanística do bairro. Os resultados indicam que o Montese apresenta características que reforçam a sensação de insegurança, desestimulando a apropriação do espaço pelas mulheres. Apesar disso, é possível compreender que existem diversas estratégias e ações que podem ser utilizadas para mudar essa realidade. A relevância do estudo reside em evidenciar a urgência de incluir perspectivas interseccionais de gênero no planejamento urbano, contribuindo para a criação de espaços mais seguros para as mulheres.

Palavras-chave: gênero; planejamento urbano; interseccionalidade; vazios urbanos; insegurança urbana.

## abstract

The configuration of urban spaces reflects social dynamics that have historically been shaped by a division of roles between men and women, based on a logic of gender opposition. This configuration, predominantly guided by the perspective of white European men, neglects the diverse needs of women, especially black women. The aim of this work is to draw up a neighborhood plan for Montese, located in Fortaleza-CE and marked by processes of urban emptying, from a gender perspective, understanding how the dynamics of how the neighborhood functions impact on women's lives. The research uses a qualitative approach, with a theoretical foundation based on the concepts of gender and intersectionality, complemented by an urban analysis of the neighborhood. The results indicate that Montese has characteristics that reinforce the feeling of insecurity, discouraging women from appropriating the space. Despite this, it is possible to understand that there are various strategies and actions that can be used to change this reality. The relevance of the study lies in highlighting the urgency of including intersectional gender perspectives in urban planning, contributing to the creation of safer spaces for women.

Keywords: gender; urban planning; intersectionality; urban vacancy; urban insecurity.





# lista de figuras

Figura 01 - Porcentagem de mulheres negras, pardas ou indígenas nos cargos legislativos

Figura 02 - Porcentagem de pessoas eleitas para o congresso nacional que declararam ser lgbtq+

Figura 03 - Porcentagem de pessoas eleitas para o legislativo estadual que declararam ser lgbtq+

Figura 04 - Cargos gerenciais, por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça (%)

Figura 05 - Vitimização por assédio sexual no ano de 2022

Figura 06 - “Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional”

Figura 07 - Diagrama da rede cotidiana de um bairro

Figura 08 - Ferramentas para um diagnóstico participativo - entrevistas.

Figura 09 - Manual Entornos Habitables - Punt-6.

Figura 10 - Pátio interno - Frauen-Werk Stadt I

Figura 11 - Implantação - Frauen-Werk Stadt I

Figura 13 - Tipologias de habitação - Frauen-Werk Stadt I.

Figura 14 - Mobiliários – parque einsiedler.

Figura 15 - Plataforma de observação – parque einsiedler.

Figura 16 - Espaço para crianças – parque einsiedler

Figura 17 - Escuta das crianças por meio de desenhos

Figura 18 - Escuta das crianças por meio de entrevistas

Figura 19 - Antigo Matadouro Modelo.

Figura 20 - Mapa de Fortaleza de 1945 - Em linha vermelha a estrada do gado.

Figura 21 - Pirâmides etárias

Figura 22 - Acúmulo de lixo em via no Montese

Figura 23 - Acúmulo de lixo em calçada na Rua Alberto Magno

Figura 24 - Área demarcada como ZPA

Figura 25 - Parada de ônibus na Rua Alberto Magno

Figura 26 - Parada de ônibus na Avenida Gomes de Matos

Figura 27 - Calçada ocupada por carros na Avenida Gomes de Matos

Figura 28 - Calçada quebrada e estreita na Rua Alberto Magno

Figura 29 - Calçada com acúmulo de lixo na Rua Eduardo Angelim

Figura 30 - Comércio fechados - 18 de maio de 2024, às 16h53

Figura 31 - Comércio fechados - 18 de maio de 2024, às 16h57

Figura 32 - Comércio fechados - 18 de maio de 2024, às 16h59

Figura 33 - Terreno sem uso - 18 de maio de 2024, às 16h51

Figura 34 - Fachada inativa Rua Vasco da Gama

Figura 35 - Fachada inativa Rua Almirante Rubim

Figura 35 - Fachada inativa Rua Alberto Magno

Figura 36 - Piso quebrado

Figura 37 - Rampa de acesso da praça

Figura 38 - Perguntas questionário online - parte 2

Figura 39 - Perguntas questionário online - parte 1

Figura 40 - Resultados pesquisa - parte 01

Figura 41 - Resultados pesquisa - parte 02

Figura 42 - Resultados pesquisa - parte 03

Figura 43 - Resultados pesquisa - parte 04

Figura 44 - Resultados pesquisa - parte 05

Figura 45 - Diagrama Conselho gestor

Figura 46 - Esquema de incentivo ao uso misto

Figura 47 - Pontos de comércio abandonados a serem reabilitados para abrigar o mercado gastronômico

Figura 48- Fruição Pública

Figura 49 - Esquema ativação de fachada

Figura 50 - Esquema totem interativo

Figura 51 - Campanha Eletromidia

Figura 52 - Esquema proposta de mobiliários fixos

Figura 53 - edifício abandonado

Figura 54 - casa abandonada

Figura 55 - Edifício reabilitado

Figura 56 - Casa reabilitada

Figura 57 - Esquema melhorias habitacionais

Figura 58 - Esquema Totem informativo

Figura 59 - Esquema - Sinalização inclusiva

Figura 60 - Postes

Figura 61- Esquema gráfico totem informativo

Figura 62 - Esquema mudança de nomes de equipamentos

Figura 63 - Colagem arte urbana

Figura 64 - Colagem peças de conscientização

Figura 65 - Autorretrato de Luna Bastos

Figura 66 - Masterplan binário

Figura 67 - Ampliação 1

Figura 68 - Cortes antes e depois ampliação 1

Figura 69 - Ampliação 2

Figura 70 - Cortes antes e depois ampliação 2

# lista de mapas

Mapa 01 - Mapa de localização do Montese  
Mapa 02 - Mapa de ruas que delimitam o Montese  
Mapa 03 - O Grande Montese como uma centralidade  
Mapa 04 - Renda média por setor censitário  
Mapa 05 - Densidade habitacional  
Mapa 06 - Mapa de IDH  
Mapa 07 - Mapa de assentamentos precários de Fortaleza  
Mapa 08 - Mapa de assentamentos precários do Montese  
Mapa 09 - Porcentagem de mulheres chefes de domicílio  
Mapa 10 - Porcentagem de mulheres negras por setor censitário  
Mapa 11 - Mapa de rede de abastecimento de água  
Mapa 12 - Mapa de rede de abastecimento de esgoto  
Mapa 13 - Macrozoneamento urbano e ambiental  
Mapa 14 - Zonas Especiais  
Mapa 15 - Hierarquia viária e Incidência de acidentes  
Mapa 16 - Transporte público no Montese  
Mapa 17- Sistema ciclovitário do bairro Montese  
Mapa 18 - Usos do solo  
Mapa 19 - Mapa das áreas com predominância de usos críticos  
Mapa 20 - Mapeamento dos vazios urbanos do Montese  
Mapa 21 - Mapeamento das vias com predominância de fachadas inativas

Mapa 22 - Equipamentos de saúde do bairro Montese  
Mapa 23 - Equipamentos de educação e raios de abrangência  
Mapa 24 - Praças e áreas verdes Montese  
Mapa 25 - Mapa de predominância de quadras curtas  
Mapa 26 - Mapa de gabarito  
Mapa 27 - Mapa de topografia  
Mapa 28 - Organizações comunitárias Montese  
Mapa 29 - Mapa síntese do diagnóstico  
Mapa 30 - Mapa síntese de propostas usos do solo  
Mapa 31 - Mapa proposta ZEIS 4  
Mapa 32 - Implantação mercado gastronômico  
Mapa 33 - Mapa síntese de propostas Mobilidade e Acessibilidade  
Mapa 34 - Mapa proposta mobilidade  
Mapa 35 - Mapa síntese de propostas Equipamentos e infraestrutura e espaços públicos  
Mapa 36 - Mapa síntese de propostas eixo habitação  
Mapa 37 - Mapa de remoções  
Mapa 38 - Mapa síntese de propostas eixo sinalização  
Mapa 39 - Mapa síntese de propostas eixo intervenções urbanas





# lista de quadros

- Quadro 01 - Qualidades a serem garantidas no processo de planejamento.
- Quadro 02 - Critérios para um planejamento com perspectiva interseccional de gênero.
- Quadro 03 - Metas e ações - Plano de Bairro Novo Horizonte e região.
- Quadro 04 - Quadro-síntese das referências projetuais.
- Quadro 05 - Comparativo de renda
- Quadro 06 - Parâmetros das zonas
- Quadro 07 - Análise FOFA
- Quadro 08 - Diagrama de entornos e eixos
- Quadro 09 - quadro de propostas
- Quadro 10 - quadro de propostas e prazos usos do solo
- Quadro 11 - quadro de propostas e prazos mobilidade e acessibilidade - parte 01
- Quadro 12 - quadro de propostas e prazos mobilidade e acessibilidade - parte 02
- Quadro 13 - quadro de propostas e prazos equipamentos e infraestrutura e espaços públicos
- Quadro 14 - quadro de propostas e prazos eixo habitação
- Quadro 15 - quadro de propostas e prazos eixo sinalização
- Quadro 16 - quadro de propostas e prazos eixo intervenções urbanas

# sumário



## 01 introdução [pág.23 a 30]

- 1.1 tema
- 1.2 justificativa
- 1.3 objetivo geral
- 1.4 objetivos específicos
- 1.5 metodologia

## 02 referencial teórico [pág.31 a 58]

- 2.1 gênero, dominação e submissão
- 2.2 as mulheres e a cidade
- 2.3 as mulheres e a cidade no Brasil
- 2.4 olhos da rua

## 03 referencial projetual [pág.59 a 78]

- 3.1 punt-6
- 3.2 a cidade de Viena
- 3.3 plano de bairro novo Horizonte e região - Jundiaí

## 04 diagnóstico pág. 79 a 136

- 4.1 de pirocaia a montese
- 4.2 indicadores socioeconômicos
- 4.3 infraestrutura urbana
- 4.4 legislação urbana e ambiental
- 4.5 mobilidade urbana
- 4.6 uso e ocupação do solo
- 4.7 morfologia urbana
- 4.8 participação e organização comunitária
- 4.9 vivendo o montese!

## 05 o plano pág. 137 a 192

- 5.1 cenário atual e tendencial
- 5.2 cenário proposto
- 5.3 desenho de propostas - binário montese

## 06 considerações finais [pág. 193 a 194]



Lélia de Almeida Gonzalez. Intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no Brasil e na América Latina.

Colagem: Victória Barreto

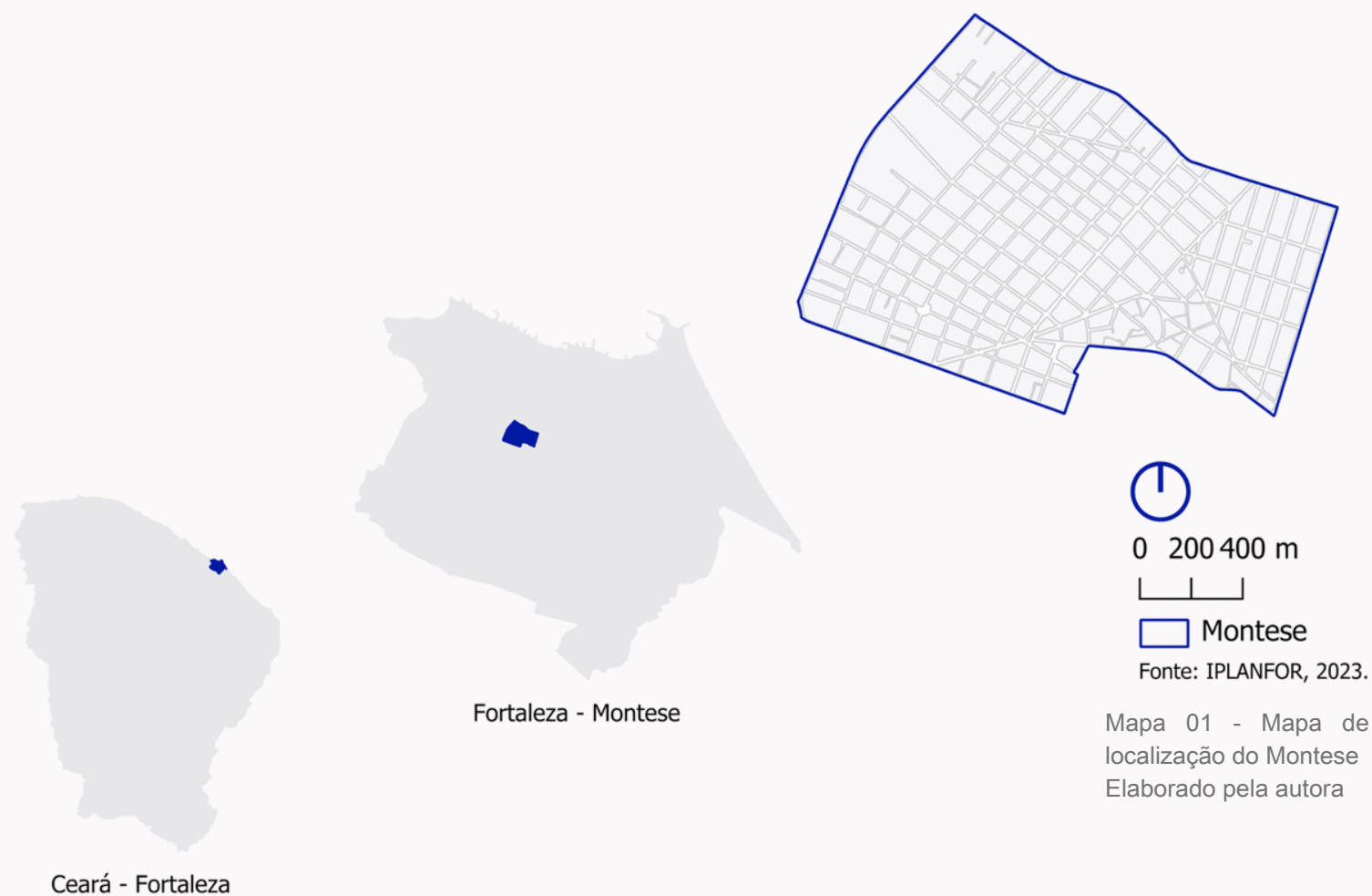
# 01

## introdução

## 1.1 o tema

O trabalho possui como tema a **relação entre as mulheres e o espaço público**, de modo a realizar um plano de bairro para o Montese sob a perspectiva de gênero. Tendo em vista que o bairro Montese configura-se como um espaço dotado de uma grande parcela de imóveis subutilizados, procura-se entender a influência da configuração espacial, com foco na existência dos vazios urbanos, sobre a sensação de insegurança e de vulnerabilidade presente nos percursos realizados pelas mulheres.

Nesse sentido, o plano busca traçar estratégias que possam possibilitar a **construção de cenários mais seguros, acolhedores e acessíveis para as mulheres**, com o objetivo de criar alternativas de planejamento em oposição às estruturas espaciais hegemônicas de configuração dos espaços.



## 1.2 justificativa

As divisões constitutivas da ordem social, como as relações de dominação e de exploração que estão instituídas aos gêneros, são resultantes de uma distribuição desigual de deveres atribuídos ao homem e à mulher no processo de construção social da existência (Carloto, 2001). Desse modo, as coisas e práticas do mundo passam a ser classificadas seguindo uma distinção que se reduz à oposição entre o masculino e o feminino. Nesse sentido, Maria de Jesus Izquierdo (1990) afirma que as atividades de produção da existência ocorrem em espaços sociais distintos segundo o gênero dos indivíduos, criando-se duas esferas: a esfera privada, que é atribuída à mulher, e a esfera pública, destinada ao homem. Apesar dos avanços na obtenção de direitos das mulheres, o aumento exponencial de casos de violência contra a mulher nas cidades brasileiras revelam a naturalização de atos brutais que continuam a acontecer sob a justificativa do sentimento de posse (Sebalhos, Flores, Coelho, 2019). Somado a tudo isso, o planejamento urbano tem sido pensado, desde o surgimento das primeiras correntes, por e para homens brancos, o que destaca a relevância em aplicar a perspectiva de gênero em um plano de bairro.

No Brasil, foi publicado, em julho de 2023, o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que registrou piora em todos os indicadores de violência contra a mulher em 2022. O documento revelou que as tentativas de feminicídio subiram aproximadamente em 17% em relação ao ano anterior, além da importunação sexual, que cresceu em 37%. Cabe destacar, ainda, os dados de uma pesquisa publicada em 2017 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o qual revelou que a violência sofrida por mulheres brancas ou de mais alta renda ocorre em maior porcentagem no espaço doméstico, enquanto as violências sofridas por mulheres com baixos rendimentos e também as de raça e de cor negra distribuem-se igualmente entre a casa e espaço público. Nesse sentido, gênero e raça, principalmente quando sobrepostos, têm grande influência sobre as experiências vivenciadas por mulheres no espaço urbano, o que prejudica o exercício do direito à cidade, de forma que o espaço público se torna um local de constrangimento (Souto, 2017).

Cresci em meio a violência doméstica e vi as mulheres da minha família sendo impedidas de trabalhar e conquistar autonomia financeira, tendo seus corpos violados e sendo humilhadas cotidianamente. Desde cedo entendi que queria mudar essa realidade e trilhar um caminho diferente. Fui vítima de assédio em casa, na escola, no transporte público e na rua, o que me gerou muito medo, vergonha e angústia. Tudo isso, atrelado à partilha de experiências entre alunas e professoras acerca dessa temática, me gerou inquietações sobre como a perspectiva de gênero, aliada aos estudos de planejamento urbano, poderia contribuir para a melhoria dos espaços públicos. Desse modo, possuo um forte interesse em estudar as relações entre mulheres e cidade, considerando classe e raça, e em entender quais são as minhas possíveis contribuições como uma mulher e futura arquiteta urbanista. Possuo também um grande desejo de que um dia possamos vivenciar os espaços sem medo de sermos violentadas.

Escolhi o Montese como área de intervenção porque é aonde sempre vivi enquanto moradora da cidade de Fortaleza, tendo morado em mais de dez lugares diferentes dentro do bairro. A sensação de insegurança e os frequentes casos de assédio que sofro durante a realização de percursos diários também me motivou a escolher essa área. Passei meses sendo perseguida por um morador do bairro durante o último ano, o que me gerou muito medo, revolta e me fez querer mudar as coisas. Para além das percepções pessoais, foram levadas em consideração as características socioespaciais do bairro.

O Montese, apesar de se configurar como um bairro majoritariamente residencial, possui uma forte concentração de comércio e serviços nas suas duas principais vias, a Rua Alberto Magno e a Av. Gomes de Matos (mapa 02). Por possuir uma localização central na cidade de Fortaleza, o bairro despertou o interesse de investidores, de modo que se tornou um grande e movimentado centro comercial (Ximenes, 2016). Sua localização central o caracteriza como um espaço de intensa conectividade, ligando áreas estratégicas da cidade, com grande fluxo de automóveis, incluindo muitas linhas de transporte público. Devido à forte incidência das atividades comerciais, possui um funcionamento que se assemelha ao do bairro Centro: há uma grande movimentação de pessoas e automóveis durante o dia devido ao funcionamento do comércio, e durante a noite ocorre uma desertificação resultante do fechamento desses serviços.

Desse modo, os percursos tornam-se ainda mais inseguros durante à noite, haja vista que, para além da falta de pessoas ocupando as ruas, há uma forte concentração de imóveis subutilizados, situação que foi ainda mais agravada após a pandemia de COVID-19.

A problemática desses esvaziamentos foi abordada em julho de 2024 pelo jornal O Diário do Nordeste, que publicou uma série de reportagens sobre os vazios urbanos de Fortaleza, mostrando a relevância de estudar essa temática para construir novos cenários para a população. Diante disso, uma das reportagens destacou o Montese como um exemplo de área com concentração de imóveis subutilizados, expondo o relato de uma antiga moradora do bairro:

**“Aqui é muito esquisito. Quando dá seis horas da noite, num tem quem queira ficar na rua. É perigoso, deserto (...).”  
(Diário do Nordeste, 2024).**

Essa situação gera insegurança para toda a sociedade, mas ganha ainda mais periculosidade para as mulheres. Com isso, se faz importante buscar estratégias de planejamento que possibilitem uma reorganização das estruturas de funcionamento do bairro, com o objetivo de promover vitalidade urbana e de repensar o cenário atual de uso e ocupação do solo sob a perspectiva e necessidade das mulheres, de forma a reduzir a problemática da desertificação urbana e subutilização e a explorar as potencialidades do Montese como um bairro de localização central, com facilidade de acessos e conexões.



### 1.3 objetivo geral

Elaborar, a partir da perspectiva interseccional das mulheres, um plano urbanístico para o bairro Montese, em Fortaleza-CE, com foco na redução das problemáticas associadas aos esvaziamentos urbanos.

### 1.4 objetivos específicos

- Contextualizar a construção social do papel atribuído às mulheres;
- Investigar o processo de formação do espaço urbano sob a perspectiva de gênero;
- Analisar a relação entre planejamento urbano e gênero em Fortaleza, no passado e no presente;
- Estudar planos e projetos urbanísticos que repensem o espaço sob a ótica de gênero, enquanto referências projetuais;
- Caracterizar e analisar urbanisticamente o Montese, com foco nas questões que tenham repercussão direta ou indireta sobre a vivência das mulheres no bairro.

### 1.5 metodologia

O presente trabalho foi estruturado em quatro etapas principais: referencial teórico; referencial projetual; diagnóstico; plano.

Na etapa de referencial teórico, houve um levantamento bibliográfico desenvolvido a partir da leitura de livros, teses, artigos e dissertações que abordam as temáticas do urbanismo relacionado à perspectiva de gênero. Foi realizado, também, uma pesquisa sobre o cenário das mulheres no Brasil, para compreender os dados relacionados à violência e assédio no espaço público, avaliando a relação de classe e raça sobre a ocorrência desses episódios.

Com o objetivo de visibilizar e reconhecer as mulheres e de estudar essas temáticas sob a ótica de quem realmente vivencia essas questões, foi dada prioridade aos estudos desenvolvidos por mulheres, constituindo a grande maioria das referências deste trabalho.

O referencial projetual foi desenvolvido por meio do estudo de referências projetuais nas escalas internacional e nacional, analisando projetos e planos que possuem objetivos semelhantes aos deste trabalho.

A etapa de diagnóstico foi realizada por meio da caracterização e análise da área estudada, coleta e sistematização de dados secundários, produção de dados primários, produção cartográfica utilizando o software de geoprocessamento QGIS e levantamentos fotográficos. Também foi realizado um questionário online por meio do Google Forms, para compreender as relações e percepções das pessoas sobre o bairro, se constituindo como uma etapa participativa do diagnóstico.


Após a realização das análises teóricas e levantamentos de dados da área de intervenção, foi desenvolvido um plano urbanístico, de modo a traçar linhas estratégicas, diretrizes e propostas de planejamento, com foco nas necessidades e vivências das mulheres. As propostas foram elaboradas por meio de quadros, mapas, colagens e esquemas gráficos, acompanhadas por um embasamento teórico escrito.



# referencial teórico



Este capítulo reúne conceituações e contextualizações acerca das questões que permeiam a relação entre gênero e cidade, estando estruturado em três tópicos. O primeiro tópico fala da construção social de gênero e dos rebatimentos desse fenômeno sobre a sociedade. O segundo se constitui como uma análise acerca dos efeitos do pensamento patriarcal sobre o processo de formação das cidades, relacionando gênero e planejamento urbano. O terceiro tópico expõe a realidade na qual a mulher está inserida no cenário brasileiro, explanando seus enfrentamentos e contribuições na luta pelo direito à cidade.





**nise da silveira**

Nise Magalhães da Silveira. Psiquiatra brasileira pioneira no tratamento com artes, foi a única mulher da turma de 158 alunos, em 1926. Nise conquistou reconhecimento mundial por ter elaborado abordagens humanizadas para pessoas com transtornos mentais, se tornando referência na luta antimanicomial.

Colagem: Victória Barreto

## gênero, dominação e submissão

# 2.1



## 2.1 Gênero, dominação e submissão

Em todas as sociedades conhecidas, de acordo com Cássia Maria Carloto (2001), a construção social da existência resulta na intervenção conjunta de dois gêneros, o feminino e o masculino, de modo que cada um dos gêneros possui uma contribuição particular para a produção das estruturas sociais. Os gêneros, segundo Maria de Jesus Izquierdo (1990), podem ser constituídos como obras culturais, reunindo modelos de comportamento mutuamente excludentes que são ditatorialmente impostos aos indivíduos em função do seu sexo.

Nesse sentido, a existência dos gêneros pode ser entendida como uma manifestação de uma distribuição desigual de responsabilidade na construção social da existência. A sociedade cria, por meio de critérios sexistas, classistas e racistas, um cenário de distribuição de responsabilidades que desconsidera os reais interesses e vontades dos indivíduos (Carloto, 2001). Heleieth Saffioti (1992) afirma que a construção de gênero dos indivíduos é resultado de suas relações sociais.

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia (Saffioti, 1992, p.210).

Faz-se importante compreender o conceito de espaço social do gênero caracterizado por Izquierdo (1990), a qual afirma que as atividades masculinas de produção da existência estão situadas em espaços diferentes das femininas. Tem-se, assim, a formação de duas esferas: a esfera da sobrevivência (doméstica) atribuída ao gênero feminino e a esfera de transcendência (pública) própria do gênero masculino. Segundo a autora, essa separação entre as esferas gera uma alienação, haja vista que uma carece de sentido ao não se relacionar com a outra.

Saffioti (1992) afirma que a construção social do ser mulher é acompanhada pela marca da naturalização da dominação masculina. Os espaços e estruturas sociais fortalecem os estereótipos de gênero como próprios da natureza, de forma a apoiar-se nas diferenças biológicas, que

são transformadas em desigualdades que se enraízam nas estruturas sociais. As relações de gênero vão sendo, portanto, estruturadas sob um regime hierárquico que resulta em relações de poder, promovendo um cenário regido pela dominação do masculino e pelo consequente consenso naturalizado a respeito da importância e supremacia desse gênero (Carloto, 2001).

Ainda se falando dos efeitos dessa dominação, Simone de Beauvoir (1967) afirma que as mulheres estão inseridas em um sistema ao qual não se encaixam, de modo que se reconhecem como sujeitos inferiores que devem viver em função dos outros membros da sociedade, desempenhando um papel de agente passiva diante dos comportamentos ditatoriais masculinos. Além disso, a existência de um sistema que não faz a mulher se sentir pertencente a ele fortalece a condição de inferioridade dela na sociedade, de modo que, mesmo com a evolução das pautas feministas e da busca por equidade, a desigualdade de gênero se constitui como uma forte problemática que está enraizada nas estruturas sociais e impede que as mulheres possam acessar as mesmas oportunidades que os homens acessam.

Os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap [obstáculo] [...] Economicamente, homens e mulheres constituem como duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas [...] Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte do mundo, esse mundo ainda é dos homens (BEAUVOIR, 1986, p. 18-19).

Cabe destacar a afirmação de Danièle Kergoat (1996), segundo a qual as relações de gênero e classe são coextensivas, de modo que devem ser analisadas em conjunto. Saffioti (1997) destaca ainda que a sociedade, para além das questões de gênero e classes, é também atravessada pelas questões de raça/etnia. Para a autora, estas três dimensões - gênero, classe e raça - são entrelaçadas, formando um nó que põem em destaque as contradições existentes nas relações sociais, além de potencializá-las.

Tratando-se dessas dimensões, é de extrema importância destacar a obra “Mulheres, raça e classe” publicada em 1981 por Angela Davis, a qual realiza uma análise ampla acerca da realidade social, sendo considerada uma figura pioneira e marcante para o feminismo negro. Em contrapartida à afirmação de Beauvoir (1986), que destaca que os dois sexos nunca compartilharam o mundo em igualdade, Davis (2016) ressalta que as mulheres negras estiveram em posição de igualdade aos homens negros em meio aos cenários de escravidão, lutando por liberdade.

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam da igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões (Davis, 2016, p.36).

Um discurso frequentemente proferido pela sociedade e amplamente questionado pela luta feminista é o de que a mulher é vista como uma figura fragilizada, incapaz de realizar suas atividades sem a ajuda dos homens. Em oposição a isso, Sojourne Truth (1797-1883), mulher negra que foi escravizada, realizou um discurso em Ohio, em 1851, nos Estados Unidos, no qual afirmou que nunca recebeu ajuda de ninguém, o que mostra que as mulheres negras não receberam os mesmos estereótipos que as mulheres brancas. Desse modo, pode-se dizer que as questões que atravessam as mulheres negras jamais poderão ser sentidas por mulheres brancas.

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. **E eu não sou uma mulher?** Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! **E eu não sou uma mulher?** Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer –, e ainda aguentava o chicote! **E eu não sou uma mulher?** Dei à luz a

treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! **E eu não sou uma mulher?** (Truth, 1851)

Lélia Gonzalez (1982) defende que a sociedade brasileira destina um lugar pré-estabelecido para as mulheres negras, deixando-as vulneráveis e discriminando-as por meio de uma junção de opressões que envolvem gênero, raça e luta de classes. Gonzalez (1982, p.97) enfatiza “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”. Para buscar compreender e atuar sobre as questões que atravessam as vivências das mulheres negras, é necessário destacar o conceito de “interseccionalidade”, criado por Kimberlé Crenshaw em 1989. Segundo Crenshaw (2002, p.177), o termo se constitui como “Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Tem-se, assim, uma análise de como os diferentes sistemas discriminatórios podem criar estruturas que colocam os indivíduos em posição de opressão.

Repensar as estruturas e propor cenários mais acolhedores para as mulheres requer, portanto, uma identificação das opressões vivenciadas por elas, inclusive aquelas que vão além do gênero. Crenshaw (2002) destaca, ainda, que para construir estratégias de enfrentamento a esses cenários de exclusão, é necessário que haja, para além dessa identificação, o reconhecimento dos pontos de intersecções entre as opressões. Além disso, a autora reforça que, apesar de existir diferentes níveis de sobreposições de opressões, cada indivíduo possui propriedade para falar através de suas vivências. A partir do cenário apontado ao longo deste tópico, é necessário analisar como as estruturas sociais de poder e dominação masculina tiveram influência sobre a formação dos espaços da cidade aos quais as mulheres não se sentem pertencentes. Para isso, o próximo tópico busca traçar uma análise de como os processos de urbanização contribuíram para reforçar estereótipos sobre a figura da mulher na sociedade e para limitar a sua liberdade. Busca-se, também, compreender o papel atribuído ao homem e à mulher nas esferas pública e privada.

2.2

## as mulheres e a cidade



**raquel rolnik**  
**ermínia maricato**  
**jane jacobs**  
**joice berth**  
**tainá de paula**



## 2.2 As mulheres e a cidade

Ao estudar as relações entre gênero e planejamento urbano, é válido ressaltar que os estudos sobre urbanismo moderno e planejamento são majoritariamente de autoria masculina, branca e europeia. Apesar dos estudos relacionados às questões de gênero terem ganhado notoriedade nos anos 1980, a produção teórica relacionada ao planejamento urbano esteve alheia a essas temáticas, sendo dominada e imposta por homens (Sebalhos; Flores; Coelho, 2019).

Liz Bondi (1992) defende a ideia de que o ambiente construído retrata os estereótipos dos lugares masculinos e femininos e de que a produção do espaço urbano foi realizada sob uma ótica masculina. Para a autora, o planejamento urbano racionalista e funcionalista contribuiu para a formação de um cenário de aprisionamento das mulheres em determinados espaços da cidade, haja vista que buscava separar as áreas comerciais, residenciais e industriais, fortalecendo a divisão de trabalho entre os sexos e refletindo a dominação masculina sobre o espaço urbano.

É importante destacar que a realidade das mulheres negras foi diferente, haja vista que foram obrigadas a desempenhar diversas atividades desde o período colonial, estando aprisionadas como força de trabalho nos mais diferentes espaços da sociedade. Gonzalez (1984) ressalta que a mulher negra, ao se deslocar pelos espaços públicos e privados, tem sua figura confundida com a imagem da mulata, da empregada doméstica e das babás, que são como recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, das amas-de-leite e das mães pretas. Além disso, Miriam Moreira Leite (1984) afirma que as mulheres negras, quando aprisionadas ao espaço doméstico, estiveram presas aos lares de suas patroas, não ao de suas próprias casas.

(...) a mulher negra está presente em praticamente todos os tipos de trabalhos descritos pelos viajantes: na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora, desde o período colonial. Ela foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora (Leite, 1984, p.44).

Jane Jacobs (2011) critica a dominação masculina presente nas esferas do planejamento urbano, afirmando que os planejadores e projetistas não consideram as reais necessidades da população, de modo que passaram a projetar cidades que não consideravam o homem como um elemento integrante da vida familiar.

Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. (Jacobs, 2011, p. 91).

Jacobs (2011) exemplifica sua crítica destacando o modelo urbanístico moderno idealizado por Ebenezer Howard, que foi criado em 1898 e intitulado “Cidade Jardim”, afirmando que essa criação estimulou a produção de outros modelos também fundamentados na ideia de que a cidade ideal deveria ser dividida por funções. Ao separar a cidade por funções, Howard deixou as residências afastadas dos centros comerciais, o que afetou negativamente a mobilidade e o acesso das mulheres aos serviços, estabelecendo-se como um obstáculo à formação da independência da mulher na cidade (Sebalhos, Flores, Coelho, 2019).

A dominação masculina pode ser percebida também nos processos de planejamento urbano. A estrutura patriarcal cria hierarquias que moldam a construção de gênero, de modo que o processo de planejamento passa a ser realizado sob a perspectiva dessas construções sociais, desenvolvendo-se, assim, “os espaços atribuídos a cada gênero: a rua para os homens; a rua e o interior controlados para as mulheres” (Montaner e Muxí, 2014, pp.197-201).

Consequentemente, a organização das cidades ficaram fadadas a esse tipo de pensamento de organização, onde as mulheres eram – e ainda são – vistas como designadas ao lar, sendo mantidas afastadas do convívio social e desta forma perpetuando o constrangimento físico, social e econômico da mulher que luta para ser reconhecida também fora do ambiente domiciliar (Montaner e Muxi, 2014).

Nesse sentido, Vera Regina Andrade (2012) reforça que a dicotomia masculino-feminino, fruto da construção social de gênero, se manifesta nas esferas, espaços e estereótipos destinados às mulheres e aos homens, revelando um cenário de protagonismo masculino e subalternização feminina. A autora destaca que é na esfera pública que o homem ocupa espaços e detém o estereótipo viril e racional, enquanto o espaço privado torna-se palco para a construção da imagem da mulher como um corpo passivo, um “não-sujeito”.

Essa histórica opressão sofrida pelas mulheres é fortalecida pelo tratamento diferenciado que nasce dos processos de planejamento urbano das cidades, de modo que a violência se enraíza nas estruturas espaciais. Cria-se, assim, um espaço de opressão mascarada que favorece a ocorrência de pequenas violências diárias e dá origem a um cordão de desigualdades, haja vista que enquanto os direitos dos homens são assegurados, as mulheres têm seus direitos básicos negados (Sebalhos; Flores; Coelho, 2019).

Flávia Biroli et al. (2014) afirma que a mulher foi naturalizada como um indivíduo destinado à procriação e foi caracterizada como sujeito doméstico, o que provocou o seu aprisionamento à esfera privada. A manutenção da imagem da mulher como um sujeito doméstico contribuiu para manter a sua invisibilidade social, dificultando o acesso e a participação na esfera pública. As atividades que ocorrem na esfera pública são destinadas aos homens, podendo-se afirmar que as relações de poder presentes na esfera privada são estendidas à esfera pública.

*Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos (Biroli et al., 2014, p. 33).*

Entende-se, também, que a diminuição do poder do homem na esfera doméstica é importante para garantir a liberdade e a autonomia das mulheres. O desenvolvimento de relações mais justas dentro do espaço privado contribui para a discussão de questões mais amplas, incluindo a participação das mulheres na sociedade. A cidade deve, incluindo as esferas pública e privada, contemplar uma participação democrática sem discriminação aos gêneros, contribuindo, assim, para a promoção de novas organizações sociais mais justas (Biroli et al., 2014).

A cidade, segundo Lefebvre (2001), é a projeção da sociedade em um determinado espaço. Nesse sentido, Lígia Casimiro (2017) discorre sobre a importância de analisar como o espaço urbano dialoga com a presença feminina, haja vista que o desempenho de inúmeras funções realizadas pela mulher exige da cidade a garantia de mobilidade e acessibilidade, abrangendo o livre transitar e a possibilidade de acessar serviços públicos e privados, cultura e lazer sem cerceamento. A autora destaca que para que a cidade possa ser funcional para a mulher, essa deve participar das decisões relacionadas ao desenho, uso e ocupação do espaço urbano.

Ainda se falando sobre a importância dessa participação, pode-se destacar o pensamento de Lefebvre (2008), segundo o qual o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (distinto do conceito de propriedade) estão implicados no direito à cidade. Assim, é necessário garantir o exercício de participação nas tomadas de decisões para que os indivíduos possam se apropriar e se sentir pertencentes ao espaço urbano. Ao analisar a conjuntura política brasileira, Casimiro (2017) afirma que se tem uma forte ausência das mulheres no cenário político, o que impede que o direito à cidade lhes seja efetivamente garantido.

Casimiro (2017) também destaca que discutir a participação da mulher nos espaços de decisões sobre o uso e a ocupação que se deve dar à cidade é importante não somente para assegurar a segurança e a integridade física e psicológica feminina, mas também para fortalecer o Estado democrático garantidor da igualdade sem discriminação. Para além disso, a autora reforça que o debate pelo direito à cidade para as mulheres está atrelado a diversas dimensões que se constituem como os próprios pilares de sustentação do direito à cidade, como a dimensão política, a simbólica e a material. Nessa perspectiva, as questões de gênero devem ser enfrentadas por toda a sociedade, para que haja uma mudança na mentalidade e na cultura, possibilitando a produção de espaços urbanos mais acolhedores e seguros.

Reconhecer a diferença de gênero como uma qualidade que marca a prática social da vida urbana requer uma capacidade de ir além, muito além dos conceitos e representações que se dispõe atualmente, mas abrir o espaço para o debate e enfrentá-lo está ao alcance da sociedade brasileira, tendo em vista, inclusive, as previsões do ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional que apontam como objetivo do Estado a redução das desigualdades, a garantia do pleno desenvolvimento, dentre outros (Casimiro, 2017, p.11).

Tem-se, desse modo, algumas conclusões acerca da relação entre as mulheres e o direito à cidade. Não há como as mulheres se apropriarem e se sentirem pertencentes a espaços que não foram pensados por e para elas. A ocupação dos espaços de decisões por mulheres constitui-se como o caminho para garantir que o direito à cidade seja efetivamente assegurado para todos os indivíduos, de modo a reduzir os efeitos da dominação e da opressão masculina sobre a estruturação e configuração do espaço urbano.



# 2.3

as mulheres e  
a cidade no  
Brasil



Raquel Rolnik



## 2.3 As mulheres e a cidade no Brasil

Para compreender como se dá a relação entre as mulheres e o espaço urbano no Brasil, é importante expor as características populacionais e os indicadores sociais, avaliando também a participação das mulheres nos espaços de decisões. A população brasileira, segundo resultados do Censo Demográfico 2022, é composta por 51,5% de mulheres e por 48,5% de homens, o que resulta em aproximadamente 6 milhões de mulheres a mais do que homens. Apesar disso, o Congresso Nacional, segundo o Instituto Pólis (2022), não expressa essa proporção da sociedade, possuindo um percentual de somente 12,5% de mulheres. De acordo com o Mapa das Mulheres na Política 2020, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupa o 140º lugar no ranking de representação feminina no cenário político. Quando se analisa a porcentagem de mulheres negras, pardas ou indígenas em cargos legislativos, essa situação torna-se ainda mais alarmante, como se pode observar na seguinte imagem.

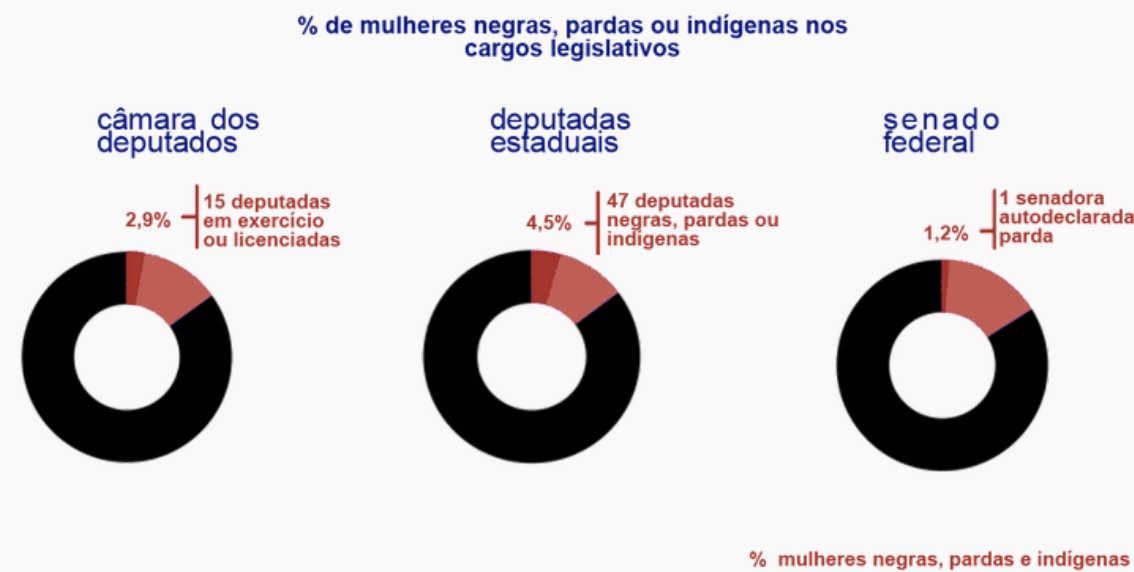


Figura 01 - Porcentagem de mulheres negras, pardas ou indígenas nos cargos legislativos  
Fonte: Instituto Pólis, 2022.

Em relação à representatividade da população LGBTQIA+, não há dados oficiais na Justiça Eleitoral ou no banco de dados disponibilizado pelo Congresso Nacional em relação à participação desses indivíduos, o que se constitui como um indicativo sobre a invisibilidade que essas pessoas possuem no cenário político. Apesar disso, coletivos e entidades que se dedicam à temática realizaram levantamentos acerca dessa participação, o que revelou um alarmante cenário de exclusão política dessas pessoas (Instituto Pólis, 2022).

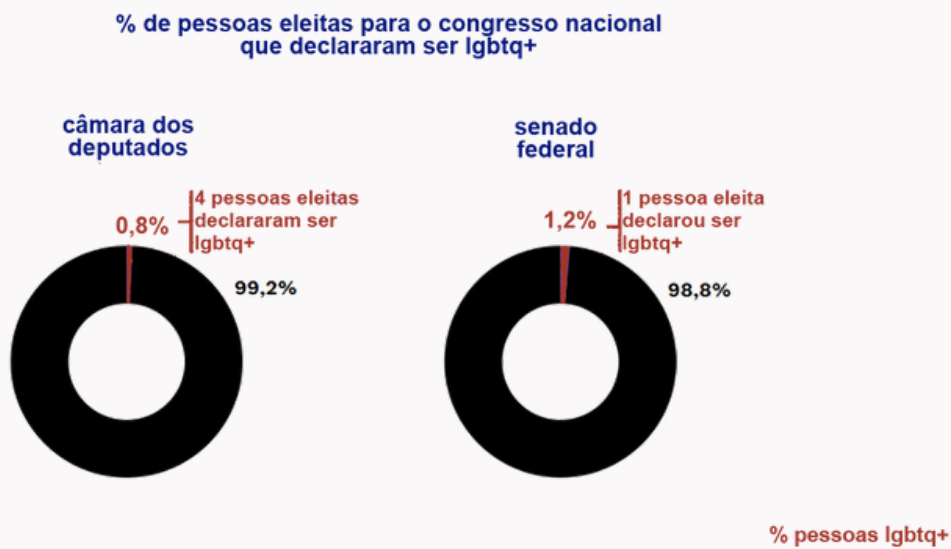


Figura 02 - Porcentagem de pessoas eleitas para o congresso nacional que declararam ser lgbtq+ Fonte: Instituto Pólis, 2022.

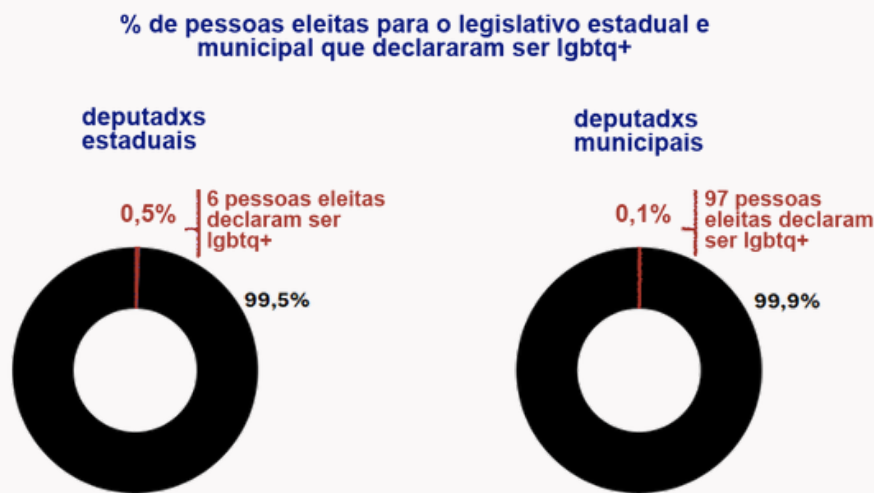


Figura 03 - Porcentagem de pessoas eleitas para o legislativo estadual que declararam ser lgbtq+  
Fonte: Instituto Pólis, 2022.



Os parâmetros utilizados para a construção dos indicadores nacionais são baseados no Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), organizado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission), em 2013, para ser utilizado pelos países e regiões para produzir estatísticas de gênero. O CMIG é constituído por 63 indicadores voltados para mensuração da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher. Um indicador importante para a compreensão da situação da mulher na sociedade brasileira é o CMIG 45, que monitora a participação de mulheres nos cargos gerenciais, abordando a inserção das mulheres em posições de liderança, tanto no setor privado, como no público (IBGE, 2018). Com isso, o IBGE (2018) concluiu que em 2016 havia, em todas as faixas etárias, uma maior proporção de homens ocupando os cargos gerenciais, além de a desigualdade se mostrar ainda maior entre as mulheres pretas ou pardas e os homens pretos ou pardos do que entre as mulheres brancas e os homens brancos.

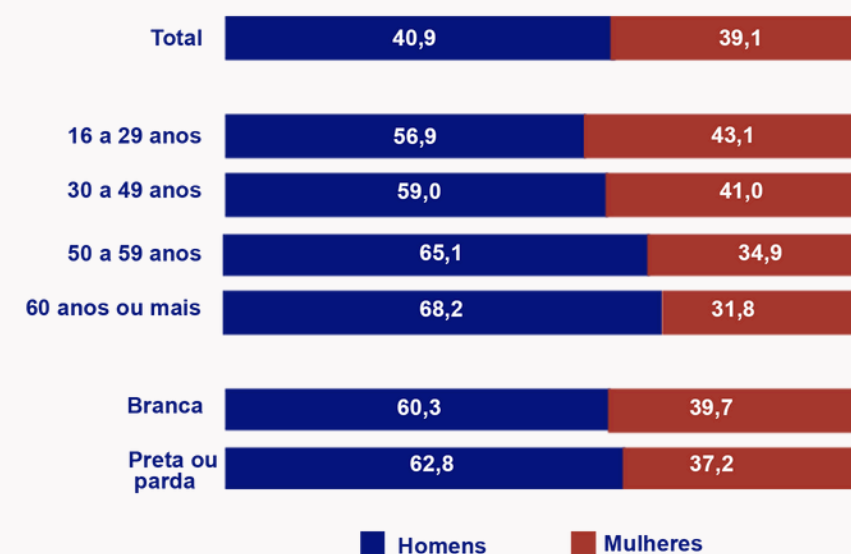


Figura 04 - Cargos gerenciais, por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça (%)  
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Para além dessa falta de representatividade nos espaços de liderança, a mulher brasileira enfrenta, também, a desigualdade salarial em relação aos homens. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para o 3º trimestre de 2022, revelou que as mulheres ganharam, em média, 21% a menos do que os homens, além de liderarem a taxa de desemprego.

Apesar disso, a pesquisa mostrou que dos 75 milhões de lares do país, 50,8% eram liderados por figuras femininas, expondo um cenário em que as mulheres, mesmo sendo vítimas de tantas desigualdades, ainda são responsabilizadas por prover o cuidado e o sustento de suas famílias. Conclui-se, assim, que as mulheres vêm, ao longo do tempo, assumindo novos papéis sociais ao mesmo tempo em que seguem sofrendo violências cotidianas, incluindo as opressões vivenciadas no espaço público (Souto, 2017).

A organização Think Olga realizou uma pesquisa como parte da campanha Chega de Fiu Fiu e demonstrou que 99,6% das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de assédio. Sendo assim, o direito de ir e vir da mulher na cidade é permeado pelo constrangimento e medo. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicou, em 2023, a quarta edição do relatório intitulado Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil, no qual expõe que, em 2022, 46,7% das mulheres brasileiras de 16 anos ou mais foram assediadas sexualmente, o que representa cerca de 30 milhões de vítimas. A situação mais relatada pelas mulheres em relação ao assédio sofrido foi os comentários desrespeitosos recebidos na rua, atingindo 4 em cada 10 mulheres (26,3 milhões). A pesquisa mostrou, também, que a segunda forma de assédio mais frequente foi as cantadas em ambiente de trabalho, citado por mais de 18% da população feminina. Em terceiro lugar, 12,8% das mulheres relataram o assédio com contato físico ocorrido no transporte público.



Figura 05 - Vitimização por assédio sexual no ano de 2022  
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023.

Cabe citar que essa pesquisa indicou maiores índices de vitimização entre mulheres negras (49,1%) do que em brancas (42,2%), explicitando que no ano de 2022 mais da metade das mulheres pretas foram vítimas de assédio sexual. Esse cenário reforça a importância da interseccionalidade nos processos de luta por direitos, de modo que se deve trazer as questões de raça para o centro dos debates.

Em relação à violência doméstica, segundo o FBSP (2023), 53,8% das mulheres vítimas de violência afirmaram que o episódio mais grave ocorrido nos últimos meses aconteceu no ambiente doméstico. Além disso, o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostrou que a residência é o principal palco para a violência letal, revelando que 65,6% dos feminicídios de 2021 ocorreram no ambiente domiciliar. Segundo Luiza Lins Veloso (2017), os direitos à privacidade, à liberdade de ir e vir, à educação, à intimidade, à integridade física e até mesmo à vida são frequentemente violados pela falta de moradia adequada, haja vista que os maiores agressores das mulheres ainda são seus familiares e companheiros que coabitam o mesmo espaço.

Sob essa perspectiva, tornou-se cada vez mais comum, no Brasil, a existência de movimentos de luta pelo direito à moradia coordenados e liderados somente por mulheres. A moradia se apresenta não somente como um direito humano universal e fundamental, mas também como um instrumento de extrema importância para o exercício dos demais direitos e do alcance efetivo da autonomia da mulher (Veloso, 2017).

O envolvimento das mulheres na luta pelo direito à moradia também é influenciado pelas diferenças salariais entre os homens e mulheres, o que dificulta o acesso ao capital e à política de mercantilização da habitação, pelas preocupações com a segurança da família, pelo desejo de acessar a infraestrutura urbana e sentir-se parte da cidade, além da necessidade de sair de seu ambiente agressor que é, em maior parte, a sua própria moradia (Veloso, 2017).

Veloso (2017) destaca que durante o processo de luta do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO, criado na cidade de Manaus, em 2002, com o objetivo de acompanhar as mulheres vítimas de violência, foi possível identificar que a falta de alternativa à moradia era a principal causa de permanência das mulheres no ambiente agressor.

Torna-se evidente, desse modo, a grande importância de buscar a concretização do direito à moradia, haja vista que se relaciona com a garantia de outros direitos. A autora também afirma que foi possível perceber que a maior parte das ocupações urbanas são lideradas por mulheres, situação que foi identificada a partir da experiência do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que atua na defesa de famílias vítimas de despejos forçados há mais de dez anos. Conclui-se, desse modo, que a presença das mulheres nos processos de luta pelo direito à moradia possui um forte destaque no cenário brasileiro, se constituindo também como um caminho para garantir que inúmeras outras questões de gênero possam ser enfrentadas. Lutar pelo direito à moradia é, também, lutar pelo direito à cidade.

Os dados e pesquisas citados revelam as opressões e os constrangimentos que as mulheres enfrentam em sua livre circulação pela cidade, assim como os desafios que encontram para desfrutar das oportunidades e serviços que o espaço público oferece, o que fortalece a importância de se continuar lutando contra a estrutura social machista e racista que perpetua diversas formas de desigualdade, influenciando negativamente a experiência e ocupação do espaço urbano.

2.4

os olhos  
da rua

Jane Jacobs

## 2.4 Olhos da rua

Nos tópicos anteriores, foi possível compreender os problemas que permeiam a relação entre gênero e planejamento urbano. O presente tópico expõe as ideias da escritora e ativista política americana Jane Jacobs, que, embora não seja urbanista, foi responsável por trazer um olhar mais humanizado ao urbanismo, atentando-se e dando prioridade à escala humana e aos impactos sociais das construções. Os estudos dessa autora são relevantes para o presente trabalho por reunirem critérios que buscam garantir a vitalidade urbana e promover a segurança pública, questões que são extremamente importantes para o desenvolvimento de cenários mais seguros e acolhedores para as mulheres.

Jacobs (2011) reuniu seus pensamentos e críticas no livro *Morte e vida de grandes cidades*, publicado em 1961 como uma crítica a um dos princípios básicos da Carta de Atenas, documento que reunia as ideias do pensamento urbanístico do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM): organização espacial da cidade segundo funções predeterminadas. Em oposição a isso, Jacobs (2011) defendeu o conceito de diversidade, que seria uma mescla de usuários, usos e edificações de diferentes idades e estados de conservação, como o único caminho para garantir a vitalidade urbana.

A cidade é, para Jacobs (2011), uma realidade viva e pulsante em que cada pessoa busca satisfazer suas necessidades, sendo as ruas e as calçadas, por sua vez, os órgãos vitais da cidade, já que são nelas que os indivíduos convivem e se integram. A autora argumenta que a manutenção da segurança não deve ser realizada somente pela polícia, mas também pela própria rede de indivíduos que circulam pelos espaços, afirmando que a alta densidade populacional contribui para a diminuição da criminalidade. Desse modo, Jacobs (2011) propôs algumas condições para promover maior presença de indivíduos nas ruas, de modo a exercer uma vigilância natural e criar ambientes urbanos mais seguros e com menor incidência de violência.

Dentre as condições estabelecidas, destacamos duas que são relevantes para a temática deste trabalho: a primeira trata da necessidade de garantir que haja olhos para vigiar a rua, de modo que os edifícios devem ser orientados para as ruas, sem oferecer fachadas inativas, possibilitando uma troca de contato visual entre as edificações e a rua, já a segunda condição está relacionada à importância de garantir que as calçadas sejam utilizadas sem interrupção, garantindo maior movimentação e mais olhos nas ruas.

Para além disso, outras questões são consideradas por Jacobs (2011) para garantir a existência de uma rua segura, com densidade equilibrada e diversidade, como por exemplo: as quadras devem ser curtas para proporcionar maior quantidade de cruzamentos, os edifícios devem abrigar uma diversidade de usos como forma de garantir que haja pessoas saindo e voltando para casa em diferentes horários, o patrimônio arquitetônico e urbano deve ser protegido e os pedestres devem ser tidos como prioridade.



### **dandara dos palmares**

Dandara dos Palmares. Quilombola que morou no Quilombo dos Palmares, sendo uma das lideranças guerreiras dos palmaristas.

# referencial projetual

É importante que a prática de planejamento seja acompanhada por etapas de estudo e análise de projetos que possam servir como referência. Para isso, é necessário escolher projetos que possuam características e objetivos que se assemelhem à proposta de plano que se deseja desenvolver, extraíndo dessas referências possíveis soluções e aprendizados. Desse modo, os projetos que serão analisados a seguir foram escolhidos por possuírem relevância para a temática abordada neste trabalho e para o tipo de intervenção que será desenvolvida.

Primeiramente, analisa-se o trabalho do coletivo de mulheres de Barcelona, o Punt-6, o qual é responsável por promover metodologias próprias para desenvolver um planejamento urbano pautado na perspectiva de gênero. Em seguida, tem-se uma análise de dois dos projetos implementados na cidade de Viena, que se constitui como uma referência para projetos de inclusão de gênero, como os complexos habitacionais Frauen Werk-Stadt e as requalificações urbanas “Gender-Sensitive Park Design”. Por último, o Plano de Bairro Novo Horizonte e outras regiões, da cidade de Jundiaí, se apresenta como uma referência nacional, possuindo objetivos e diretrizes que buscam amenizar fragilidades semelhantes aos da área do bairro Montese, a exemplo da predominância dos vazios urbanos.



### 3.1 Punt-6

O Punt-6 é um coletivo de mulheres criado em Barcelona e formado por arquitetas, sociólogas e urbanistas, que tem atuado desde 2005 com o objetivo de repensar os espaços domésticos, comunitários e públicos a partir de uma perspectiva feminista, com mais de 400 projetos realizados em nível local, estadual e internacional. Buscando romper com as discriminações e hierarquias de poder e promover cidades mais participativas e inclusivas, o coletivo é responsável por elaborar guias, promover ensino e pesquisa, realizar consultorias de planejamento urbano, auditorias, entre outros projetos e ações. Dentre as várias publicações do coletivo Punt-6, destacam-se dois de grande relevância para este trabalho: o “Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional” e o manual “Entornos habitables - Auditoria de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno”.

#### 3.1.1 Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional

A publicação consiste em um guia que analisa as desigualdades estruturais no campo urbanístico a partir de uma perspectiva de gênero, propondo transformações dos espaços por meio de metodologias e ferramentas, com o objetivo de capacitar equipes técnicas e de fortalecer a perspectiva interseccional de gênero nos processos de planejamento, desenho e gestão dos espaços públicos.



Figura 06 - “Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional”  
Fonte: Coletivo Punt-6, 2023.

É válido ressaltar que esse guia foi desenvolvido com base nos trabalhos realizados pelo Coletivo Punt-6 em espaços públicos em Santa Fé, na Argentina. Apesar de a Argentina se constituir como um país latinoamericano e possuir semelhanças com o Brasil, cada território possui diferentes tipos de realidades socioespaciais, de modo que os conceitos abordados no guia serão rebatidos e adaptados ao cenário de estudo dessa pesquisa.

Os espaços públicos, a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, são todos os espaços que funcionam como suporte à vida em diferentes escalas, a exemplo de praças, parques, esquinas e calçadas, constituindo uma rede cotidiana. A rede cotidiana de um bairro é o conjunto de espaços de relação, equipamentos, comércios locais, pontos de transporte público e de ruas que interligam esses elementos. Essa rede é utilizada pelos moradores do bairro e deve atender às suas necessidades diárias (Punt-6, 2023).

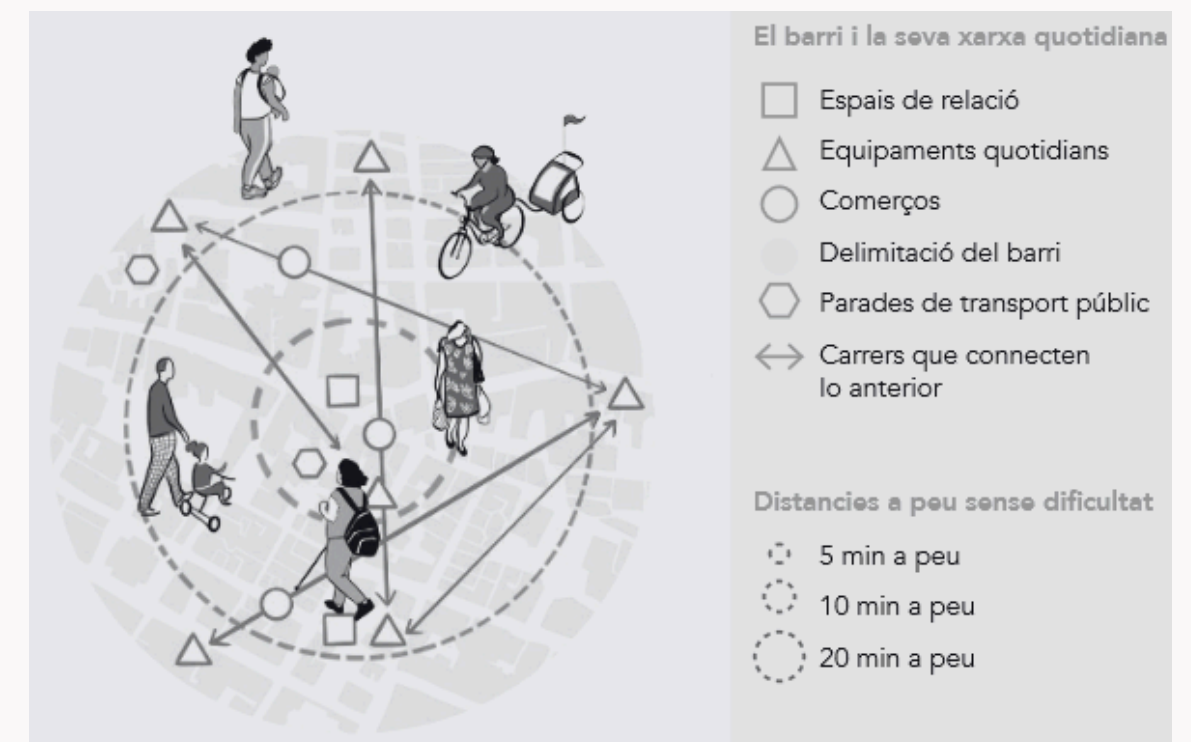


Figura 07 - Diagrama da rede cotidiana de um bairro  
Fonte: Adriana Ciocoletto e Coletivo Punt 6, 2014.

Para compreender e classificar os espaços públicos, é importante adotar uma visão interescalar, pois cada escala revela diferentes aspectos e configurações. Além disso, é necessário analisar não somente os próprios espaços, mas a relação entre eles. Para desenvolver as propostas, devem ser levadas em conta as influências e os impactos que cada tipo de espaço possui de acordo com seu papel na rede cotidiana.

Do ponto de vista do urbanismo feminista, os espaços públicos fazem parte de uma rede cotidiana que responde a um modelo urbano que se baseia na relação entre espaço e tempo de deslocamento. Essa relação de espaço-tempo é ideal para o desenvolvimento de uma estrutura urbana que facilite a mobilidade ativa, focando também na promoção de usos mistos com diversidade de equipamentos, comércio e transportes próximos das residências. A promoção de maior autonomia e liberdade das pessoas em utilizarem os espaços, além do aumento da convivência e das trocas sociais também são objetivos desse modelo que prioriza a relação espaço-tempo (Punt 6, 2023). Com o objetivo de utilizar esse modelo para transformar o espaço público, o coletivo Punt 6 (2023) estabeleceu seis qualidades que devem ser atendidas no processo de planejamento dos espaços. O quadro a seguir mostra as qualidades e suas respectivas definições.

qualidades	definição
Espaços geridos com uma perspectiva interseccional de gênero	Aplicar a perspectiva de gênero na execução e gestão das transformações dos espaços públicos, envolvendo equipes técnicas, políticos e o corpo social.
Espaços próximos e em rede	Conectar e aproximar os diferentes usos do cotidiano e fortalecer as redes de mobilidade que os ligam de forma acessível, promovendo a autonomia.
Espaços equipados para diversas necessidades	Responder às diversas necessidades diárias das pessoas, atendendo aos cuidados em diferentes espaços públicos.
Espaços seguros e livres	Garantir a percepção de segurança e liberdade de circulação de todas as pessoas em todos os espaços públicos.
Espaços de reunião e convívio	Promover a socialização, o encontro, a ajuda mútua e a apropriação comunitária na rede de espaços públicos.
Espaços naturais e saudáveis	Promover a saúde integral das pessoas e o cuidado do meio ambiente na concepção e atividades dos espaços públicos.

Quadro 01 - Qualidades a serem garantidas no processo de planejamento. Fonte:Coletivo Punt 6, 2023. Adaptado pela autora.

Para estudar a área de intervenção, o guia propõe a realização de um diagnóstico com uma perspectiva interseccional de gênero.

O diagnóstico com perspectiva interseccional de gênero é uma ferramenta de análise que permite avaliar como os espaços públicos dos bairros, bairros e cidades respondem às necessidades das pessoas sem causar discriminação de qualquer tipo. Além disso, proporciona um trabalho transversal entre as diferentes áreas, escalas e áreas baseadas na vida cotidiana, no cuidado das pessoas e na diversidade de necessidades a partir da interseccionalidade, que leva em conta as desigualdades dependendo do gênero, idade, origem, diversidade funcional , entre outros (Punt 6, 2023, p.41, tradução nossa).

O diagnóstico, segundo Punt 6 (2023) deve ser adaptado ao tipo de espaço e à escala de análise que está sendo utilizada (bairro, distrito, município), propondo-se a trabalhar em dois eixos principais:

- Coleta e análise de informações, documentação e dados existentes disponíveis (dados secundários de abordagem ao contexto físico e social).
- Coordenação, organização e monitoramento do processo participativo de coleta e análise de dados primários.

Desse modo, o guia divide a etapa de diagnóstico entre diagnóstico técnico e diagnóstico participativo. O diagnóstico técnico busca analisar informações existentes, levando em consideração o contexto social e econômico, os espaços públicos, a mobilidade, a segurança, a saúde e a atividade comunitária. O diagnóstico participativo busca reunir e analisar dados primários por meio de metodologias que permitem estudar os espaços públicos de uma forma multiescalar e interseccional, devendo contar com ferramentas que proporcionem uma participação comunitária, possibilitando a formação de um diagnóstico que inclua a vivência cotidiana de quem realmente utiliza o território estudado. Com isso, o manual reúne diversas sugestões de questionários e atividades participativas que podem ser utilizadas para a realização de um diagnóstico mais democrático.



## Entrevistas com pessoas-chave



### O que é?

As entrevistas são realizadas com o objetivo de extrair informação qualitativa detalhada sobre questões específicas do sistema de mobilidade. É uma ferramenta ideal para realizar com técnicos que trabalham no território ou pessoas envolvidas na comunidade que conhecem detalhadamente o contexto. Entrevistas também

falar sobre esses elementos importantes para a análise da integração da perspectiva interseccional de gênero no sistema de mobilidade e transportes. Recomenda-se desenvolver a entrevista na forma de diálogo e não na forma de questionário unilateral, tendo o cuidado de criar um clima de confiança e respeito mútuo.

ajudam a ampliar os contatos que podem entrevistar ou convidar para participar de outras atividades do processo.

Na escolha do número de entrevistas e das pessoas entrevistadas, é fundamental reunir uma diversidade de experiências baseadas na identidade de gênero e outras variáveis interseccionais.

### Com quem?

Membros de equipes técnicas ou políticas e informantes-chave da comunidade

Recomenda-se a gravação das entrevistas com gravadores de voz, sempre com o prévio consentimento do entrevistado, esclarecendo que a utilização da gravação é para coletar os detalhes da conversa, seu esvaziamento e a posterior análise, garantindo o sigilo. O consentimento do entrevistado pode ser registrado ou obtido por meio da assinatura de um termo de consentimento.

### Com?

As entrevistas podem ser abertas ou semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas possuem um roteiro de perguntas com o objetivo de

**Tempo total:** Entre 1 hora e 1 hora e meia

Após conhecer o contexto de intervenção, são desenvolvidos critérios a serem cumpridos pelos espaços públicos com uma perspectiva interseccional de gênero, e para cada critério, são definidas ações. O quadro 02 reúne os critérios desenvolvidos pelo Punt 6 (2023).

qualidades	definição
Espaços geridos com uma perspectiva interseccional de gênero	Interdisciplinar e equitativo
	Participativo e diversificado
	Interescalares e multidimensionais
Espaços próximos e em rede	Curtas distâncias entre os diferentes usos diários
	Conectividade do pedestre, sistema ciclovitário e transporte público
	Percursos e espaços acessíveis
Espaços equipados para diversas necessidades	Espaços e usos diversos
	Espaços de apoio ao cuidado
	Espaços mistos para crianças
Espaços seguros e livres	Visibilidade na concepção de espaços
	Sinalização para orientação na concepção de espaços
	Visibilidade simbólica da história e a experiência das mulheres e outras identidades
Espaços de reunião e convívio	Multifuncionalidade dos espaços
	Espaços habitados com atividades simultâneas
	Reconhecimento do património social, cultural e natural
Espaços naturais e saudáveis	Espaços verdes que levam em conta os ciclos naturais
	Espaços saudáveis, sustentáveis e sem riscos ambientais

Quadro 02 - Critérios para um planejamento com perspectiva interseccional de gênero. Fonte: Coletivo Punt 6, 2023. Adaptado pela autora.

Diante dos parâmetros e ferramentas apresentadas, é possível perceber que o “Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional” se constitui como um manual completo e muito relevante, abrangendo diversas áreas da vida cotidiana e objetivando alcançar um público heterogêneo. Esses critérios abordados pelo manual serão incorporados ao processo metodológico de análise e desenvolvimento do plano urbanístico para o bairro Montese, realizando adaptações ao contexto de estudo e à escala trabalhada.

Figura 08 - Ferramentas para um diagnóstico participativo - entrevistas. Fonte: Punt 6, 2023 (tradução nossa).



### 3.1.2 Entornos habitables - Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno

A percepção de segurança está ligada às características sociais de um indivíduo, de modo que o gênero desempenha um papel fundamental em como as mulheres e os homens percebem os espaços e por quais elementos eles são atraídos. Diante disso, o Coletivo Punt-6 elaborou o manual “Ambientes Habitáveis: Auditoria de Segurança Urbana com Perspectiva de Gênero na Habitação e Entorno”, uma ferramenta de avaliação urbana que analisa a segurança das pessoas, baseando-se em aspectos sociais, físicos e funcionais que determinam a percepção de segurança no espaço, aplicando uma perspectiva interseccional de gênero. Esse manual já foi aplicado em diferentes contextos a nível internacional, proporcionando resultados positivos, sendo assim uma boa referência para o desenvolvimento deste trabalho (Punt-6, 2017).

O manual possui um quadro teórico sobre segurança e habitação com uma perspectiva de gênero, um conjunto de ferramentas participativas para diagnóstico de percepção de segurança e uma seção de estratégias e ações específicas a serem aplicadas aos espaços como forma de melhorar o cenário da insegurança. Contudo, o capítulo que será destacado neste tópico será o de estratégias e ações, que traz a definição de linhas estratégicas a serem aplicadas em diferentes espaços, como a casa, o edifício e o entorno (Punt-6, 2017).

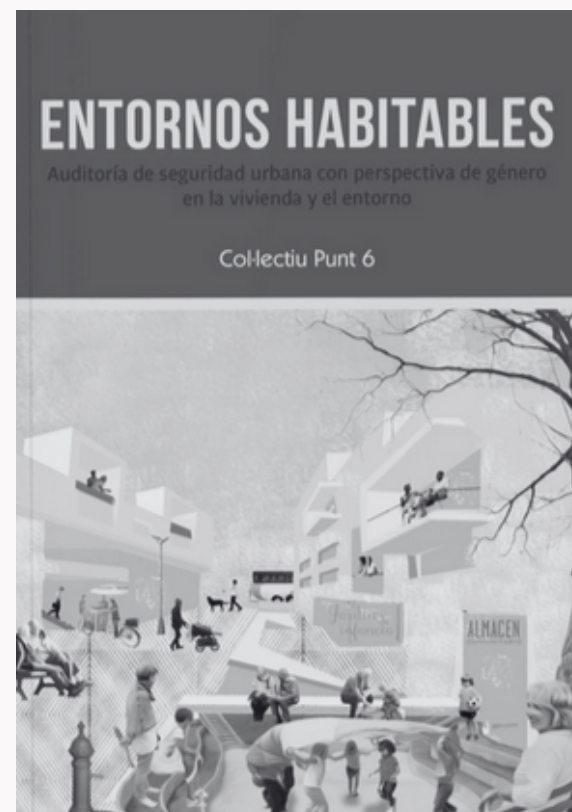


Figura 09 - Manual Entornos Habitables - Punt-6. Fonte: Coletivo Punt-6, 2017.

As linhas estratégicas são estruturadas em seis características (sinalizado, visível, vital, vigiado, equipado e comunitário) que o espaço deve possuir para estar seguro a partir de uma perspectiva de gênero (Punt-6, 2027).

- **Entorno sinalizado:** é um ambiente que possui sinais legíveis e estrategicamente localizados, servindo para reconhecer e compreender o espaço de forma clara, precisa e inclusiva;
- **Entorno visível:** um espaço que promove visibilidade desde os aspectos físicos do planejamento urbano e que, por meio de aspectos simbólicos e sociais, proporciona espaços que visibilizam e reconhecem as figuras femininas e os papéis desvalorizados realizados por mulheres;
- **Entorno vital:** um espaço que está repleto de pessoas que desenvolvem diferentes atividades em diferentes momentos do dia. A vitalidade é resultado da presença simultânea e contínua de pessoas e da densidade de atividades e usos nas ruas e espaços;
- **Entorno vigiado:** é o espaço que permite vigilância informal, exercida entre os indivíduos de forma solidária e não autoritária. A vigilância informal ocorre quando existe diversidade social, física e funcional, permitindo diferentes atividades e usos e respondendo às diferentes necessidades das pessoas com base em gênero, sexo, idade, diversidade funcional, origem, cultura e condição social;
- **Entorno equipado:** é um ambiente que possui infra estruturas e elementos que dão suporte às atividades da vida diária a uma distância e tempo adequados, garantindo um ambiente limpo e acolhedor;
- **Entorno comunitário:** é quando existe relação, convivência e solidariedade entre as pessoas em um determinado espaço, considerando tanto a dimensão física quanto a social. Um ambiente comunitário pode evitar que as pessoas fiquem isoladas, o que pode influenciar na formação de redes de apoio para as mulheres que vivem em situação de violência sexista.

A escolha desse manual como referência se deu em função das suas linhas estratégicas, que englobam diferentes aspectos e cenários relevantes para a promoção de segurança para um público diversificado, desde o micro ao macro.

## 3.2 A cidade de Viena

A cidade de Viena, capital da Áustria, segundo Camila Mendes Saraiva (2017), tem abordado as questões de planejamento há mais de duas décadas. Em 1991, a cidade recebeu a exposição “Quem possui os espaços públicos? A vida cotidiana das mulheres na cidade” (Wem gehört der öffentliche Raum? Frauenalltag in der Stadt), abordando de forma explícita, pela primeira vez, as questões de planejamento focadas nas necessidades de cada gênero. Diante desse contexto, em 1992, foi inaugurado o Departamento de Mulheres da cidade de Viena, com foco nas questões de planejamento, sob coordenação da arquiteta e planejadora Eva Kail, a qual elaborou um concurso aprovado pelo conselho da cidade denominado de “Frauen Werk Stadt Model Project” ou “Mulheres da Cidade do Trabalho”.

Em 1998, com a fundação do Departamento de Coordenação para Planejamento e Construção orientada para os requerimentos da vida diária e necessidades específicas das mulheres, sob coordenação de três mulheres: Eva Kail, Claudia Prinz-Brandenburg e Elisabeth Irschik, Viena assumiu um papel pioneiro, pois além de levar em consideração as necessidades reais de meninas e mulheres no planejamento, passou a assumir a tarefa central de evolução e estabelecimento de novas estratégias relacionadas a perspectiva de gênero nessa área (Viena, 2013). Em 1993, Eva Kail idealizou e realizou um concurso com o objetivo de transformar os modelos habitacionais conforme as perspectivas de gênero, para que o trabalho doméstico e familiar das mulheres fosse facilitado. Como resultado desse concurso, foram construídos alguns projetos. A seguir, serão expostos dois deles: uma habitação de interesse social e um parque sensível ao gênero.

### 3.2.1 Frauen-Werk Stadt I

Foi construído o primeiro modelo habitacional com inserção de gênero, denominado **Frauen-Werk Stadt I** (1993-1997), com projeto arquitetônico desenvolvido pela arquiteta Franziska Ullmann, plano paisagístico pensado por Maria Auböck, além de edifícios individuais elaborados por Gisela Podreka, Elsa Prochazka e Liselotte Peretti (Coradin, 2014).

Esse modelo habitacional divide-se em zonas residenciais, comerciais, educacionais, além de possuir equipamentos de lazer e segurança, contando com 357 unidades habitacionais, além de uma delegacia, uma creche e paradas de ônibus. O uso dos espaços livres internos ao edifício só pode ser feito por pedestres, de modo a garantir a segurança dos indivíduos e promover maior interação social. Além disso, há um eixo de atividades que fortalece a utilização dos espaços coletivos pelos moradores, gerando um senso de comunidade e abrangendo as necessidades dos diferentes públicos (Coradin, 2024).



Figura 10 - Pátio interno - Frauen-Werk Stadt I  
Fonte: Acervo de Margarete Schütt Lihotzky.



Figura 11 - Implantação - Frauen-Werk Stadt I  
Fonte: Vitruvius, 2023.

Jacobs (2011) defende a importância do conceito de “olhos da rua” em seu livro “Morte e Vida das Grandes Cidades”, caracterizando esse termo como espaços em que você consegue ver e ser visto, de modo que os usuários do espaço sentem-se mais seguros. Coradin (2014) afirma que a conectividade e a concentração de movimentos das pessoas nos espaços propostos do projeto refletem esse conceito de Jacobs, exemplificando as áreas laterais em que as crianças podem brincar e podem ser supervisionadas pelos adultos através das janelas.



Em relação ao projeto arquitetônico das habitações, há uma variedade de tipologias, de modo que se pensou em diferentes constituições familiares e suas necessidades. Desse modo, os apartamentos variam de um a quatro quartos, havendo a flexibilidade de modificar os usos. Pensando na necessidade das mães em guardar carrinhos de bebê, carrinho de compras, além de outros utensílios e na falta de espaços nos apartamentos, foram projetadas dispensas no térreo (Coradin, 2014).



Figura 13 - Tipologias de habitação - Frauen-Werk Stadt I. Fonte: Coradin, 2014.

### 3.2.2 Projeto Parque Sensível ao Gênero

Viena possui um manual governamental intitulado “Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development”, que aborda as questões de gênero no campo urbanístico, englobando, por exemplo, praças e parques. O Projeto Parque Sensível ao Gênero é um exemplo dessa política e procura equipar e organizar os espaços públicos com foco em proporcionar um acesso mais seguro, democrático e acolhedor para as mulheres. Com isso, em 1999 foi realizado um concurso que propôs fazer intervenções urbanas que integrassem o planejamento urbano à perspectiva de gênero, sendo escolhidos seis parques pilotos para implementação dos possíveis resultados (Kail, 2011).

Viena possui um manual governamental intitulado “Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development”, que aborda as questões de gênero no campo urbanístico, englobando, por exemplo, praças e parques. O Projeto Parque Sensível ao Gênero é um exemplo dessa política e procura equipar e organizar os espaços públicos com foco em proporcionar um acesso mais seguro, democrático e acolhedor para as mulheres. Com isso, em 1999 foi realizado um concurso que propôs fazer intervenções urbanas que integrassem o planejamento urbano à perspectiva de gênero, sendo escolhidos seis parques pilotos para implementação dos possíveis resultados (Kail, 2011).

O parque Einsiedler é um dos resultados deste concurso e o seu processo projetual envolveu uma ampla participação da população, com a realização de oficinas coletivas e escuta da comunidade. Por meio desse processo participativo foi possível compreender as reais demandas dos indivíduos, chegando a resultados que mostraram que havia uma carência de equipamentos essenciais, a presença de muitas áreas gradeadas e “emparedadas”, presença de vegetações muito densas, pouca iluminação e falta de funcionalidade nos espaços (Kail, 2011).

O escritório de planejamento paisagístico Tillia foi responsável por realizar as mudanças no parque Einsiedler, aplicando intervenções rápidas, como adoção de mobiliários e jogos. Espaços também foram pensados para as cuidadoras, de modo que foram colocados bancos e mesas que permitem que as mulheres possam se acomodar e descansar enquanto as crianças brincam.



Figura 14 - Mobiliários – parque einsiedler. Fonte: Acervo de Zdenka Lammelova.

A presença de elementos e mobiliários mais dinâmicos, como as redes e a plataforma central de observação, permitiu uma maior ocupação, utilização e aproveitamento dos espaços do parque, o que contribui para diminuir a sensação de insegurança. Além disso, a quadra que antes se encontrava gradeada e era voltada somente para jogos de futebol foi transformada em um espaço multiuso no qual se pode explorar diversas atividades. Essas mudanças contribuíram para a manutenção da vitalidade urbana, conceito definido por Jacobs (2011) como a qualidade dos espaços das cidades que são capazes de atrair os indivíduos para diferentes tipos de atividades ao longo de horários variados.



Figura 15 - Plataforma de observação – parque einsiedler.  
Fonte: Acervo de Zdenka Lammelova.



Figura 16 - Espaço para crianças – parque einsiedler  
Fonte: Acervo de Zdenka Lammelova.

A escolha desse projeto como referência se deu por causa da utilização de intervenções rápidas e práticas como modo de promover maior uso e ocupação do espaço por um público mais heterogêneo, diminuindo a sensação de insegurança. Sabendo que a área de estudo deste trabalho possui a problemática de esvaziamentos e subutilização dos espaços, é interessante adotar intervenções práticas e rápidas que possam atrair os indivíduos para utilizar o espaço urbano.

### 3.3 Plano de Bairro Novo Horizonte e região - Jundiaí

O Plano de Bairro Novo Horizonte e região, Lei N.º 9.817, de 31 de agosto de 2022, foi promulgado pela prefeitura de Jundiaí, Estado de São Paulo. O plano englobou seis bairros: Novo Horizonte, Fazenda Grande, Jardim Tulipas, Bom Jardim, Parque Industrial e Distrito Industrial. Com o objetivo principal de tornar os espaços mais amigáveis e seguros para a primeira infância e os cuidadores, o plano reuniu as demandas dos moradores dessas áreas e, a partir delas, desenvolveu metas e diretrizes para orientar as ações do poder público, da iniciativa privada e do setor industrial, o que resultou em dois documentos principais: “Diagnóstico a partir do olhar de crianças e cuidadores” e “Metas, diretrizes e ações propostas”.

A primeira etapa do plano foi a realização de um diagnóstico técnico e caracterização da área de estudo, coletando dados sociais, econômicos, espaciais e ambientais. Em seguida, foi realizado um diagnóstico sob o olhar das crianças e seus cuidadores, por meio da escuta das crianças e de pesquisas com os pais dos alunos matriculados nas escolas públicas da região. Também foram realizados encontros com as lideranças e organizações dos bairros, além de reuniões com gestores e equipes técnicas (Prefeitura de Jundiaí, 2022).

Por meio do estudo da área e do diagnóstico participativo, foi possível identificar que há uma grande área de vazios urbanos, totalizando cerca de 62% do território, comprometendo a conexão e mobilidade entre os bairros e os núcleos comerciais e a segurança da região. Um outro dado importante é a diferença e desigualdade do padrão de ocupação do solo, de modo que as unidades industriais ocupam uma área territorial maior do que a área ocupada pelas unidades residenciais, e o espaço fica majoritariamente dividido de acordo com as suas funções, gerando maiores deslocamentos aos serviços e áreas comerciais. Outra problemática levantada foi a falta de contato das crianças com a natureza, havendo deficiência de espaços naturais e de lazer bem estruturados (Prefeitura de Jundiaí, 2022).



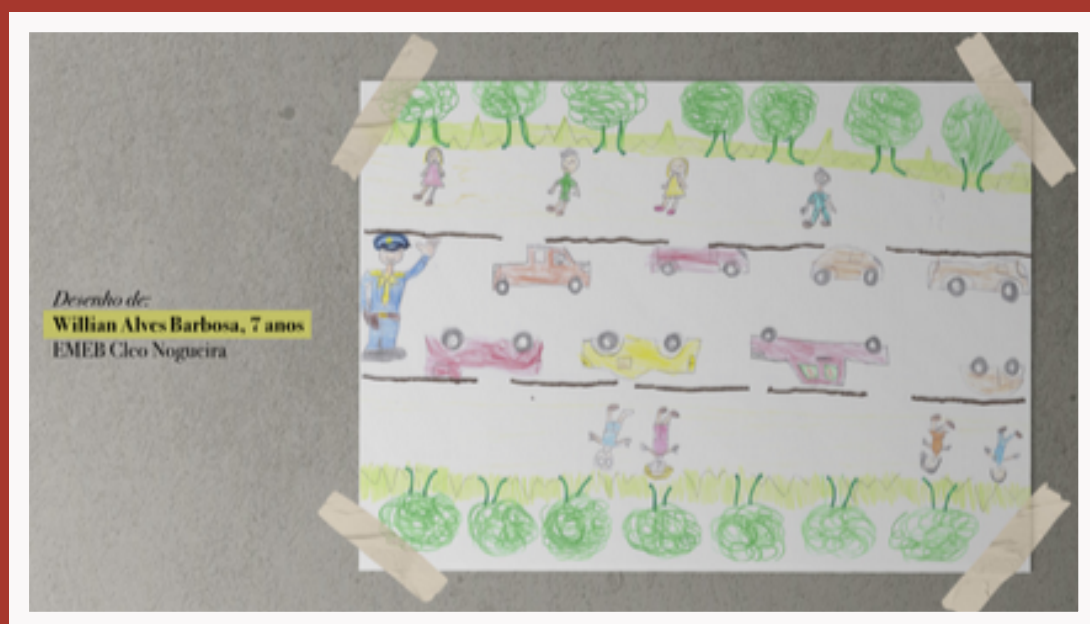


Figura 17 - Escuta das crianças por meio de desenhos  
Fonte: Prefeitura de Jundiáí, 2020.



Figura 18 - Escuta das crianças por meio de entrevistas  
Fonte: Prefeitura de Jundiáí, 2020.

metas	ações
Potencializar a proteção ambiental e o uso do solo	Regularização fundiária em área de interesse social
	Oferta de unidades de habitação de interesse social
	Gestão de uso do solo para um bairro de 15 minutos
	Reflorestamento e qualificação de APPs urbanas
	Integração de áreas verdes e corredores ecológicos
	Monitoramento da qualidade do ar
	Melhoria da drenagem urbana
	Implementação do IPTU verde
Melhorar as condições de mobilidade	Criação dos jardins de chuva
	Revisar o plano viário da região Oeste
	Definição de eixos principais de transporte público
	Implantação de Estação de Transferência de Transporte
	Melhorias no sistema viário estrutural, por avenida
	Implantação de urbanismo tático e zonas 30km
Ampliar o uso dos espaços públicos	Definição dos percursos da infância
	Mapeamento de um bairro para áreas de 15 minutos
	Criação do inventário de áreas públicas
	Adesão ao Cadastro Ambiental Urbano nacional
	Criação do Programa Hortas Urbanas
	Criação do Programa Pé de Árvore
	Implantação de um Parque Naturalizado
	Ativação das Ruas de Brincar
	Criação de mobiliário - Programa Eu Banco!
	Criação de módulo para microparques naturalizados
Qualificar os equipamentos de uso comunitário	Mapeamento e requalificação de Vias
	Qualificação nas faixas de alta tensão
	Reforma de escolas
	Reforma de Unidade Básica de Saúde
	Reforma do Centro Esportivo
	Criação do Centro de Referência Regional
	Indicação de área para gestão de resíduos recicláveis

Quadro 03 - Metas e ações - Plano de Bairro Novo Horizonte e região.  
Fonte: Prefeitura de Jundiáí, 2022. Adaptado pela autora.



Diante de todos os problemas identificados, foram estabelecidas cinco metas gerais que abrangem eixos temáticos. Cada meta engloba ações que buscam solucionar as fragilidades e qualificar os espaços. O processo de elaboração desse plano foi orientado por duas diretrizes principais introduzidas pelo Plano Diretor: o Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável - DOTS, previsto no art. 78; e a Política da Criança na Cidade, prevista no capítulo X, art. 182 a 185. O DOTS é uma ferramenta de planejamento que relaciona o uso do solo às questões de mobilidade urbana, objetivando transformar os espaços junto aos eixos de transporte. Já a Política da Criança na Cidade possui o objetivo de promover um planejamento que resulte em cidades mais seguras, saudáveis e amigáveis à infância (Prefeitura de Jundiaí, 2022). O quadro resumo 03 reúne as metas e ações estabelecidas pelo plano.

Apesar de o Plano de Bairro de Nova Horizonte e região ter como foco a criança ao invés da perspectiva de gênero, a região trabalhada possui problemáticas que se assemelham aos problemas encontrados no bairro Montese, como a presença de vazios urbanos e ausência de espaços bem estruturados que possibilitem o contato com a natureza e o lazer. Desse modo, as metas e ações desenvolvidas podem servir como referência para o desenvolvimento do presente trabalho, a exemplo da implementação do IPTU verde para lidar com as questões associadas aos vazios. Para além disso, cabe citar a afirmação de Francesco Tonucci (2020), segundo o qual a criança é como um paradigma de uma boa cidade para todos, pois assegurar as necessidades de uma criança é também assegurar as necessidades de todo o resto da população. É preciso reforçar, contudo, a importância de realizar um recorte de raça quando se fala em infância, já que as mulheres negras estiveram submissas a filhos que não eram seus, sendo as “mães de leite” (Pereira, 2021). Com isso, pode-se afirmar que o paradigma de uma boa cidade para todos não é somente uma criança, mas uma criança negra e pobre. Estudar planejamento urbano sob a perspectiva da criança é também estudar um planejamento que contemple mães, irmãs, cuidadoras de um modo geral, o que se relaciona com a questão de gênero.

contribuições das referências projetuais	
<b>Guia para o desenho de espaços públicos com perspectiva interseccional de gênero - Punt-6</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trabalha a escala do bairro</li><li>• Fornece ferramentas para realização de um diagnóstico participativo</li><li>• Estabelece qualidades e critérios para um planejamento urbano com perspectiva interseccional de gênero</li></ul>
<b>Manual Ambientes Habitáveis: Auditoria de Segurança Urbana com Perspectiva de Gênero na Habitação e Entorno - Punt-6</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Foco na segurança urbana</li><li>• Estabelece estratégias e ações com foco em aumentar a percepção de segurança dos diferentes grupos de pessoas</li></ul>
<b>Frauen-Werk Stadt I</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promoção de usos mistos</li><li>• Áreas livres que fortalecem as intervenções</li><li>• Permeabilidade visual entre as edificações e o externo</li><li>• Disponibilidade de equipamentos próximos às habitações</li></ul>
<b>Projeto Parque Sensível ao Gênero</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Intervenções rápidas e práticas</li><li>• Ações e estratégias voltadas às problemáticas dos esvaziamentos e subutilização dos espaços</li></ul>
<b>Plano de Bairro Novo Horizonte e região - Jundiaí</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ações e estratégias voltadas às problemáticas dos esvaziamentos e ausência de espaços que possibilitem o lazer e o contato com a natureza</li><li>• Processos participativos</li><li>• Ações e estratégias voltadas para a criança - a criança como um paradigma de uma boa cidade para todos</li></ul>

Quadro 04 - Quadro-síntese das referências projetuais.  
Fonte: Elaborado pela autora.



**carolina maria de jesus**

Carolina Maria de Jesus.  
“Na memória social brasileira, representa ruptura, dissenso, insurreição. Para a história do livro e da leitura no Brasil, significa a visibilização de fronteiras e um vislumbre de diluição. Na cultura e nas artes negras, seu nome tem sentido de legado. Na literatura, Carolina é uma estrada”.

Colagem: Victória Barreto

## diagnóstico

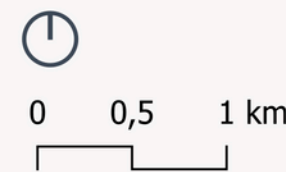
O diagnóstico do bairro Montese foi realizado levando em consideração os aspectos físicos, sociais e econômicos, além das legislações que incidem sobre a área. Sabendo que o presente trabalho se trata de um plano de bairro com perspectiva de gênero, as questões que possuem maior impacto na vida das mulheres foram enfatizadas e abordadas de forma mais profunda.

## 4.1 De Pirocaia a Montese

O Montese está localizado na porção centro-sul de Fortaleza e é delimitado pelas avenidas João Pessoa e Expedicionários e pelas ruas 15 de Novembro e Desembargador Praxedes. Essas vias são responsáveis por interligar uma ampla quantidade de bairros, o que ocasiona um intenso fluxo de veículos. Apesar de grande parte do bairro ser constituída por edificações de uso residencial, a área é diversificada, possuindo uma intensa atividade comercial e grande disponibilidade de serviços variados. Por conta dessa diversidade de usos, o Montese atende muitos bairros vizinhos e exerce influência sobre eles, formando uma área que abrange também os bairros Itaoca, Bom Futuro, Parreão, Damas, Jardim América e Vila União e que é popularmente chamada de Grande Montese. Todas essas características fazem do Montese uma centralidade de Fortaleza, de forma que há uma interdependência do bairro Centro em relação a muitos serviços. Desse modo, a população residente do Grande Montese não possui uma grande necessidade de se deslocar para o bairro Centro para acessar serviços como comércio e bancos, haja vista que há muitas sedes desses equipamentos distribuídas pela área, principalmente nas duas vias comerciais principais, a Avenida Professor Gomes de Matos e a Rua Alberto Magno.



Mapa 02 - Mapa de ruas que delimitam o Montese  
Fonte: SEFI, 2017. Elaborado pela autora.



Mapa 03 - O Grande Montese como uma centralidade  
Fonte: IPLANFOR, 2023. Elaborado pela autora.



Boa parte dos acontecimentos relacionados à formação do bairro Montese foi documentada pelo escritor Raimundo Nonato Ximenes (2004), considerado como o fundador do bairro por ser um dos residentes mais antigos, em seu livro “De Pirocaia a Montese – Fragmentos Históricos”, em 2004. Em 2016, foi publicada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza a Coleção Pajeú, uma reunião de livros que contam a história dos bairros da cidade sob a perspectiva de moradores. Desse modo, há um livro dessa coleção também escrita por Ximenes (2016) e que resume a história do bairro. Diante disso, é importante destacar que os registros existentes são de autoria e percepção do escritor, de modo que a história é contada a partir de suas vivências, podendo não englobar a existência de outros povos que poderão ter vivido na área.

Relatos do ano de 1873 indicam a inauguração do trecho ferroviário da Estrada de Ferro de Baturité que ligava a então Vila de Arronches (atualmente, Parangaba) à Estação Professor João Felipe, no Centro de Fortaleza. Esse trecho facilitava o escoamento da produção advinda das serras, mas dificultava o acesso de outros produtos para regiões mais centrais. Com a necessidade de transportar outras mercadorias diversas do interior, como cereais, carvão vegetal, madeira, água e rebanhos de gado, foi criada a Estrada do Gado, que hoje em dia é a Avenida Professor Gomes de Matos (Figura 20). A estrada ficou conhecida por facilitar o transporte de gado para o Matadouro Modelo (Figura 19), que ficava localizado onde hoje é a Escola Estadual de Educação Profissional Paulo VI (Ximenes, 2004).



Figura 19 - Antigo Matadouro Modelo.  
Fonte: Arquivo Nirez.



Figura 20 - Mapa de Fortaleza de 1945 - Em linha vermelha a estrada do gado.  
Fonte: Serviço Geográfico do Exército (1945). Editada pela autora.

Ao longo da estrada, existiam poucas habitações, que eram construídas em taipa e cobertas de palha e pertenciam a agricultores que trabalhavam nos sítios da região. Ximenes (2004) afirma que naquela época o bairro era chamado de Pirocaia e que a área era conhecida por ter fontes de água potável, as quais eram vendidas para outras áreas.

“O topônimo vem do Tupi e é formado por três elementos: pira (pele) + oka (casa) + caia (queimado). Por aglutinação,[...] Pirocaia traduz-se por Aldeia dos Pele Queimada, alusão, talvez, a alguma tribo indígena que teria habitado nessas terras em tempos passados”. (Ximenes, 2004, p. 33)

O nome Montese está relacionado à Batalha de Montese, que ocorreu na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, representando a vitória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1945. Cerca de 25 mil soldados brasileiros, intitulados “pracinhas” foram convocados para essa batalha, e dentre eles estava Raimundo Nonato Ximenes, que voltou e passou a residir no bairro como um dos primeiros moradores, nomeando-o como Montese em homenagem à cidade italiana.

A expansão da economia francesa e o interesse em exportar o algodão atraiu muitos franceses para o Ceará ao final do século XIX e começo do século XX. Com isso, a cidade de Fortaleza sofreu influência do modo de vida e arquitetura dos franceses, de modo que a elite formada por comerciantes e profissionais liberais da cidade passaram a cultivar a “Belle Époque”(Ximenes, 2004). Grande parte do bairro Montese foi adquirida por franceses como forma de investir em terrenos. Diante disso, a Estrada do Gado passou a ser nomeada “Boulevard 14 de Julho”, em homenagem à Queda da Bastilha, marco da Revolução Francesa. Essa influência francesa pode ser percebida nas muitas ruas do bairro que são nomeadas em homenagem a personalidades francesas, como a rua Irmã Bazet (religiosa e primeira diretora do Colégio Imaculada Conceição, no Centro) e Isaie Bóris (comerciante de uma das primeiras lojas de departamento da cidade) (Ximenes, 2004).

Em 1947, o prefeito da época, o doutor José Leite Maranhão, aprovou um plano de urbanização para a cidade de Fortaleza, intitulado Plano Saboia Ribeiro, elaborado pelo urbanista cearense José Otávio Saboia Ribeiro. O plano previa duas pistas de rolamento com um canteiro central para a Boulevard 14 de julho, mas nunca foi colocado em prática, de modo que a via foi desenvolvida de forma não planejada. Formou-se, nessa avenida, o maior mercado ambulante do bairro, com a venda de queijos, peixes, carnes, grãos, legumes e frutas. Além disso, começou a acontecer o fenômeno de especulação imobiliária, desrespeitando o Plano Urbanístico da cidade, causando desordem no espaço (Ximenes, 2016).

A Boulevard 14 de julho passou a ser chamada de Avenida 14 de julho em julho de 1968, mas em março de 1969 foi nomeada como Avenida Professor Gomes de Matos, em homenagem ao professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará, que também foi juiz e promotor (Ximenes, 2016).

O autor destaca que historicamente é possível comparar a Avenida Gomes de Matos com a Avenida Paulista, em São Paulo, que também já foi palco de passadas de boiadas para o matadouro. A Avenida Gomes de Matos, assim como a Avenida Paulista, recebeu influência dos franceses no que diz respeito ao estilo das mansões. Em relação ao forte uso comercial das duas vias, a Gomes de Matos reúne mais de dez agências bancárias, lojas de tecido, autopeças, além de bares, postos de combustível e farmácias. Essa potencialidade transformou a via em um corredor de tráfego, sendo instalados oito semáforos ao longo da avenida, além de um binário para facilitar a circulação dos veículos, principalmente dos ônibus de transporte público (Ximenes, 2016).

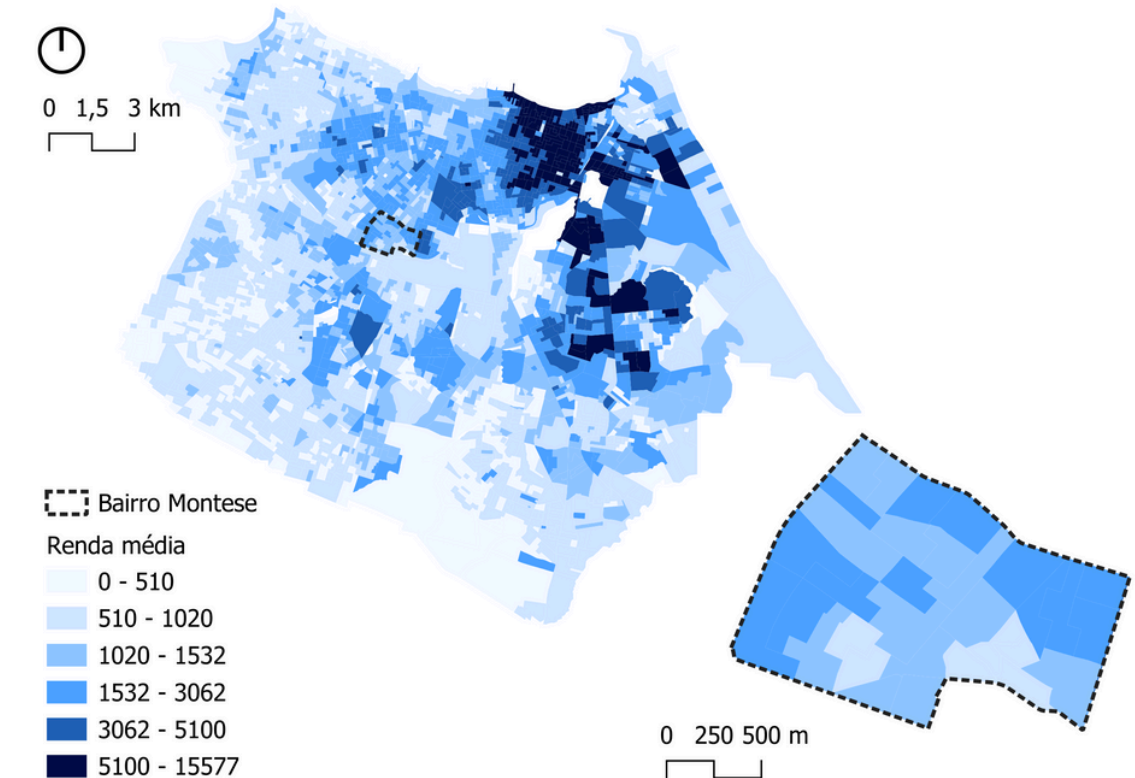
Apesar de o bairro abrigar muitas atividades e se constituir como um espaço central de grande relevância para a cidade, ainda é difícil encontrar documentação sobre a história do bairro sob outras perspectivas além das de Ximenes, o que mostra a importância da realização de pesquisas futuras desenvolvidas por historiadores e/ou técnicos, para buscar registros e dados associados ao Montese.



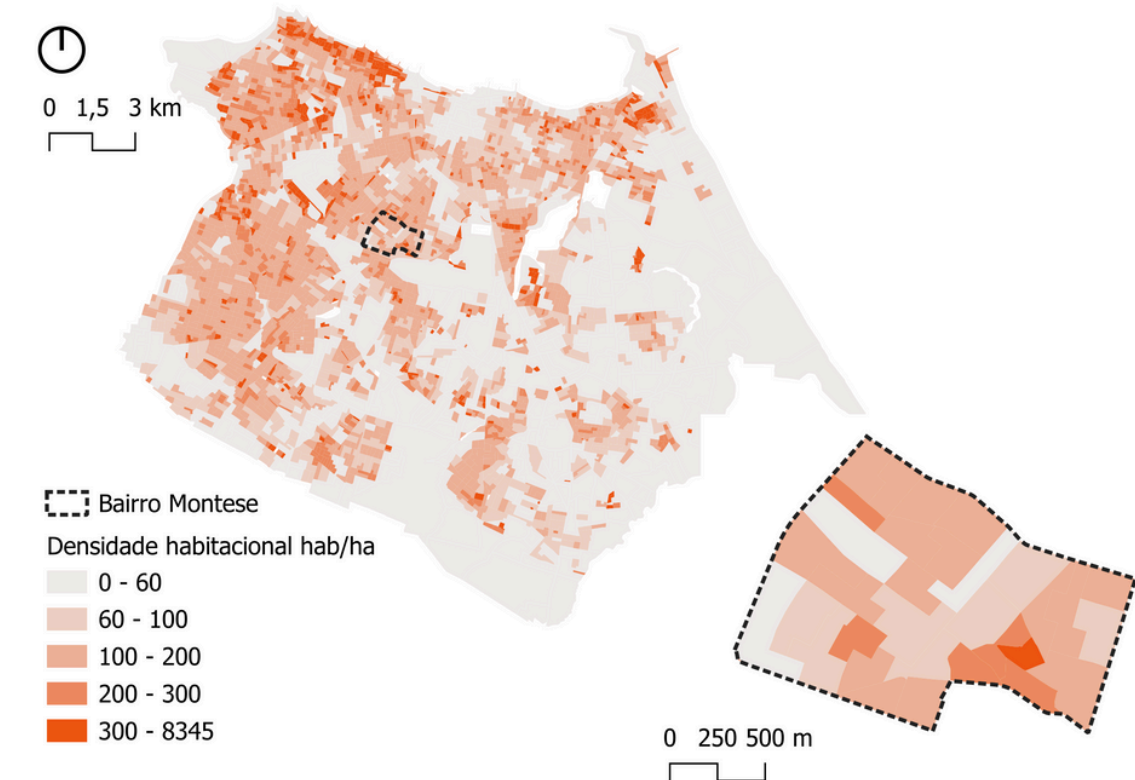
## 4.2 Indicadores socioeconômicos

Este tópico reúne dados socioeconômicos acerca da população do bairro Montese. Dados iniciais do Censo Demográfico do IBGE de 2022 revelam que Fortaleza possui 2.428.678 milhões de habitantes, a quarta maior população do Brasil (IBGE, 2022). Os dados sobre o bairro aqui utilizados, porém, são em sua maioria referentes ao Censo Demográfico do IBGE (2010) e por isso não representam a realidade do presente momento, servindo como dados de referência para compreender as relações socioespaciais. O Censo Demográfico 2022, que ainda está em processo de desenvolvimento, divulgou apenas os dados de população e domicílios na escala do setor censitário.

Sobre o Montese, a população residente, segundo o Censo de 2010, era de 28.631, com uma população feminina que ultrapassa a masculina em 11%. Ao analisar o mapa de renda por setor censitário da cidade de Fortaleza (mapa 04), é visto que grande parcela da população vive com uma renda média mensal muito baixa, principalmente na parte oeste da cidade. Levando em consideração a base de dados do IBGE de 2010, em que o salário mínimo era R\$ 510, é observado que a população do Montese tinha uma faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, uma realidade intermediária quando comparado aos bairros com maiores e menores rendas médias da cidade, totalizando uma renda média de R\$ 822, referente a um salário mínimo e meio na época. Esse resultado pode estar atrelado à falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, além da dificuldade de acessar uma formação educacional e capacitação profissional. Outro fator que também contribui para que a renda seja baixa são os trabalhos informais, que são muito presentes nas vias comerciais do bairro, de modo que os indivíduos não têm seus direitos trabalhistas reconhecidos. A densidade habitacional (habitantes por hectare) é maior na porção oeste de Fortaleza, enquanto a região leste possui uma baixa densidade. O Montese possui uma alta densidade, com 150 hab/ha (Mapa 05), mas também ocupa uma posição intermediária quando comparado a bairros como o Pirambu, que possui uma das maiores densidades do país, tendo 344 hab/ha. Em relação à distribuição da densidade dentro do perímetro do bairro Montese, tem-se uma menor densidade na área central do bairro, haja vista que é a área que concentra comércios e possui uma baixa quantidade de edificações de uso residencial, e uma maior densidade na porção sudeste, em que há a presença de um assentamento precário.



Mapa 04 - Renda média por setor censitário  
Fonte: IBGE (2010); IPLANFOR (2018). Elaborado pela autora.

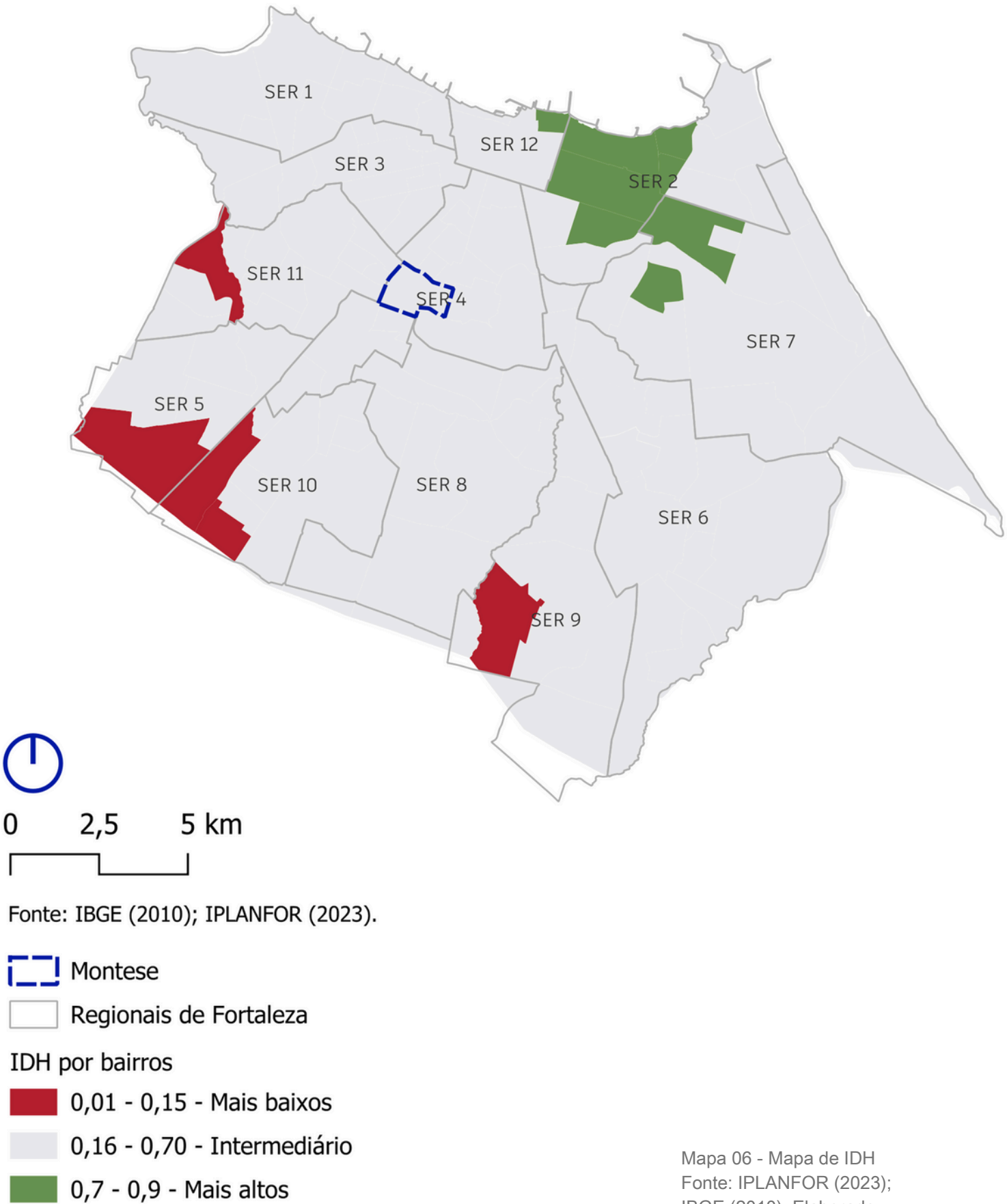


Mapa 05 - Densidade habitacional  
Fonte: IBGE (2010); IPLANFOR (2018). Elaborado pela autora.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores relacionados à riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população. Observando o mapa de IDH da cidade de Fortaleza (mapa 06), é observado que a maior parte das áreas de IDH muito baixo se concentram nas periferias da cidade, principalmente na parte sudoeste, enquanto as áreas mais centrais da cidade mantêm, no geral, uma faixa de IDH intermediária. O bairro Montese possui um IDH considerado muito baixo pelo IBGE, mas que se distancia muito dos bairros que possuem os menores IDHs da cidade. Ao realizar um comparativo de renda com os bairros de maiores e menores IDHs da cidade, é visto que o Montese se encontra numa posição intermediária, o que pode ser observado no quadro 05.

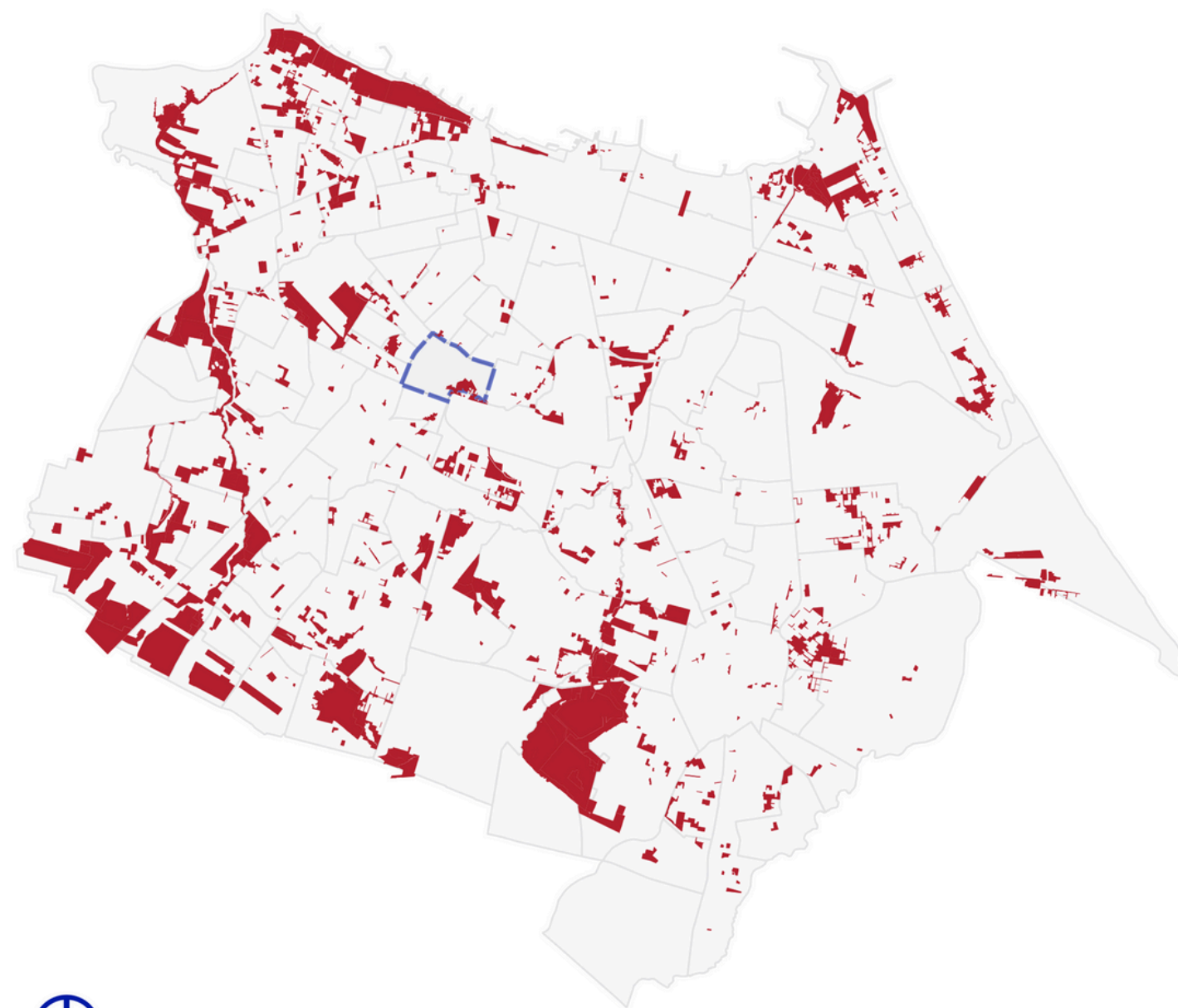
Bairro	IDH	Renda Média (R\$)
Meireles	0,953	3659,00
Aldeota	0,867	2901,00
Dionísio Torres	0,860	2707,00
Mucuripe	0,793	2742,00
Guararapes	0,768	3488,00
Montese	0,470	822,00
Siqueira	0,149	326,00
Genibaú	0,139	329,00
Canindezinho	0,136	325,00
Pq. Presidente Vargas	0,135	287,00
Conj. Palmeiras	0,119	239,00

Quadro 05 - Comparativo de renda  
Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.



Mapa 06 - Mapa de IDH  
Fonte: IPLANFOR (2023);  
IBGE (2010). Elaborado  
pela autora.



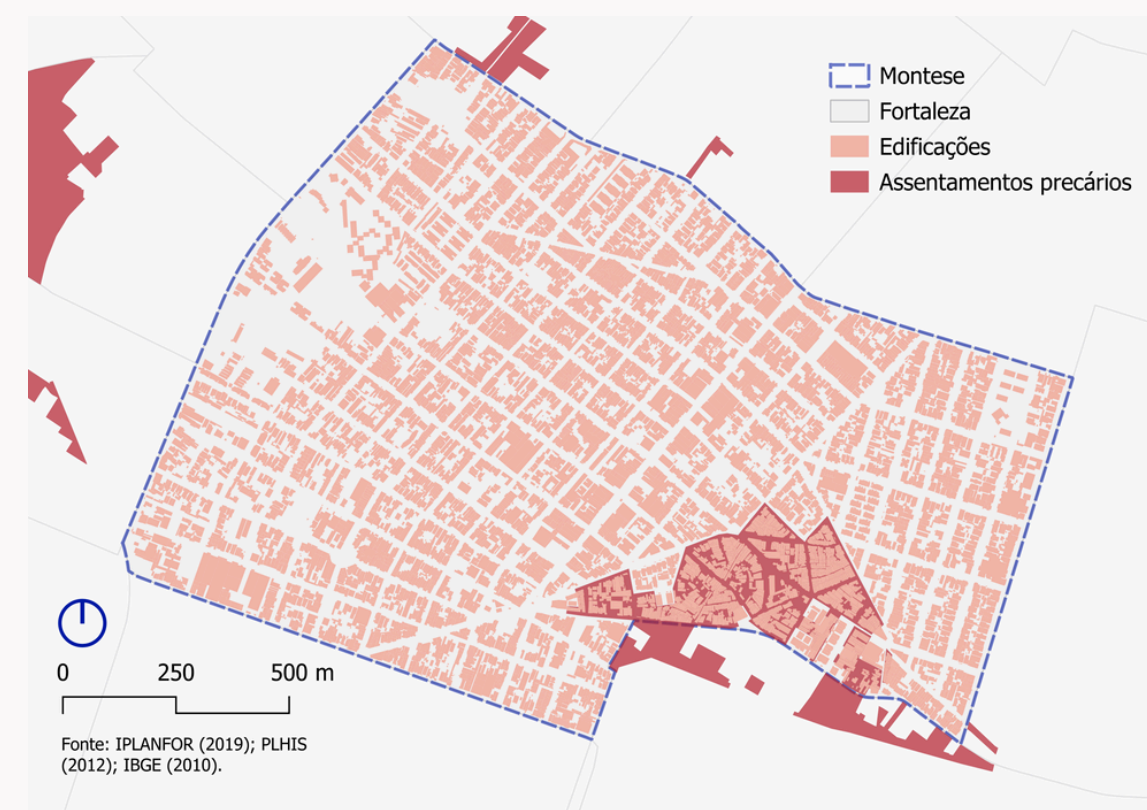


0 2,5 5 km

■ Assentamentos precários  
□ Montese  
□ Fortaleza

Mapa 07 - Mapa de assentamentos precários de Fortaleza  
 Fonte: IPLANFOR (2019); PLHIS (2012); IBGE (2010). Elaborado pela autora.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) revelou que 44% da população de Fortaleza vive em assentamentos precários (mapa 07), que são definidos como áreas ocupadas irregularmente, considerando a morfologia urbana, o perfil socioeconômico da população e a situação de irregularidade urbanística e/ou fundiária (2016). É importante destacar, contudo, que mesmo que os padrões e tamanho de lote, recuos e/ou taxa de ocupação não sejam atendidos, os ambientes construídos nessas áreas não são necessariamente “precários”, de modo que alguns deles possuem até mesmo posse legal da terra (Costa Lima; Freitas; Cardoso, 2019). No Montese, há um assentamento precário do tipo favela, denominado Buraco da Jia e caracterizado como um assentamento consolidável com reassentamento. Analisando o mapa 08, é possível perceber que a área demarcada como assentamento se diferencia do padrão morfológico do bairro, que possui grandes quadras retangulares, de modo que as edificações são dispostas em diferentes posições, formando vias de diferentes larguras e configurações. Além disso, a área faz fronteira com o bairro aeroporto e está muito próxima de uma linha de VLT, estando muito suscetível à poluição sonora.



0 250 500 m

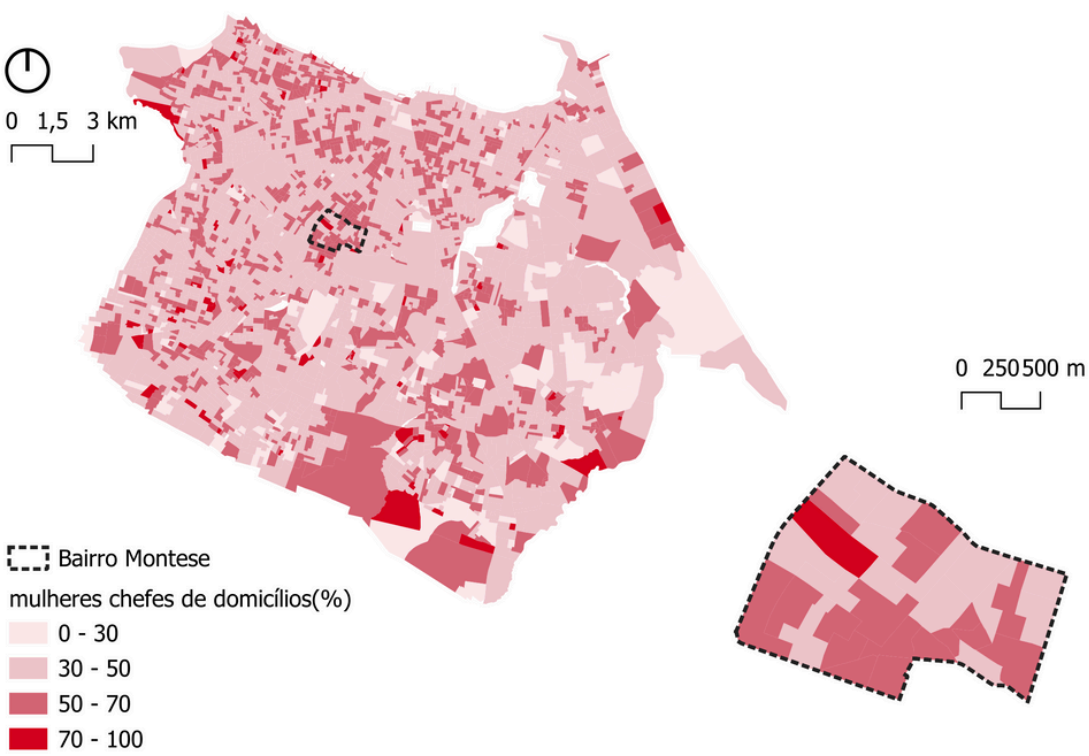
Fonte: IPLANFOR (2019); PLHIS (2012); IBGE (2010).

Mapa 08 - Mapa de assentamentos precários do Montese  
 Fonte: IPLANFOR (2019); PLHIS (2012); IBGE (2010). Elaborado pela autora.

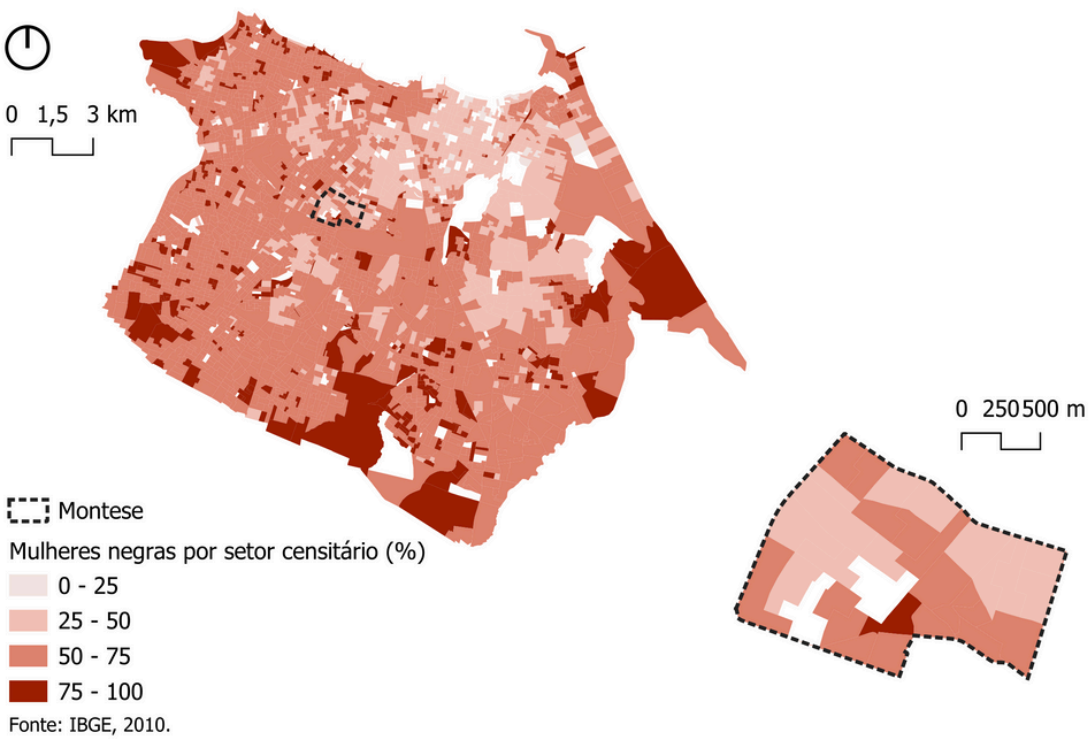
### 4.2.1 As mulheres no Montese

Neste subtópico, se analisa dados associados ao perfil socioeconômico das mulheres. Utilizando dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), foi possível gerar mapas que contribuem para compreender alguns aspectos relacionados às questões de gênero. O mapa 09 mostra a porcentagem de mulheres chefes de domicílio por setor censitário, revelando que nas periferias da cidade há uma maior quantidade de domicílios chefiados por mulheres. No bairro Montese, pode-se concluir que há uma grande porcentagem de mulheres chefes de domicílios, de modo que não há setores demarcados com uma porcentagem abaixo de 30% dentro do perímetro do bairro. Além disso, é possível perceber que a área demarcada como assentamento precário possui uma alta porcentagem de mulheres chefes de domicílio.

Conforme visto no referencial teórico, as mulheres negras são as maiores vítimas da violência. Com isso, foi analisada a porcentagem de mulheres negras por setor censitário, para compreender como essa população se distribui pela cidade e pelo bairro de intervenção. Analisando o mapa 10, foi possível perceber que há uma maior porcentagem de mulheres negras nas periferias da cidade. No bairro Montese, grande parte da área que recebe maior porcentagem de mulheres negras é também a área em que há a presença de um assentamento precário, além de concentrar também a maior densidade demográfica do bairro. Essas áreas devem receber, portanto, maior atenção em questão de sinalizações e intervenções que possam proporcionar maior sensação de segurança.



Mapa 09 - Porcentagem de mulheres chefes de domicílio  
Fonte: IBGE (2010); IPLANFOR (2018). Elaborado pela autora.

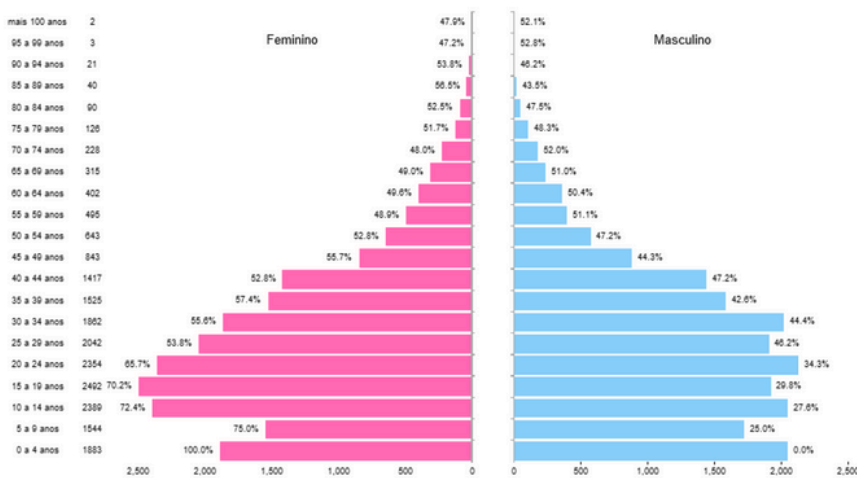


Mapa 10 - Porcentagem de mulheres negras por setor censitário  
Fonte: IBGE (2010); IPLANFOR (2018). Elaborado pela autora.

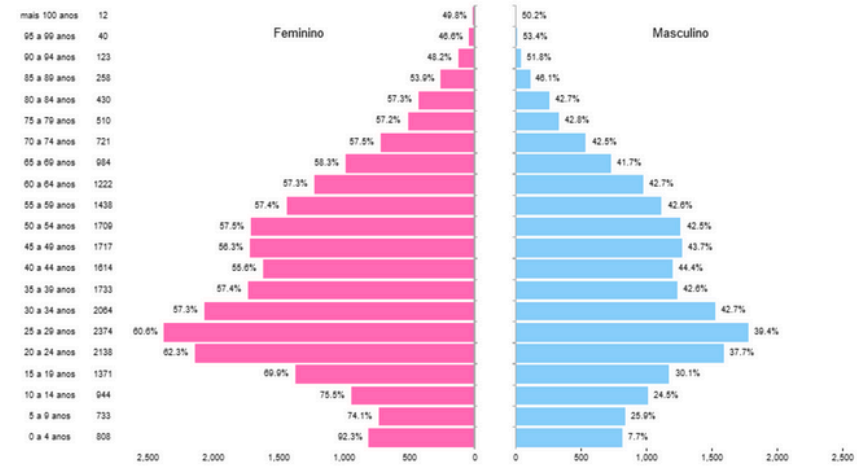


Outros dados analisados foram as pirâmides etárias do bairro, que representam graficamente a estrutura populacional de um lugar dividida por faixa etária e sexo. Por meio desses dados, é possível compreender como está a taxa de natalidade e a expectativa de vida de um determinado espaço, o que pode se relacionar à qualidade de vida dos indivíduos, à conscientização e educação de uma população acerca de métodos contraceptivos, às condições e qualidade de vida e do planejamento familiar, além de se associar à necessidade de mais ou menos equipamentos que atendam a crianças e mães. Desse modo, foi realizado um comparativo entre o Conjunto Palmeiras (bairro de menor IDH), o Meireles (bairro de maior IDH) e o Montese. Analisando essas pirâmides, vê-se que a população do Conjunto Palmeiras é constituída em grande parte por crianças e adolescentes, enquanto o Meireles possui uma população constituída principalmente por jovens e adultos, demonstrando uma taxa de natalidade muito inferior à do bairro anteriormente citado. A pirâmide etária do bairro Montese mostra que a população possui uma maior porcentagem de indivíduos adultos, revelando uma taxa de natalidade que se assemelha mais a do bairro Meireles..

pirâmide populacional, Palmeiras, 2021-2022



pirâmide populacional, Meireles, 2021-2022



pirâmide populacional, Montese, 2021-2022

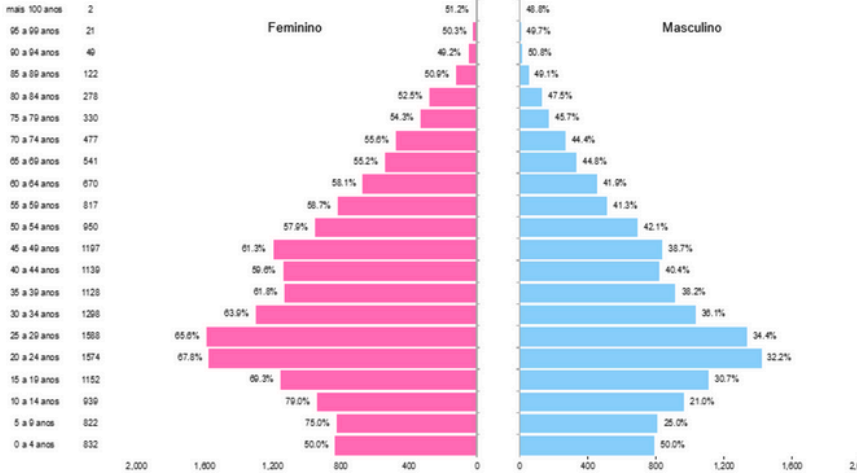


Figura 21 - Pirâmides etárias  
Fonte: SIMDA, 2022.

### 4.3 Infraestrutura urbana

O bairro Montese é bem assistido em relação ao abastecimento de água (mapa 11), de modo que quase todo o território é abrangido por esse serviço. Em relação à rede de esgoto (mapa 12), a maior parte da área do bairro possui esse serviço, havendo, entretanto, uma predominância de vias que não possuem essa assistência na porção sul e sudeste do bairro, áreas em que há a presença de um assentamento precário.

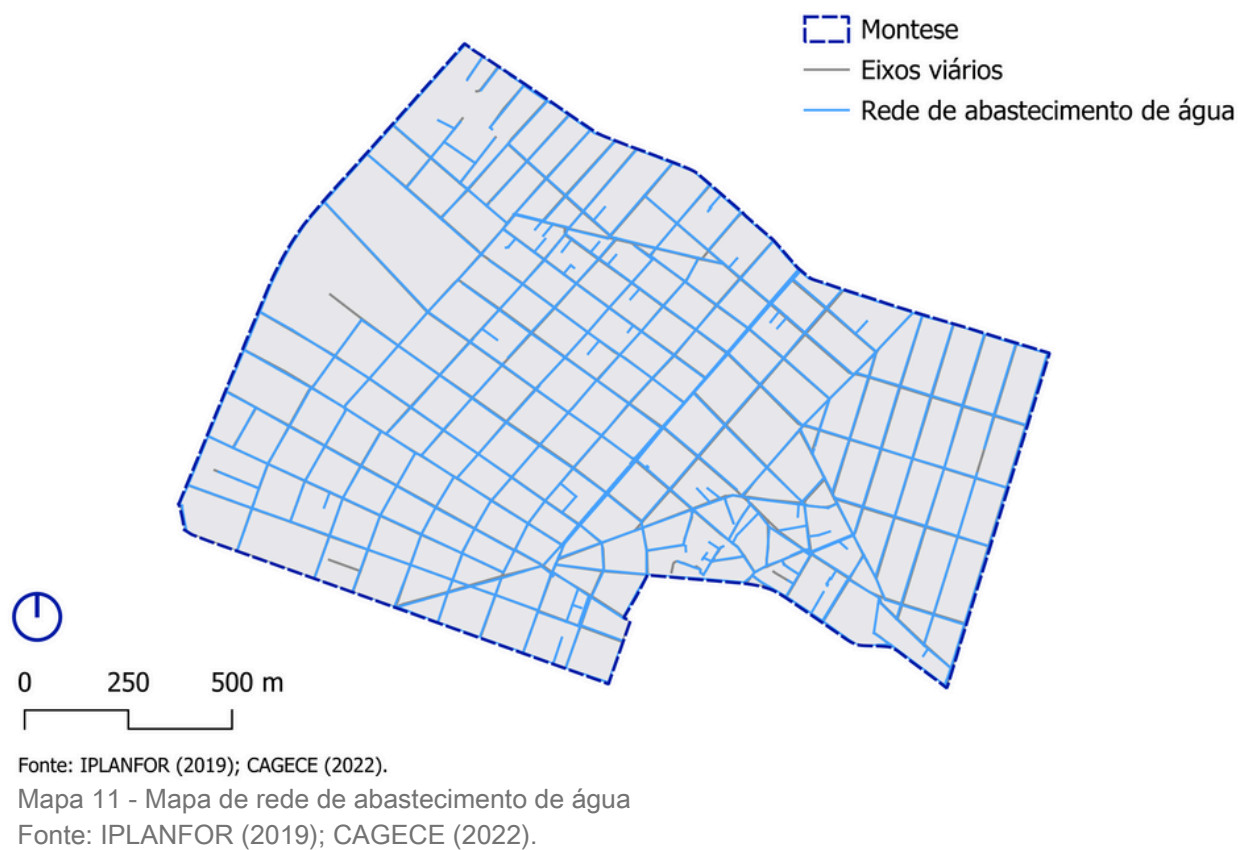
Apesar de o Montese ser bem assistido pelo serviço de coleta domiciliar de lixo, o acúmulo de lixo no espaço urbano é um grande problema para a área. Ao caminhar pelo bairro, é possível identificar uma grande quantidade de calçadas que abrigam lixo (figuras 22 e 23), o que atrapalha a caminhabilidade, compromete a acessibilidade e contribui para o aumento de casos de doenças como a dengue. Além disso, o acúmulo de lixo também gera barreiras visuais que podem fortalecer o sentimento de insegurança que assola as mulheres ao realizarem seus percursos.



Figura 22 - Acúmulo de lixo em via no Montese  
Fonte: Acervo da autora (2024).



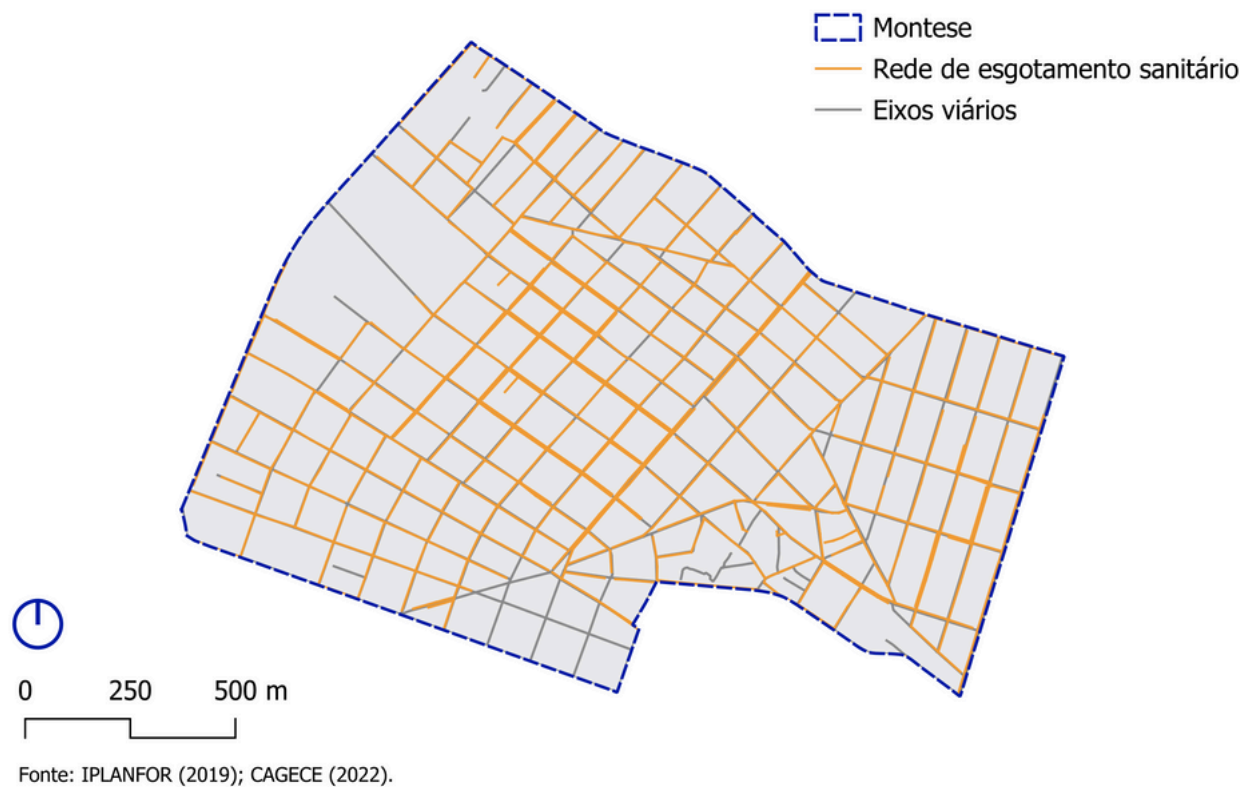
Figura 23 - Acúmulo de lixo em calçada na Rua Alberto Magno  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Fonte: IPLANFOR (2019); CAGECE (2022).

Mapa 11 - Mapa de rede de abastecimento de água

Fonte: IPLANFOR (2019); CAGECE (2022).



Fonte: IPLANFOR (2019); CAGECE (2022).

Mapa 12 - Mapa de rede de abastecimento de esgoto

Fonte: IPLANFOR (2019); CAGECE (2022).



4.4 Legislação urbana e ambiental

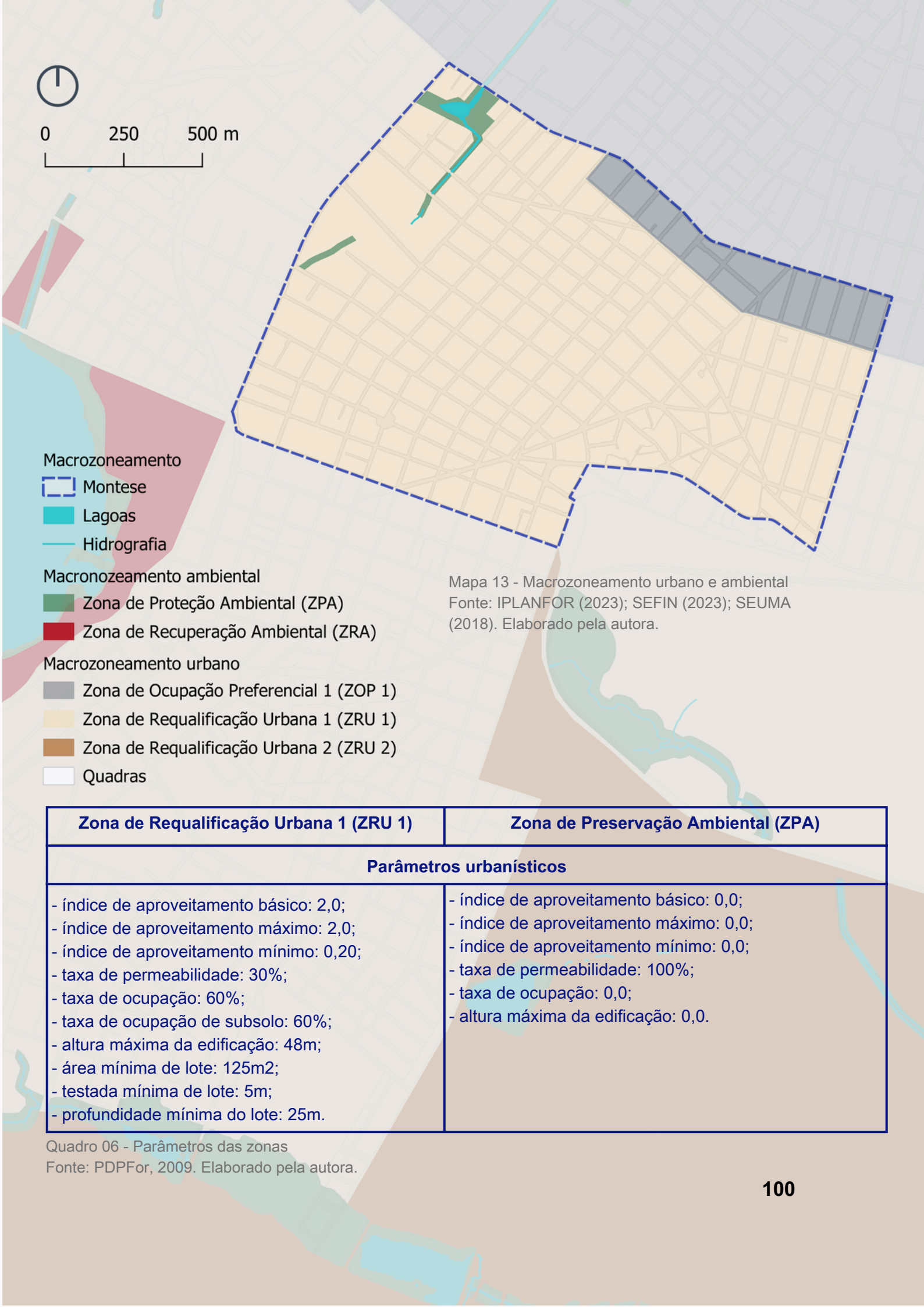
O Plano Diretor Participativo estabelece, por meio do macrozoneamento, a subdivisão do território do município em macrozona de ocupação urbana e em macrozona de proteção ambiental (PDPFor, 2009). O bairro Montese está inserido em uma Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1), também possuindo uma área que está abrangida pela ZRU 2 (mapa 13).

A Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1) caracteriza-se pela insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos, pela presença de imóveis não utilizados e subutilizados e incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários; destinando-se à requalificação urbanística e ambiental, à adequação das condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade e à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo dos imóveis não utilizados e subutilizados (PDPFor, 2009, p.41).

Além disso, há uma área demarcada como Zona de Preservação Ambiental (ZPA), que se destina a preservar os ecossistemas e os recursos naturais (PDPFor, 2009). Essa área de ZPA possui um recurso hídrico que se tornou um esgoto a céu aberto (Figura 26), com grande acúmulo de lixo. Apesar disso, há edificações que ficam às margens desse canal, o que gera riscos para a população, haja vista que a água parada e poluída pode causar contaminação e transmissão de doenças, além do risco de alagamentos. O quadro 06 fornece um quadro resumo dos parâmetros de cada zona.



Figura 24 - Área demarcada como ZPA  
Fonte: Google Street View, 2023.

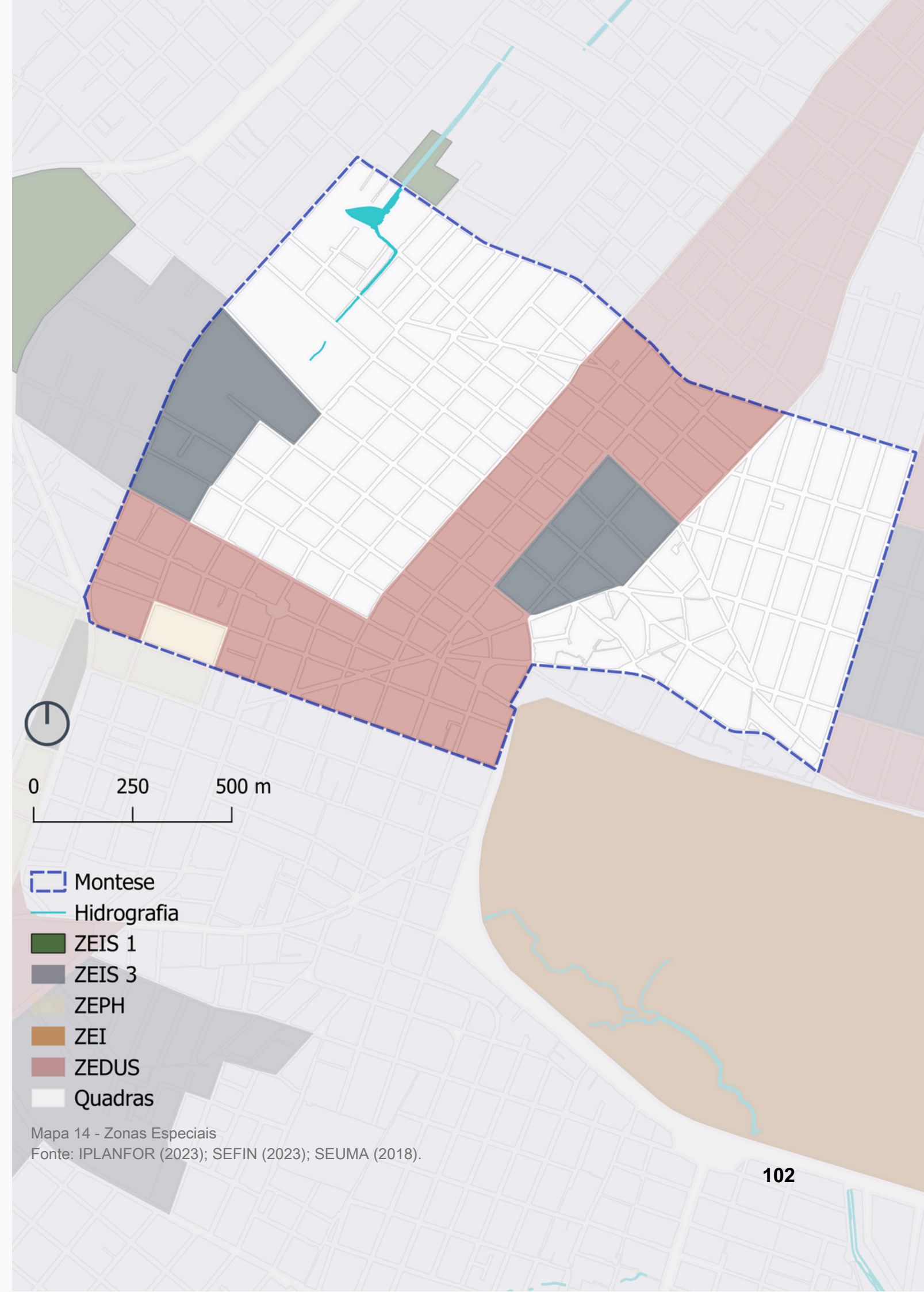




Para além do macrozoneamento, o bairro possui áreas demarcadas como zonas especiais (mapa 15), havendo duas áreas que foram demarcadas como Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS 3), a qual são definidas por áreas dotadas de infraestrutura, com concentração de terrenos não edificados ou imóveis subutilizados ou não utilizados, devendo ser destinadas à implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social, além dos demais usos válidos para a Zona, a partir de elaboração de um plano específico. Contudo, apesar dessa demarcação, nunca houve um processo de regulamentação dessas áreas.

Além disso, a grande área central que reúne as vias principais é demarcada como Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS), que são áreas do território destinadas à implantação e/ou intensificação de atividades sociais e econômicas, respeitando a diversidade local e objetivando atender ao princípio da sustentabilidade (PDPFor, 2009). Essa demarcação traz consequências negativas e positivas para o espaço público e para a manutenção da vitalidade urbana quando analisadas sob a perspectiva da mulher. Por um lado, a ZEDUS Montese traz maior permissividade para abrigar equipamentos que podem promover maior movimentação em diferentes turnos para a área, como serviços de educação (SE), serviços de saúde de diferentes classes (SS), serviços de utilidade pública (SUP), equipamentos para atividade administrativa governamental (EAG), equipamentos para atividades de defesa e segurança (EDS) e equipamentos para atividade religiosa (EAR). Por outro, a zona é mais permissiva para abrigar comércios de diferentes classes, além de serviços de oficinas, que concentram funcionários e clientes homens, contribuindo para mais casos de assédio com as mulheres. Essa permissividade para esse tipo de uso contribui para os esvaziamentos no período noturno, visto que o funcionamento da maioria desses serviços se encerra ao fim da tarde.

A pequena área demarcada como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico e Cultural (ZEPH) se dá em função de uma área do bairro Parangaba que abriga edificações de valor histórico, incluindo a Igreja do Sagrado Coração de Jesus.



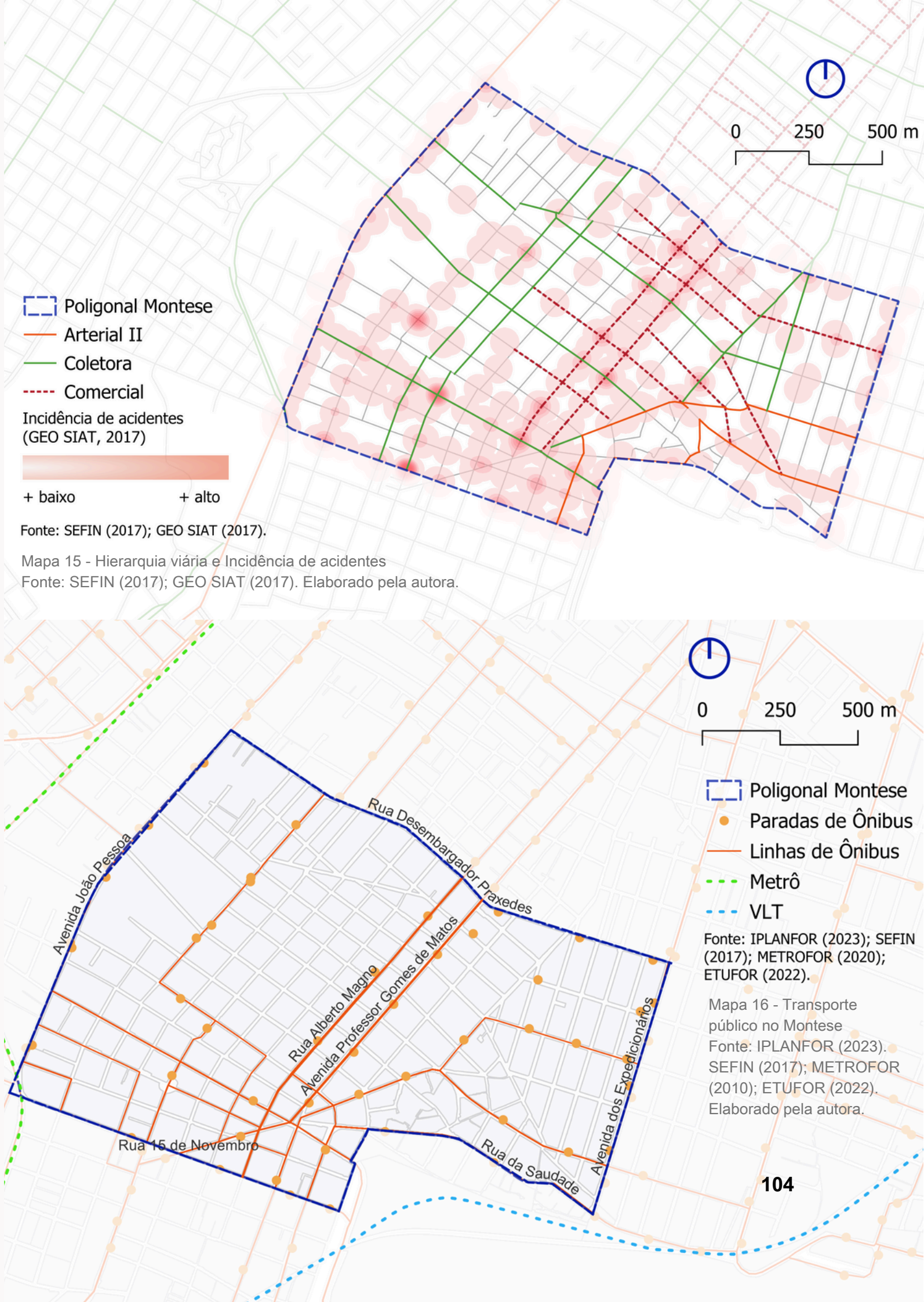


## 4.5 Mobilidade urbana

O Montese possui uma grande quantidade de vias coletoras, mas se destaca principalmente pelas suas vias comerciais, com destaque para as duas principais vias que atravessam o bairro, a Avenida Professor Gomes de matos, que possui sentido em direção ao centro, e a Rua Alberto Magno que segue o sentido Parangaba. Essa ampla conexão com diversas áreas da cidade gera consequências positivas e negativas para a população. Por um lado, há uma grande facilidade de acesso aos outros bairros de Fortaleza, havendo grande disponibilidade de linhas de ônibus. Há também linhas de metrô e VLT nas proximidades do bairro, apesar de não serem facilmente acessadas por meio de mobilidade ativa pelos moradores que moram no centro e no leste do bairro. Em contrapartida, há um fluxo intenso de veículos nas vias, principalmente as comerciais, arteriais e coletoras, causando engarrafamento, poluição sonora e gerando acidentes que ocorrem principalmente nos cruzamentos (mapa 15).

O “Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional”, do Punt 6, estabelece que os percursos para acessar os pontos de transporte público devem acontecer em um raio máximo de 10 minutos, que equivale a uma faixa aproximada de 600 a 800 metros. Já o Padrão de Qualidade do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável - DOTS (2017) considera a distância máxima aceitável até um ponto de ônibus como 500 metros. O mapa 16 mostra que as linhas de ônibus percorrem diversas vias do bairro, de modo que as distâncias máximas que os indivíduos precisam percorrer equivalem em média a 500 metros, estando dentro dos critérios estabelecidos pelo Punt- 6 (2023) e pelo DOTS (2017).

Apesar disso, é preciso realizar uma análise qualitativa desses percursos. A existência de vazios urbanos e a ineficiência da infraestrutura urbana no que diz respeito à iluminação pública e à acessibilidade das calçadas compromete uma caminhabilidade segura e confortável, principalmente no período noturno. Esses problemas serão discutidos posteriormente no estudo de uso do solo, mas é importante entender que possuem forte influência sobre a sensação de segurança das mulheres ao se deslocarem a pé, mesmo quando as distâncias são adequadas.





Diante disso, foram analisadas paradas de ônibus de algumas vias do bairro. Há muitas paradas de ônibus que não possuem nenhum tipo de abrigo ou possuem abrigos mal projetados, recebendo forte insolação durante o dia. Além disso, essas paradas ficam localizadas, muitas vezes, em calçadas de imóveis abandonados, com grandes fachadas cegas que proporcionam sensação de insegurança para a população. A figura 25 mostra uma parada de ônibus da Rua Alberto Magno, localizada em uma área totalmente murada, sem nenhum tipo de permeabilidade visual e sem nenhum tipo de iluminação e abrigo adequados para dar suporte aos usuários. Já a figura 26 mostra uma parada de ônibus localizada na Avenida Professor Gomes de Matos, recebendo forte insolação durante o dia.

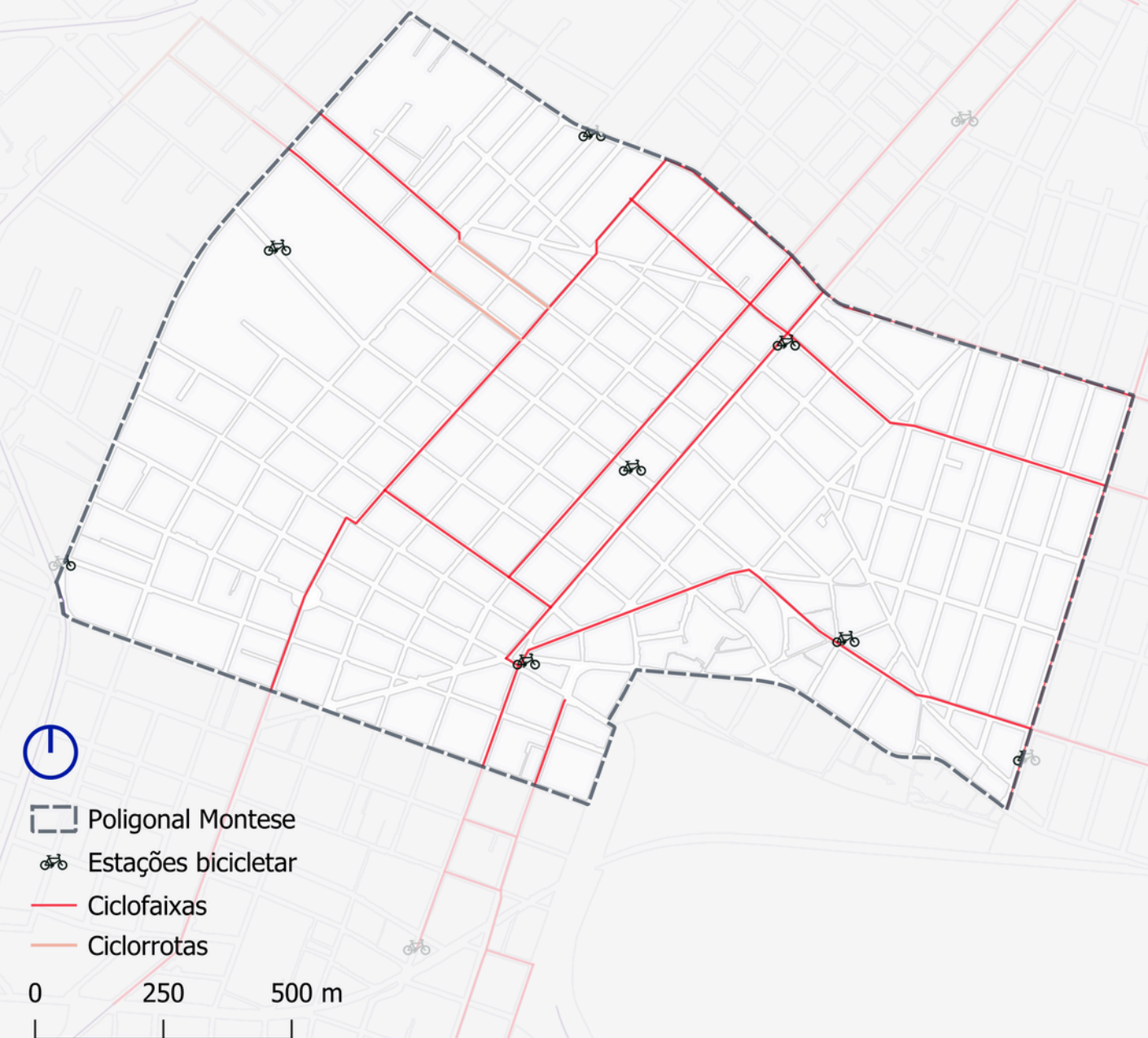


Figura 25 - Parada de ônibus na Rua Alberto Magno  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 26 - Parada de ônibus na Avenida Gomes de Matos  
Fonte: Google Street View, 2023.

O sistema ciclovário do Montese é bem estruturado (mapa 17), abrangendo vias de todas as principais áreas do bairro. Há presença de ciclofaixas nas principais vias comerciais, o que proporciona maior segurança viária para os ciclistas, já que são vias de intenso tráfego. Há também a presença de oito estações do Bicicletar, o que estimula o uso de bicicleta por parte da população, além de se constituir como um recurso que pode ser utilizado de forma gratuita ao ser cadastrado por meio do bilhete único de transporte dos indivíduos.



Fonte: IPLANFOR (2023);  
SEFIN (2017); AMC (2023)

Mapa 17- Sistema ciclovário do bairro Montese  
Fonte: IPLANFOR (2023); SEFIN (2017); AMC  
(2023). Elaborada pela autora.



Como visto no referencial teórico, Jacobs (2014) afirmou que é importante garantir que as calçadas sejam utilizadas sem interrupções, para garantir maior movimentação e olhos nas ruas. A realidade do Montese se contrapõe a esse pensamento da autora, de modo que, ao analisar as calçadas do bairro, foi possível perceber que nas vias comerciais há muitos carros bloqueando os caminhos dos pedestres, de forma que os indivíduos precisam muitas vezes se deslocar pelas ruas, dividindo espaço da via com os automóveis em movimento (figura 27). Há calçadas localizadas na Rua Alberto Magno que possuem menos de um metro de largura (figura 28), além de serem obstruídas por vegetação e lixo, comprometendo a acessibilidade e expondo os pedestres a riscos de atropelamento (figura 29). Nas ruas locais, muitas calçadas abrigam grandes quantidades de lixo, além de não possuírem infraestrutura adequada para garantir acessibilidade, não havendo rampas de acesso e em muitos casos possuindo inclinações acentuadas.

Ao observar esse cenário de inacessibilidade e má qualidade de infraestrutura, é possível perceber que se exclui toda uma parcela da população que não pode caminhar por esses trechos, haja vista que exige um nível de dificuldade física para desviar das obstruções. Não é possível, por exemplo, que mães caminhem com carrinhos de bebê, que idosos e crianças andem com segurança, além das pessoas com deficiência não conseguirem nem mesmo acessar essas calçadas.



Figura 27 - Calçada ocupada por carros na Avenida Gomes de Matos  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 28 - Calçada quebrada e estreita na Rua Alberto Magno  
Fonte: Acervo da autora (2024).

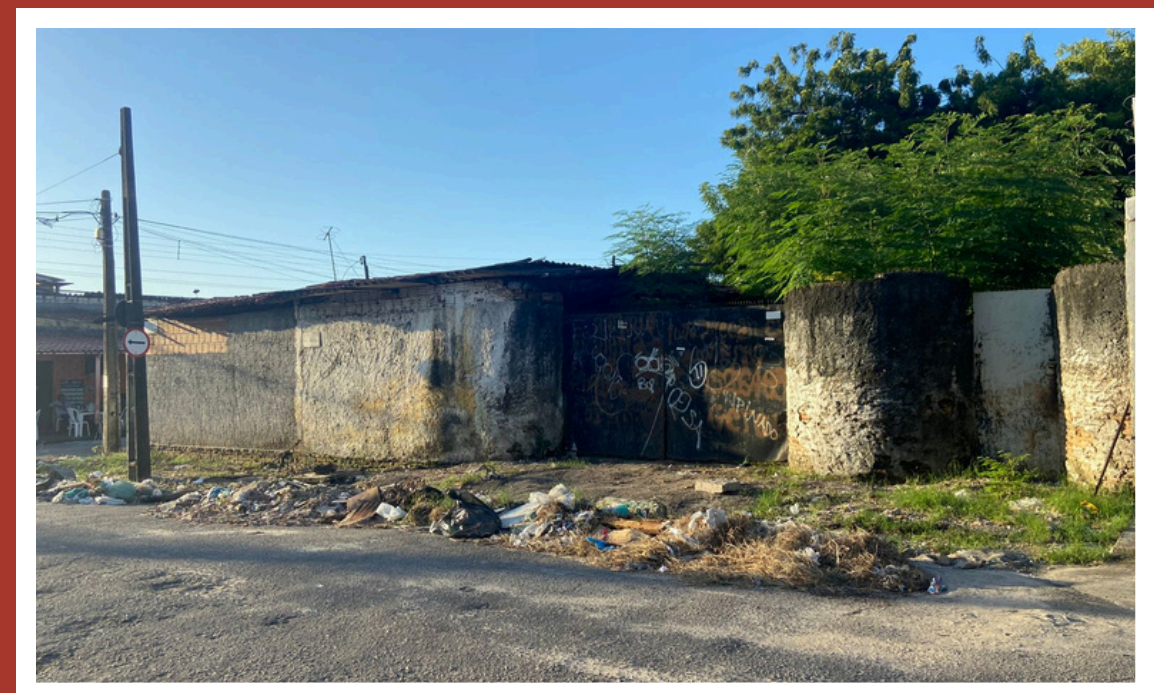


Figura 29 - Calçada com acúmulo de lixo na Rua Eduardo Angelim  
Fonte: Acervo da autora (2024).

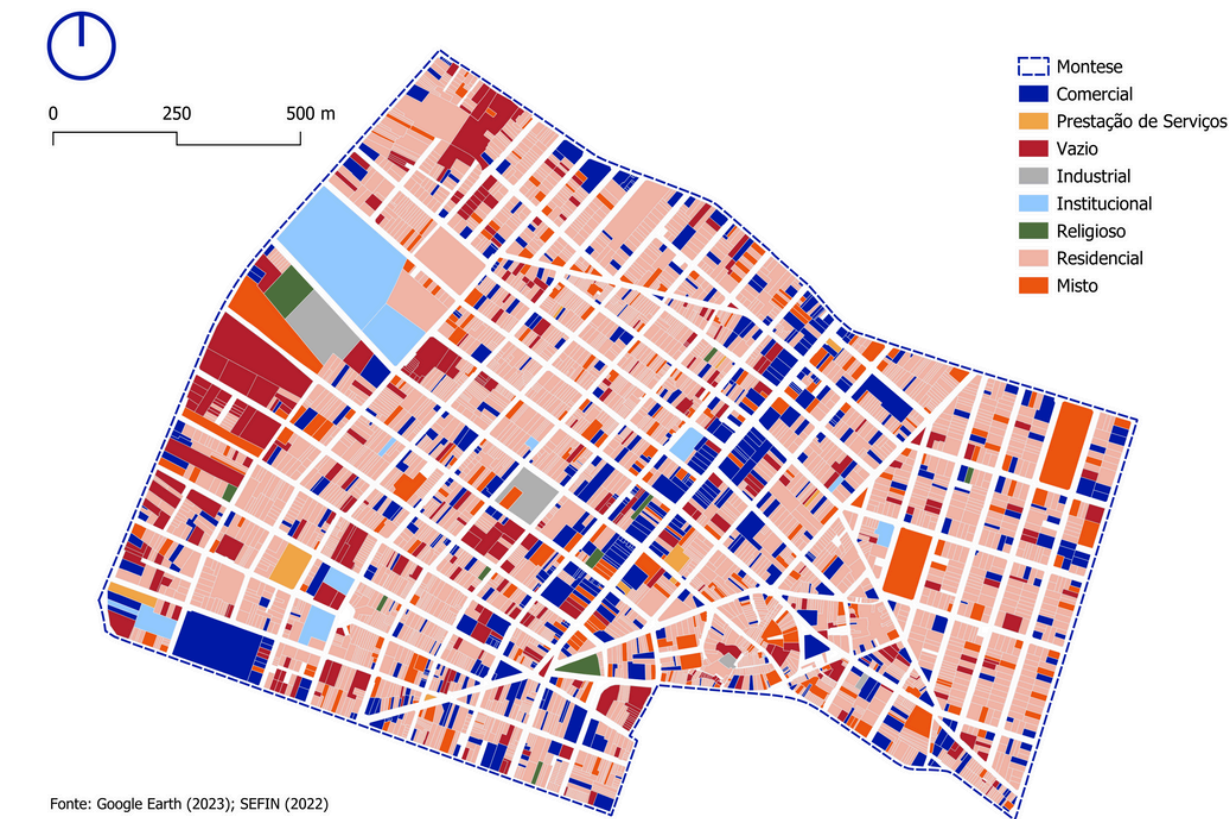


## 4.6 Uso e ocupação do solo

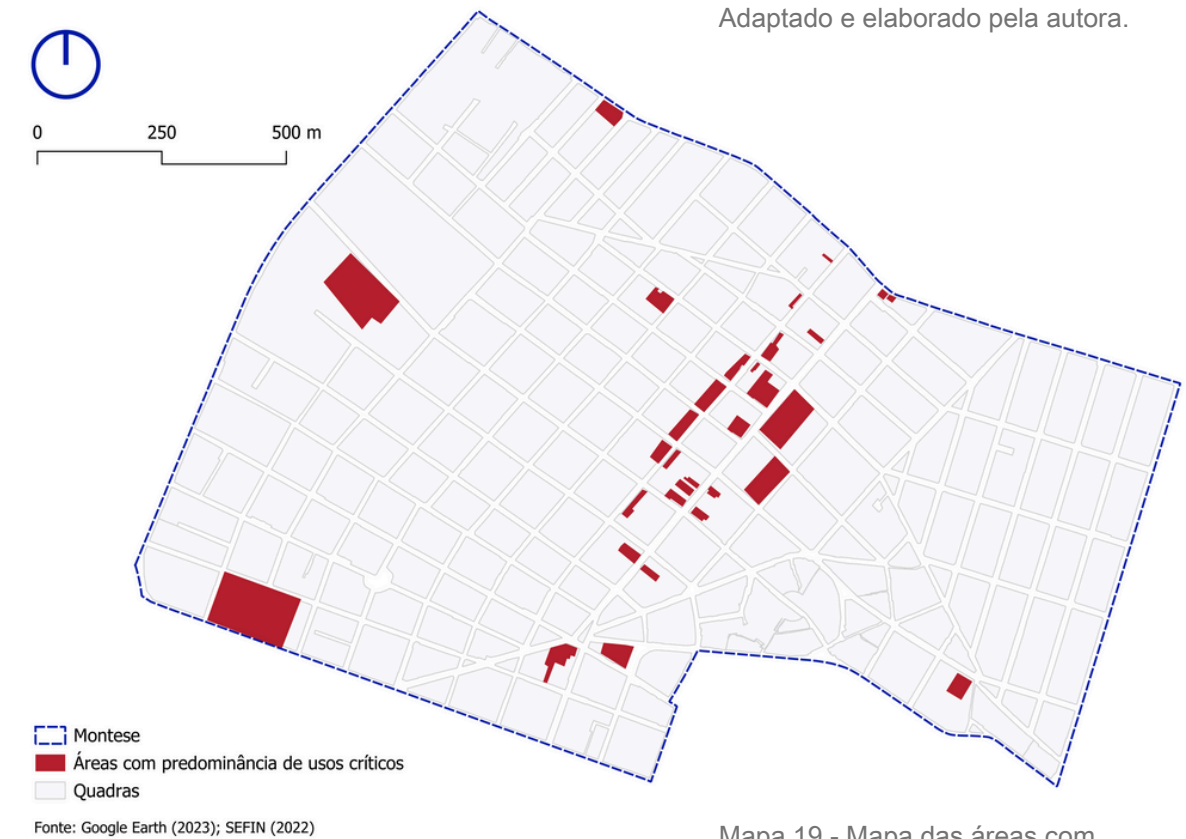
O Montese possui em sua maioria edificações de uso residencial (mapa 18), mas apesar disso, há uma grande disponibilidade de comércios de diferentes setores. O setor mais predominante, porém, é o de lojas automotivas, oficinas e autopeças, concentrando uma grande quantidade de funcionários homens, o que gera muitas ocorrências de assédio nas ruas, comprometendo a caminhabilidade das mulheres. Esses usos atrelados a atividades predominantemente masculinas serão intitulados como “usos críticos” no presente trabalho. Foi realizado um mapeamento das áreas que concentram maior quantidade desses serviços, com o objetivo de identificar quais as áreas em que as mulheres mais se sentem intimidadas e inseguras. O mapeamento da área (mapa 19) revelou que há uma predominância de usos críticos nas vias centrais do bairro. Ademais, se tem os vazios urbanos, que se distribuem ao longo do bairro tanto em forma de terrenos abandonados, como em imóveis subutilizados.

Aliado a isso, tem-se a problemática do intenso uso comercial nas vias principais. Os comércios fecham às 17h todos os dias, e nos fins de semana só funcionam até as 12h do meio-dia, de modo que as vias ficam desertas, sem movimentação, sem “olhos nas ruas”. No período noturno, a situação se torna ainda mais alarmante, pois a falta de iluminação pública de qualidade se alia a esses esvaziamentos urbanos, criando vias escuras e sem movimentação, nas quais as mulheres precisam andar para acessar suas casas e as paradas de transporte. Os moradores que habitam as poucas edificações de uso residencial inseridas nessas vias são intensamente afetados, pois quando os comércios fecham e a noite chega, não há vitalidade urbana alguma na área, o que prejudica a qualidade de vida das pessoas.

Tudo isso é ainda mais intensificado pela falta de equipamentos voltados ao lazer nessas vias. Não há praças ou parques, assim como também os poucos bares e restaurantes que existiam foram desaparecendo da região, dando lugar, muitas vezes, a edificações abandonadas.



Mapa 18 - Usos do solo  
Fonte: Google Earth (2023); SEFIN (2022).  
Adaptado e elaborado pela autora.



Mapa 19 - Mapa das áreas com predominância de usos críticos  
Fonte: Google Earth (2023); SEFIN (2022).  
Elaborado pela autora.



Foi realizado um percurso no bairro no dia 18 de maio de 2024, um dia de sábado, em torno das 16h, em que foi possível observar e sentir os esvaziamentos nas vias principais, já que os comércios estavam fechados, não havendo portanto movimento de pessoas nas ruas, o que gera um ambiente inseguro. Foram feitos registros das vias e dos comércios fechados, mostrando que os espaços ficam “inóspitos” devido à falta de uso e ocupação. Além disso, as fotografias mostram as grandes oficinas e autopeças que estão localizadas nas vias, em que há um fluxo muito intenso de homens nos comércios e nas calçadas, assediando as mulheres que percorrem o espaço.



Figura 30 - Comércios fechados - 18 de maio de 2024, às 16h53  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 31 - Comércios fechados - 18 de maio de 2024, às 16h57  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 32 - Comércios fechados - 18 de maio de 2024, às 16h59  
Fonte: Acervo da autora (2024).



### 4.6.1 Os vazios urbanos

A Constituição Federal de 1988 traz a função social como princípio norteador do direito de propriedade no Brasil. Com isso, todo bem, seja imóvel ou móvel, rural ou urbano, deve ser utilizado em prol dos interesses coletivos, e não apenas dos proprietários. O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) reforça que toda propriedade tem o dever de abrigar uma função social, devendo atender às exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor dos municípios. Levando em consideração o zoneamento expresso no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009), abordado no tópico de legislação urbana e ambiental deste trabalho, foi possível perceber que há muitos terrenos e imóveis no bairro que não estão cumprindo sua função social, haja vista que estão em áreas dotadas de infraestrutura e com grande densidade demográfica, mas não estão abrigando nenhuma função útil à população, sendo configurados como vazios urbanos.

Para compreender como esses vazios se distribuem pelo bairro Montese, foi realizado um levantamento dos terrenos vazios (solo não edificado), terrenos subutilizados (solo subutilizado) e edifícios vazios (solo não utilizado). Como resultado, tem-se o mapa 20, que demonstra uma forte presença de terrenos subutilizados em oposição a uma quantidade muito pequena de terrenos totalmente vazios. Além disso, há uma predominância de edificações vazias nas vias comerciais do bairro. O aumento desses imóveis abandonados ocorreu principalmente no período da pandemia, em que muitos comércios fecharam, gerando grandes emparedamentos nas vias e desertificação, já que as áreas não têm sido usadas.



Mapa 20 - Mapeamento dos vazios urbanos do Montese  
Fonte: Google Earth (2023); SEFIN (2022). Elaborado pela autora.

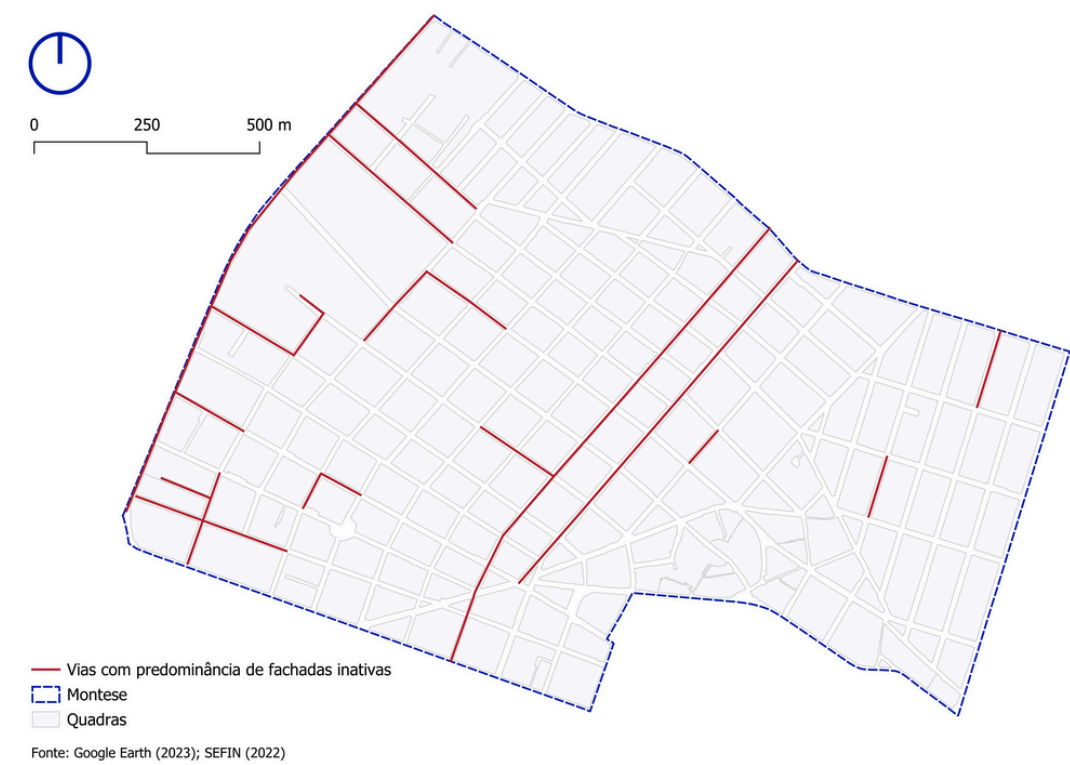


Figura 33 - Terreno sem uso - 18 de maio de 2024, às 16h51  
Fonte: Acervo da autora (2024).



### 4.6.2 Fachadas inativas

A presença de fachadas inativas exerce influência sobre a sensação de insegurança dos indivíduos em meio ao espaço urbano. Como supracitada, por causa da intensa atividade comercial nas vias principais do bairro, há uma forte presença de edificações características de comércios, possuindo muros altos com portões metálicos que impedem que haja permeabilidade visual. O aumento de imóveis vazios e sem manutenção também contribui para que essas fachadas se mantenham inativas. Foi realizado, assim, o registro de algumas fachadas existentes ao longo da área do bairro. Em paralelo a isso, foi desenvolvido um mapeamento de toda a área com foco em registrar as áreas com predominância dessas fachadas na área de estudo. O mapa 21 mostra o mapeamento da área, revelando as vias em que há maior predominância e fachadas inativas. Na área central do bairro há uma concentração devido à presença de edifícios vazios. Já a porção oeste do bairro abriga uma quantidade considerável de terrenos murados e presença de grandes galpões que geram emparedamentos.



Mapa 21 - Mapeamento das vias com predominância de fachadas inativas  
Fonte: Google Earth (2023); SEFIN (2022). Elaborado pela autora.



Figura 34 - Fachada inativa Rua Vasco da Gama  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 35 - Fachada inativa Rua Almirante Rubim  
Fonte: Acervo da autora (2024).

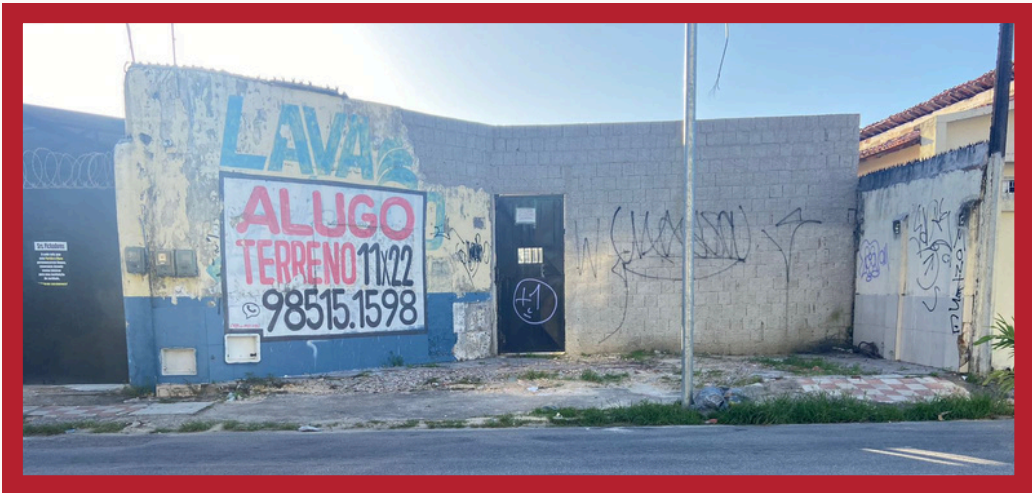
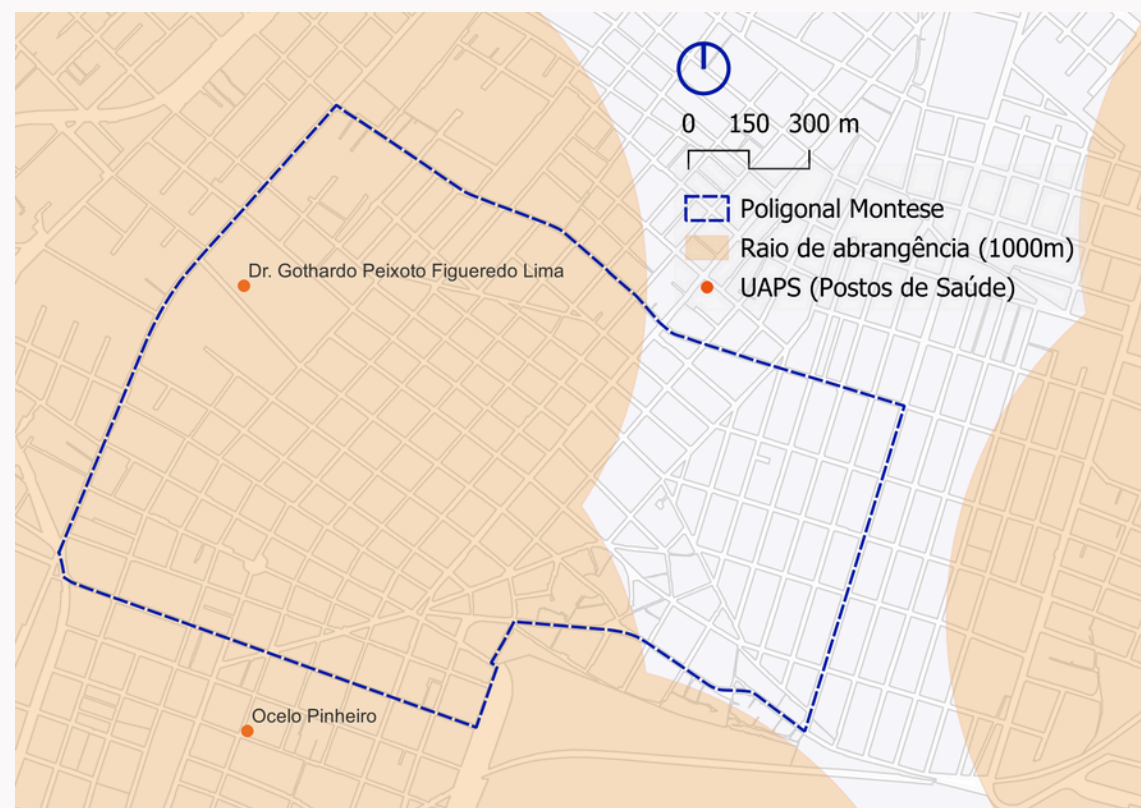


Figura 35 - Fachada inativa Rua Alberto Magno  
Fonte: Acervo da autora (2024).



### 4.6.3 Equipamentos de saúde

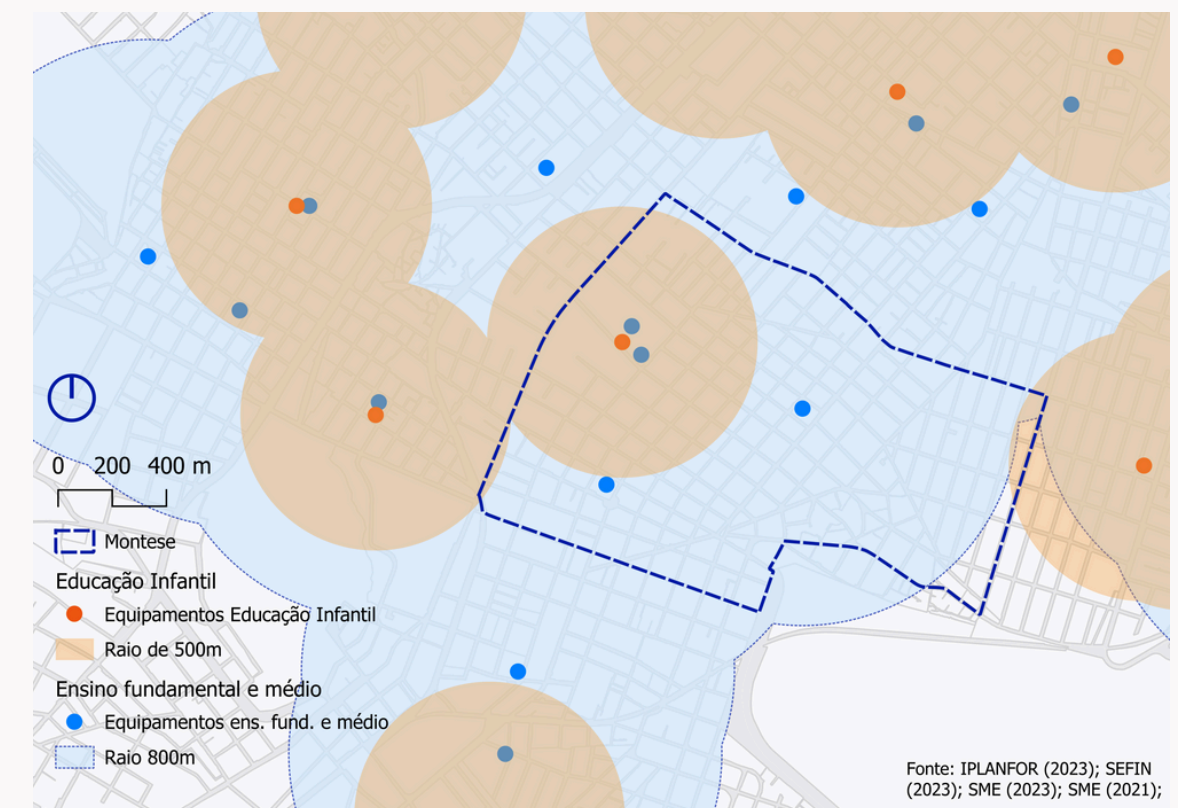
O bairro conta com a presença de uma Unidade de Atenção Primária à Saúde, o Posto de Saúde Dr. Gothardo Peixoto Figueiredo Lima. Considerando o raio de abrangência de 1000m (Costa Lima, 2017) para serviços primários de saúde, percebe-se que a parte leste do bairro (mapa 22) não é assistida por nenhum equipamento, o que faz a população se deslocar para bairros vizinhos para acessar outros postos de saúde, haja vista que um só equipamento não é capaz de suprir toda a demanda de uma população tão grande como a do Montese. Além disso, cabe destacar que os postos de saúde são de grande importância para a população, realizando um acompanhamento familiar e trabalhando questões de conscientização e profilaxia. São nos postos de saúde que são realizados acompanhamentos da saúde das mulheres, funcionando como uma rede de apoio e cuidado para tantas que têm seus direitos básicos negligenciados.



Mapa 22 - Equipamentos de saúde do bairro Montese  
Fonte: IPLANFOR (2023); SEFIN (2023); SMS (2023). Elaborado pela autora.

### 4.6.4 Equipamentos de ensino

Para análise dos equipamentos educacionais, foi considerado um raio de abrangência de 500 metros (Moretti, 1997) para as instituições de educação infantil e de 800 metros (Moretti, 1997) para as instituições de ensino fundamental e médio. Dentro do perímetro do bairro Montese, existem cinco equipamentos educacionais, sendo somente um de educação infantil (mapa 23). Observando os raios de abrangência desses equipamentos de educação infantil, percebe-se que grande parte da área do bairro não é assistida pelo serviço, havendo uma carência por mais equipamentos desta tipologia, principalmente de creches que tenham berçários, já que muitas mulheres precisam retornar logo ao mercado de trabalho após a licença maternidade e não possuem rede de apoio para deixar a criança. A carência desse tipo de equipamento pode impactar negativamente a vida de uma mãe, dificultando sua autonomia financeira. Em relação às instituições de ensino fundamental e médio, o bairro é bem assistido, incluindo uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral.



Mapa 23 - Equipamentos de educação e raios de abrangência  
Fonte: IPLANFOR (2023); SEFIN (2023); SME (2023); SME (2021). Elaborado pela autora.



### 4.6.5 Meio ambiente e espaços livres

O mapa 24 revela o quão desassistido o Montese é em relação a áreas verdes. Não existe nenhuma praça bem estruturada que atenda a população, não havendo nenhum espaço específico para caminhadas, para o brincar livre das crianças, para vivenciar um ambiente mais naturalizado. Todas as áreas consideradas como praças são, na verdade, pequenos terrenos em formato de triângulos que são frutos de cruzamentos, não havendo mobiliários, pavimentação adequadas nem elementos que possam estimular as crianças. Caso as mulheres queiram realizar atividades como caminhadas, precisam se submeter às vias movimentadas, disputando a rua com ônibus, carros e bicicletas. Foi realizada uma visita à área destacada como praça na parte noroeste do bairro, no dia 19 de Maio de 2024. A área se chama Praça Tenente José Francisco Cadetes e está em más condições, o piso foi comprometido pela falta de pavimentação e falha adequação aos berços das árvores (figura 36), a rampa de acesso à praça está quebrada (figura 37), comprometendo principalmente a acessibilidade de idosos, crianças e pessoas com deficiência. Os mobiliários existentes na praça são monótonos e não proporcionam maior interação entre os usuários, havendo somente bancos iguais que são dispostos um ao lado do outro (figura 38).



Figura 36 - Piso quebrado  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 38 - Perspectiva da praça  
Fonte: Acervo da autora (2024).



Figura 37 - Rampa de acesso da praça  
Fonte: Acervo da autora (2024).

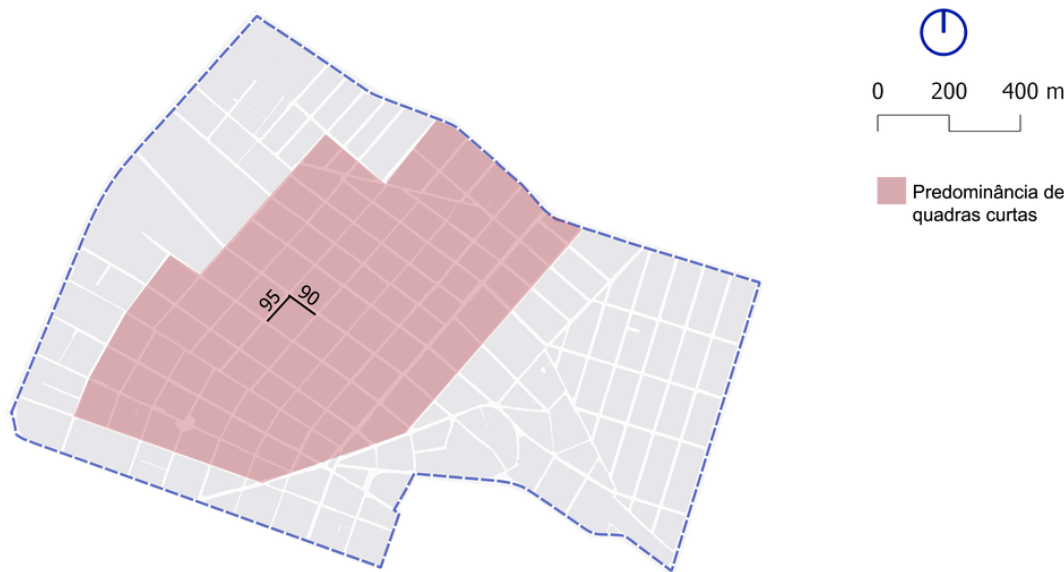


## 4.7 Morfologia urbana

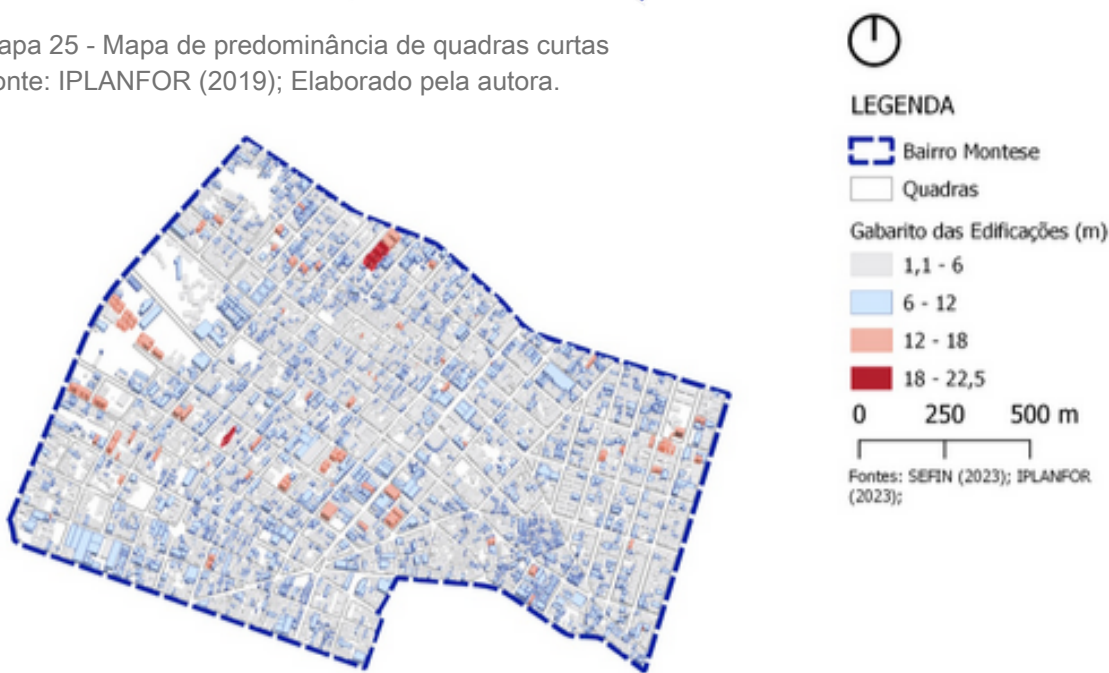
No capítulo “Olhos da Rua” deste trabalho, destaca-se o pensamento de Jacobs (2011) em relação ao tamanho das quadras de uma cidade. Para a autora, é importante que as quadras sejam curtas, para que as oportunidades de virar as esquinas sejam frequentes. No bairro Montese, há uma predominância de quadras curtas, com extensão inferior a 100 metros, medida que é estabelecida pelo DOTS (2017) como um padrão de qualidade que facilita a caminhabilidade ativa. A porção leste do território do bairro apresenta quadras de maior extensão, contribuindo para o aumento da sensação de insegurança durante a realização de percursos.

Outra característica a ser levada em consideração é o gabarito do bairro. Como foi visto no tópico anterior, a maior parte do bairro está inserido numa Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1), permitindo uma altura máxima de 48 metros para as edificações construídas, o que equivale a uma média de 16 pavimentos. Apesar da altura permitida, o Montese é um bairro predominantemente horizontal, possuindo poucas edificações com mais de dois pavimentos. Quando se fala na segurança das mulheres, a horizontalidade pode ser um ponto positivo por permitir maior visibilidade e menos pontos cegos e embarreiramentos, além de favorecer a comunicação e a cooperação entre os moradores do bairro, o que facilita o monitoramento e vigilância dos espaços pelas pessoas.

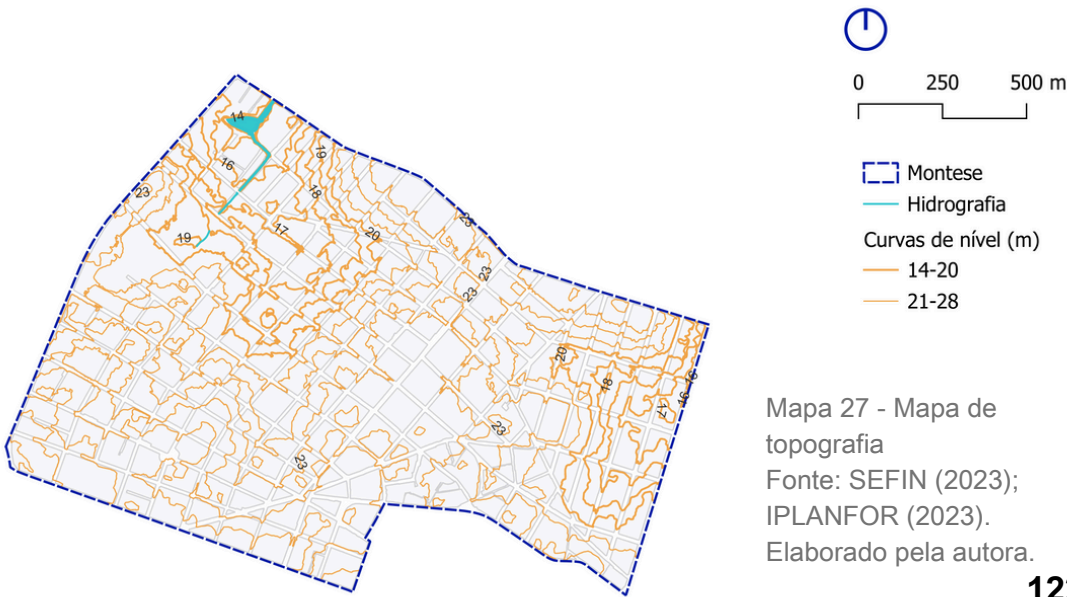
Ao falar dos aspectos físicos, cabe destacar também a topografia do bairro (mapa 27) que se mantém plana por praticamente toda a sua extensão, mas sofre uma queda justamente na área que abriga o recurso hídrico, o que revela a importância de garantir uma drenagem eficiente para evitar possíveis alagamentos.



Mapa 25 - Mapa de predominância de quadras curtas  
Fonte: IPLANFOR (2019); Elaborado pela autora.



Mapa 26 - Mapa de gabarito  
Fonte: SEFIN (2023); IPLANFOR (2023). Elaborado pela autora.



Mapa 27 - Mapa de topografia  
Fonte: SEFIN (2023);  
IPLANFOR (2023).  
Elaborado pela autora.

## 4.8 Participação e organização comunitária

Apesar de possuir grande extensão territorial e ser um bairro muito povoado, o Montese não possui uma forte atuação comunitária, havendo poucos projetos e tradições realizadas pela própria população. Por meio das pesquisas realizadas, foi possível identificar a existência do Instituto Chico Mota e da Associação Viver Capoeira. Além disso, como tradição da população, ocorre anualmente a Queimação do Judas do Montese.

O Instituto Chico Mota (ICM) é uma organização da sociedade civil que possui o objetivo de incluir culturalmente os idosos por meio de atividades de formação artística, estímulo ao empreendedorismo, inclusão digital, saúde e lazer. O ICM foi criado em 2013 e fica localizado em uma edificação no bairro Montese (Instituto Chico Mota, 2023).

A Associação Viver Capoeira é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, de caráter assistencial e filantrópico que foi criada em 2006 e tem atuado desde então na cidade de Fortaleza. A associação realiza atividades esportivas, culturais e de lazer voltadas para crianças, jovens e adultos e possui parcerias firmadas com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além de instituições e empresas privadas. A sede da associação está localizada no Montese, mas as atividades realizadas por essa organização acontecem em diversos bairros da cidade de Fortaleza (Cavalcante, s.d.).

A Queimação de Judas do Montese é uma tradição que foi iniciada por um grupo de moradores de diversas comunidades, com o objetivo de promover, preservar e difundir as tradições regionais cearenses voltada para as manifestações próprias do ciclo de celebrações da Semana Santa. Todos os anos, os moradores do bairro se reúnem em algumas vias e realizam a queima dos bonecos confeccionados pela própria comunidade (Paz, s.d.).





4.9 Vivendo o Montese!

Com o objetivo de compreender quais são as percepções das pessoas que utilizam o bairro Montese, foi desenvolvido um questionário online por meio da plataforma Google Forms. Por se tratar de uma pesquisa virtual, compreende-se que há limitações no que diz respeito ao alcance de pessoas que não são usuárias dessas tecnologias.

A pesquisa foi divulgada nas redes sociais, como o Instagram, Whatsapp e Twitter e reúne 22 perguntas, havendo questões de múltipla-escolha e questões abertas. O questionário obteve 48 respostas.

13.[Você consegue realizar atividades de lazer no bairro?]

☐ sim

☐ não

14.[Se você consegue realizar atividades de lazer no bairro, quais são elas?]

15.[Ao estar no Montese, quais as sensações que o bairro te transmite?]

☐ medo

☐ insegurança

☐ nostalgia

☐ afetividade

☐ tranquilidade

☐ liberdade

☐ vulnerabilidade

☐ constrangimento

☐ conforto

☐ segurança

16.[Você se sente seguro/a nas paradas de ônibus?]

☐ sim

☐ não

17.[Tem algum horário em que você evita andar pelo bairro? Se sim, escreva abaixo.]

18.[Tem algum espaço que você evita utilizar no bairro? Se sim, qual?]

19.[Você já passou por alguma situação de assédio sexual no Montese?]

☐ sim

☐ não

20.[Quais os espaços em que você se sente mais seguro/a no bairro?]

21.[Quais os espaços em que você se sente mais inseguro/a no bairro?]

22.[o que você acha que se pode fazer para transformar o montese em um bairro mais seguro, acolhedor e representativo para as mulheres?]

Figura 38 - Perguntas questionário online - parte 2  
Fonte: Acervo da autora (2024).

[questionário Vivendo o Montese!]

01.[qual é a sua identidade de gênero?]

☐ agênero

☐ homem cis

☐ homem trans

☐ mulher cis

☐ mulher trans

☐ não-binário

☐ travesti

outro:

02.[qual sua orientação sexual?]

☐ assexual

☐ bissexual

☐ heterossexual

☐ pansexual

outro:

03.[qual a sua idade?]

☐ 15-20 anos

☐ 21-30 anos

☐ 31-40 anos

☐ 41-50 anos

☐ 51-60+ anos

04.[Como você se declara em relação a cor ou raça/etnia?]

☐ Amarelo(a)

☐ Branco(a)

☐ Indígena

☐ Pardo(a)

☐ Preto(a)

outro:

05.[De que bairro você é?]

06.[Quais as atividades que você realiza no bairro Montese?]

☐ Moradia

☐ Trabalho

☐ Estudo

☐ Compras

☐ Lazer

Outro:

07.[Em que turno você costuma frequentar mais o Montese?]

☐ Manhã

☐ Tarde

☐ Noite

08.[como é o seu deslocamento dentro do bairro?]

☐ ônibus

☐ carro

☐ motocicleta

☐ bicicleta

☐ uber/táxi

☐ a pé

outro:

09.[como é o seu deslocamento para chegar ao bairro Montese?]

☐ ônibus

☐ carro

☐ motocicleta

☐ bicicleta

☐ uber/táxi

☐ a pé

☐ VLT

☐ metrô

outro:

10.[como você considera a qualidade do bairro para pedestres?]

☐ muito ruim

☐ ruim

☐ média

☐ boa

☐ muito boa

11.[como você considera a qualidade do bairro para ciclistas?]

☐ muito ruim

☐ ruim

☐ média

☐ boa

☐ muito boa

12.[Como você avalia a disponibilidade de serviços disponíveis no bairro? (Exemplo: equipamentos de saúde, educação, bancos, comércios)]

☐ muito ruim

☐ ruim

☐ média

☐ boa

☐ muito boa

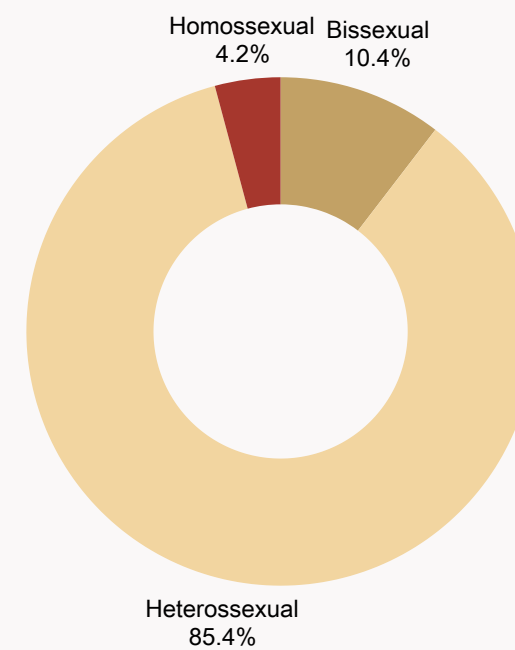
Figura 39 - Perguntas questionário online - parte 1  
Fonte: Acervo da autora (2024).

## \_Resultados\_

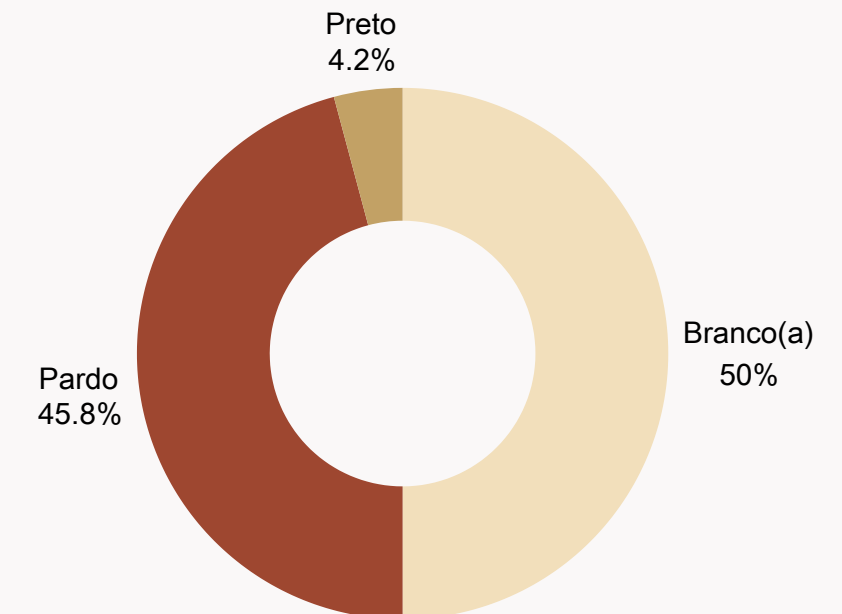
Das pessoas que responderam o formulário, mais de 70% se identificam como mulher cis e mais de 85% se reconhece como heterossexual. Sobre a idade, a maior parte das respostas obtidas foram de pessoas de 21 a 40 anos. Em relação à autodeclaração de cor ou raça/etnia, 50% das pessoas se autodeclararam brancas, enquanto 45% se autodeclararam como pardas. A pesquisa atingiu um pequeno número de pessoas que se autodeclararam como pretas, constituindo somente 4.2% das respostas.

A maioria das respostas obtidas (mais de 50%) foram de pessoas que residem no Montese, embora tenhamos obtido respostas de residentes de diferentes bairros de Fortaleza. Quando perguntadas sobre quais atividades desempenham no bairro, muitas respostas apontaram para a atividade “compras”, o que é justificado pela grande quantidade de comércios e serviços disponíveis no espaço estudado.

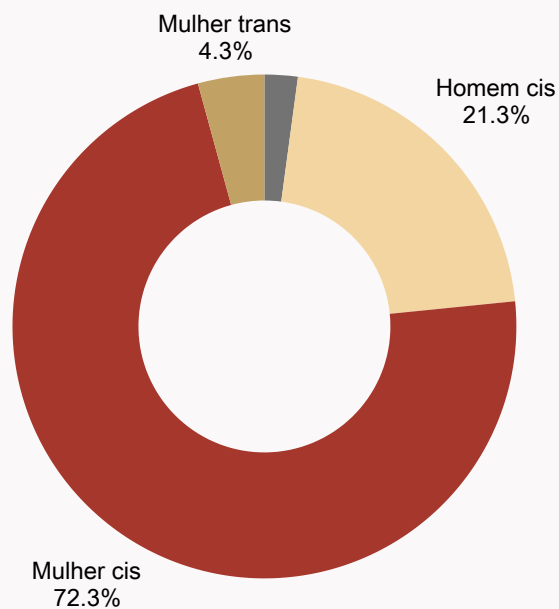
### \_orientação sexual\_



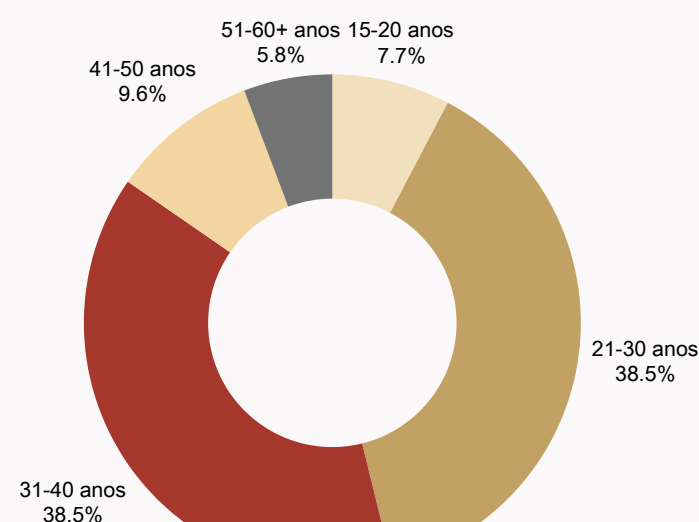
### \_autodeclaração de cor ou raça/etnia\_



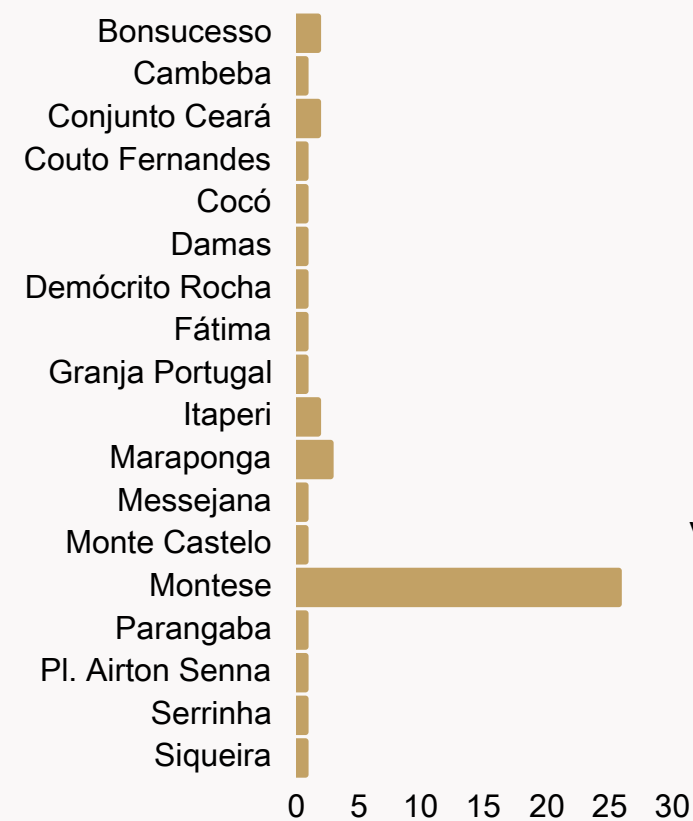
### \_identidade de gênero\_



### \_idade\_



### \_bairro de moradia\_



### \_atividades desempenhadas\_

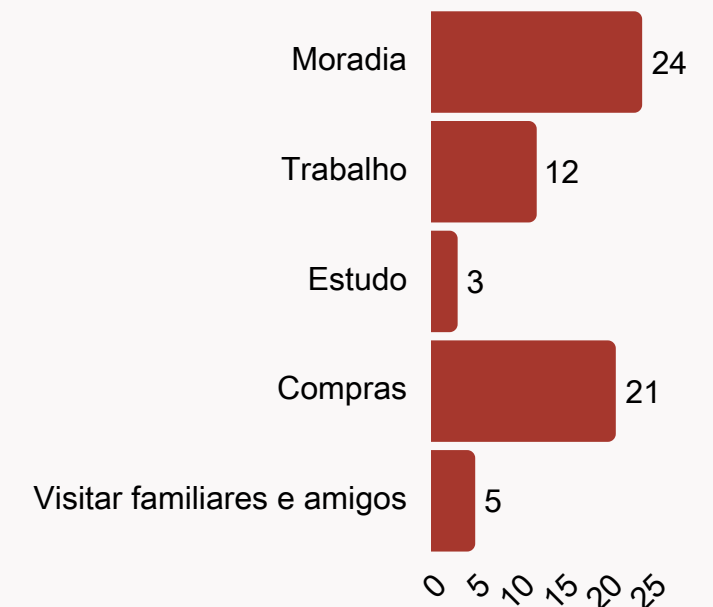


Figura 40 - Resultados pesquisa - parte 01  
Fonte: Acervo da autora (2024).

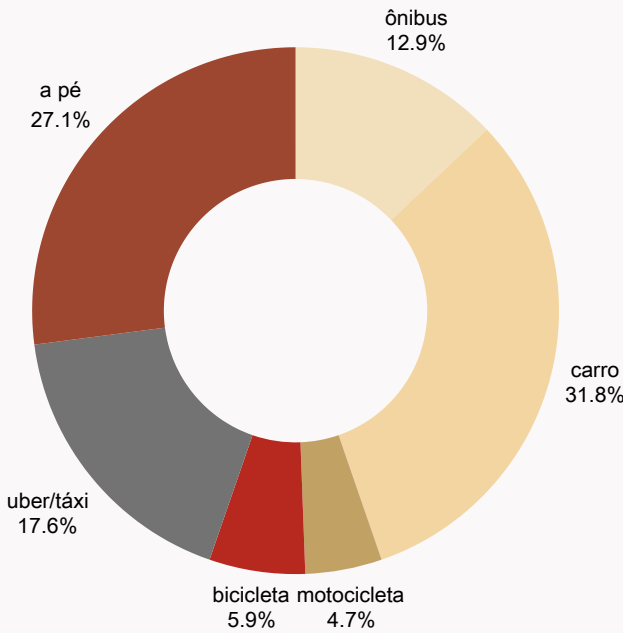


O turno mais frequentado pelas pessoas de acordo com a pesquisa foi a manhã, totalizando mais de 40% das respostas. Somente 23.5% das respostas indicaram o turno da noite, o que pode estar relacionado à falta de atividades noturnas disponíveis. Sobre o acesso ao bairro, a maioria respondeu que acessa por meio de carro particular e em segundo lugar por meio de ônibus. Dentro do bairro, a pesquisa apontou um resultado semelhante da porcentagem do deslocamento realizado por meio de carro e à pé.

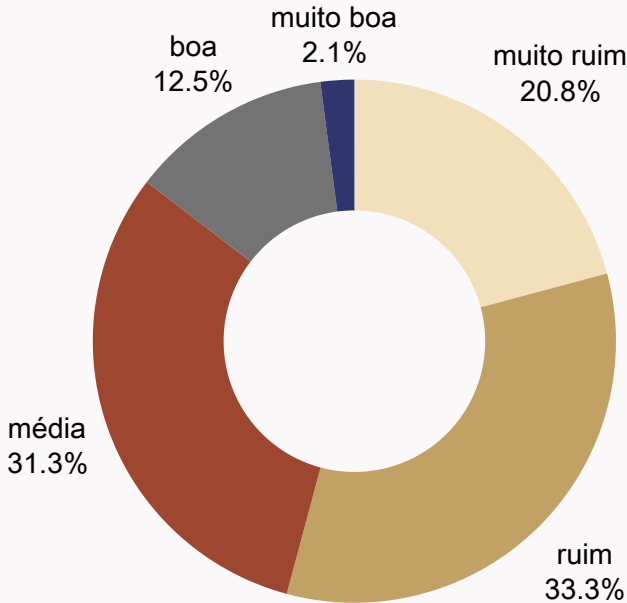
Quando perguntados sobre a qualidade do bairro para pedestres, mais de 20% das pessoas consideram muito ruim e mais de 30% consideram como ruim e como média. Somente 2.1% das respostas apontou para a opção “muito boa”. Quando a mesma pergunta foi feita em relação aos ciclistas, mais de 30% afirmou que é ruim e 36% afirmou que é médio.

.Em relação às atividades de lazer, mais de 70% das pessoas afirmaram não conseguir realizar atividades de lazer no bairro.

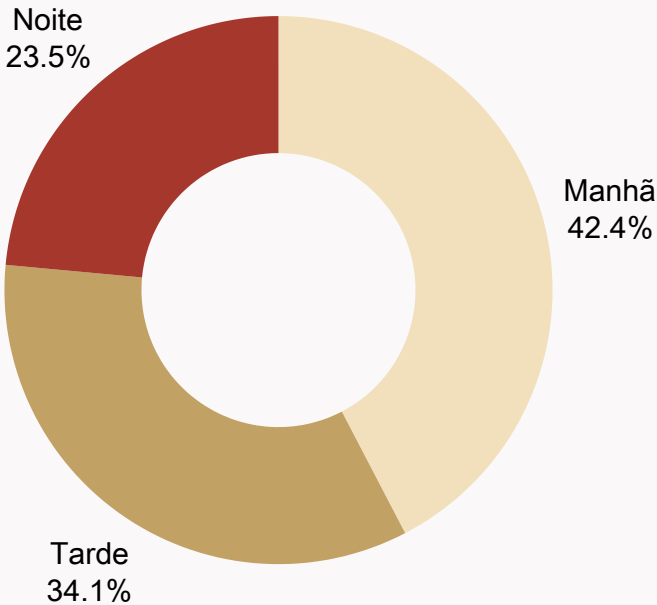
\_deslocamento no bairro\_



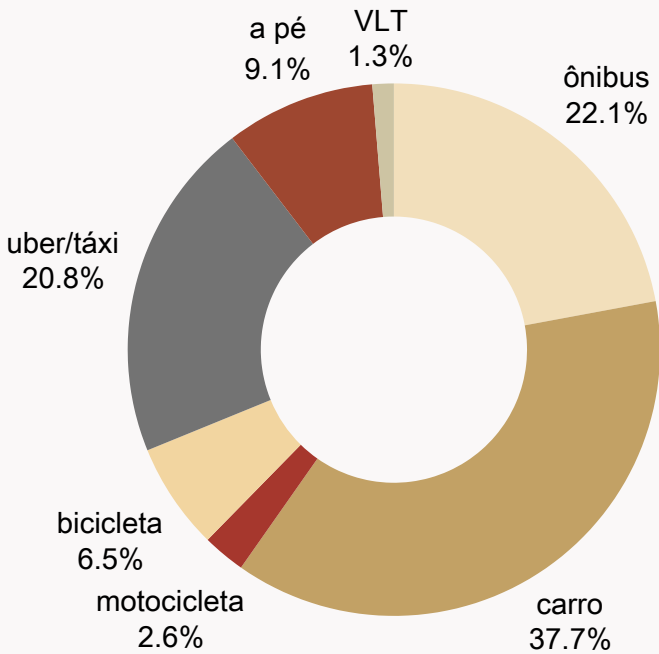
\_qualidade pedestres\_



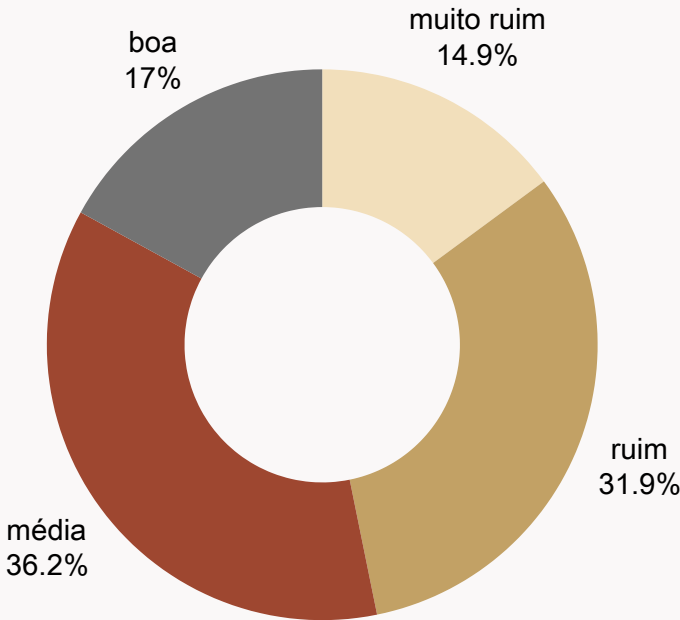
\_turno mais frequentado\_



\_acesso ao bairro\_



\_qualidade do bairro ciclistas\_



\_você consegue realizar atividades de lazer no bairro?\_

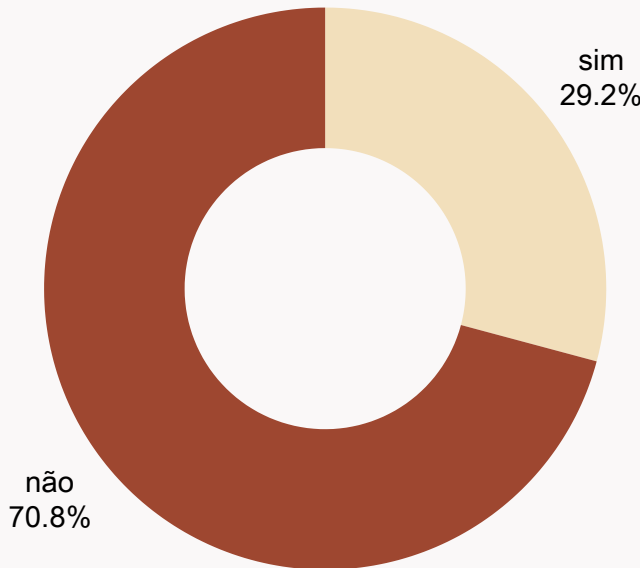


Figura 41 - Resultados pesquisa - parte 02  
Fonte: Acervo da autora (2024).

Para as pessoas que afirmaram que conseguiam fazer atividades de lazer no bairro, foi perguntado quais atividades seriam. A maioria das respostas cita serviços privados, como academia e restaurantes. Além disso, também é possível perceber que as pessoas compreendem o Montese como o Grande Montese, abrangendo os bairros vizinhos. Desse modo, algumas respostas trouxeram espaços e serviços que não estão disponíveis dentro do perímetro do bairro, mas sim no entorno, como o beach tennis e o Polo de Lazer Professor Gustavo Braga. Isso reforça a falta de equipamentos públicos de lazer dentro do bairro, de modo que a população só consegue encontrar lazer em espaços privados.

Quando perguntadas sobre a disponibilidade de serviços no bairro, a maior parte das respostas apontou para “média” e “boa”. Em relação à segurança, mais de 90% das pessoas afirmou não se sentir seguro nas paradas de ônibus. Sobre as sensações que o bairro transmite, a insegurança foi a resposta mais marcada, embora se tenha tido respostas que demonstram uma memória afetiva em relação ao bairro. Na pergunta sobre assédio sexual no bairro, mais de 20% das pessoas afirmou já ter sido vítima.

**\_quais atividades de lazer você consegue realizar?\_**

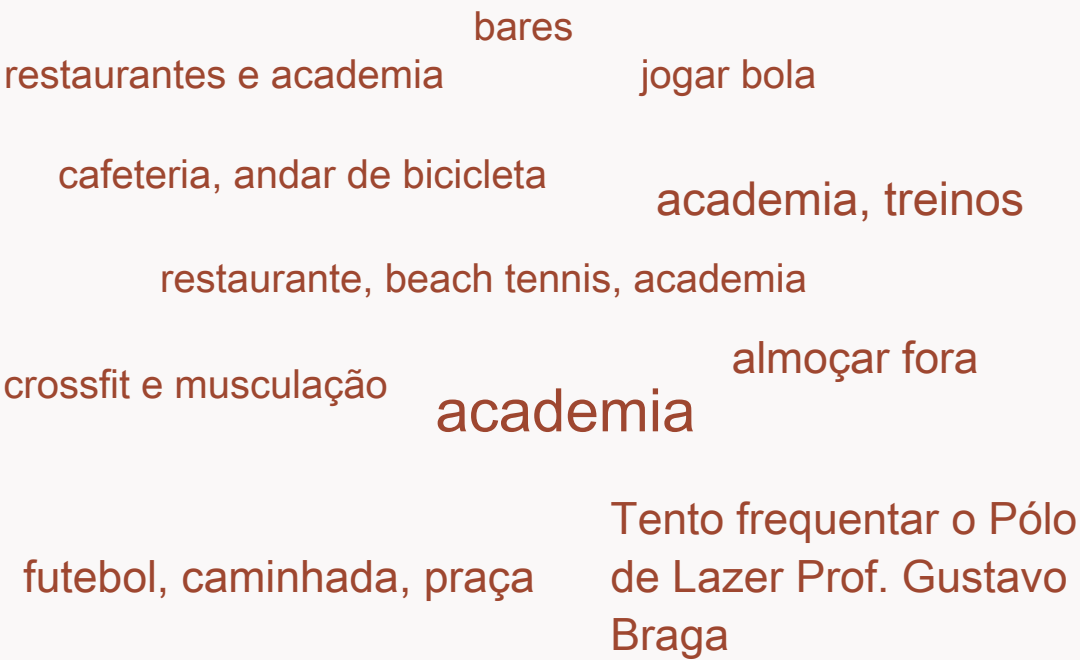
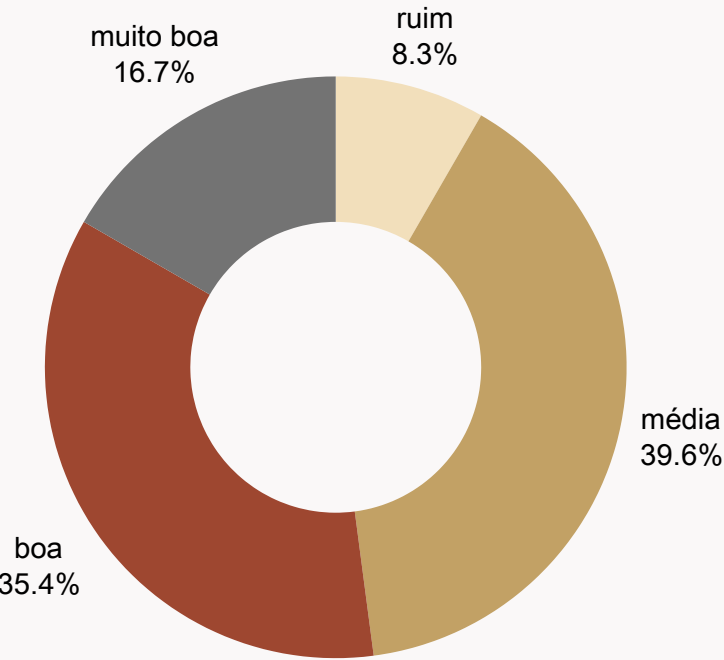
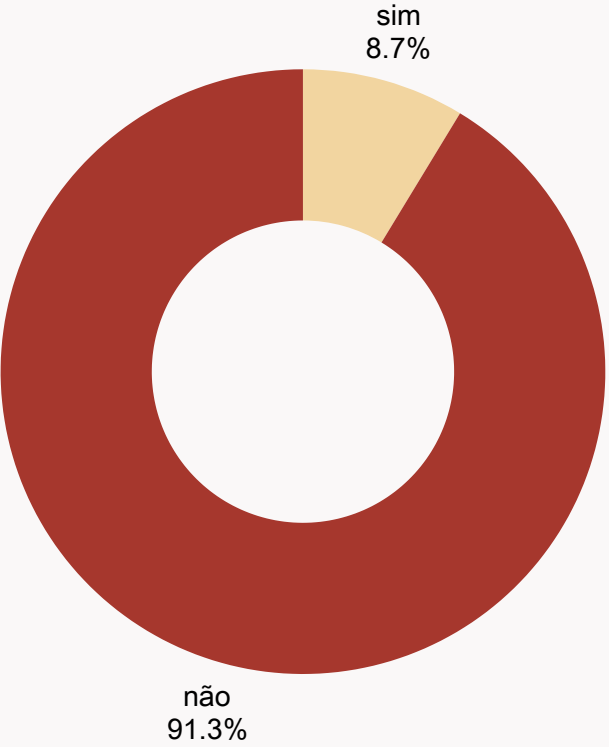


Figura 42 - Resultados pesquisa - parte 03  
Fonte: Acervo da autora (2024).

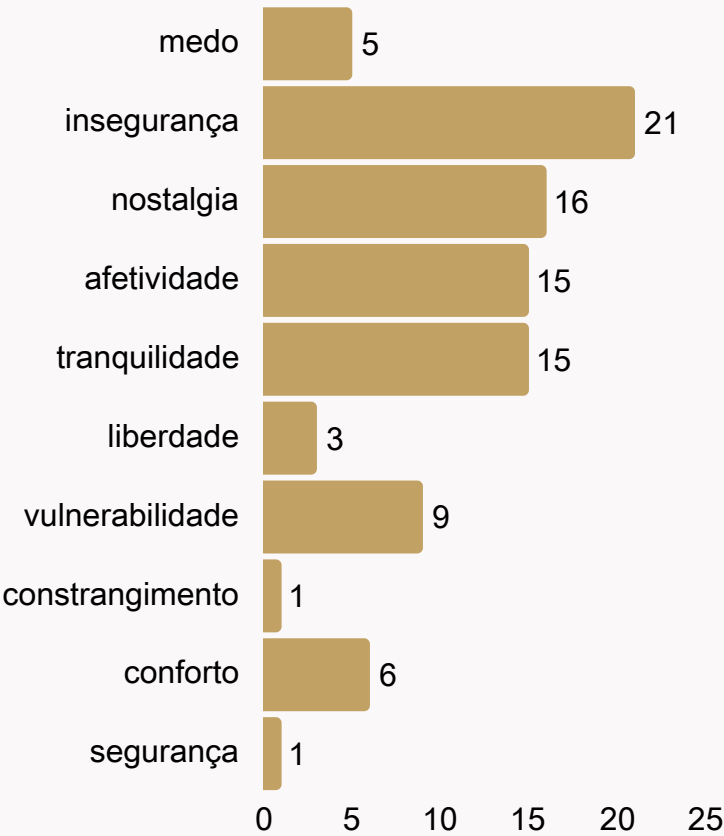
**\_disponibilidade serviços no bairro\_**



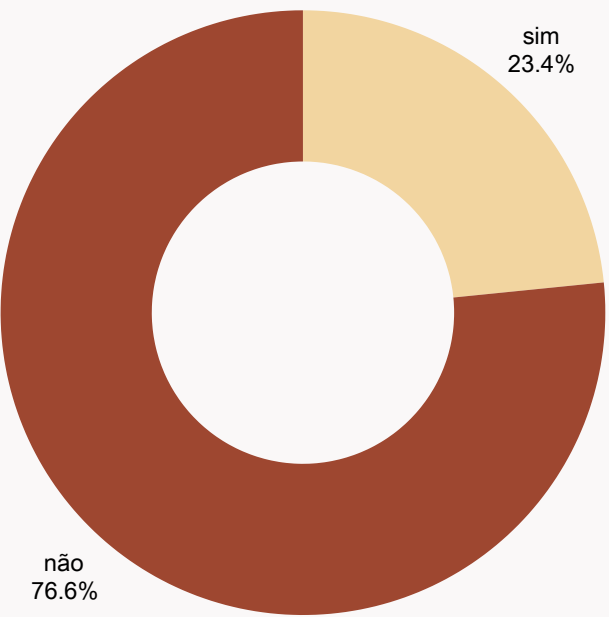
**\_você se sente seguro nas paradas de ônibus?\_**



**\_sensações que o bairro transmite\_**

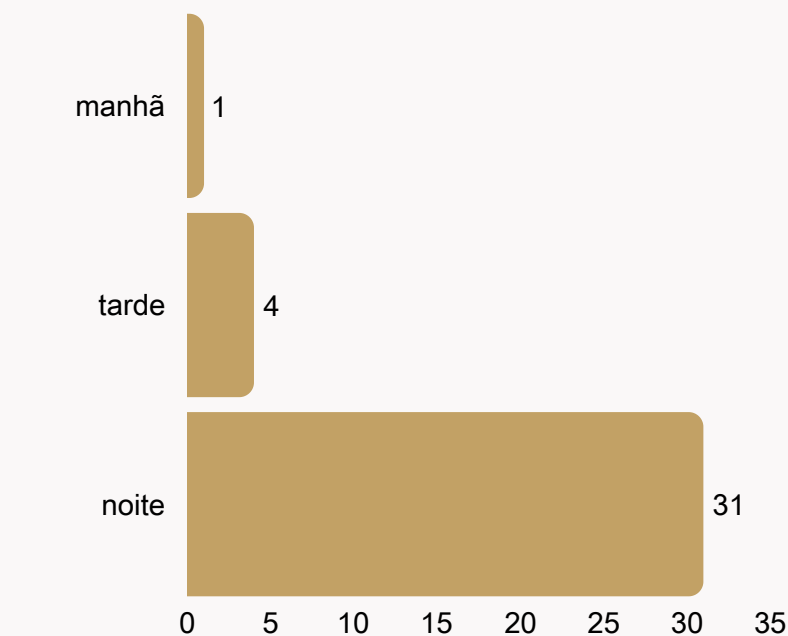


**\_você já passou por alguma situação de assédio sexual no bairro?\_**





\_horário em que você evita andar pelo bairro\_



\_espaço que você evita utilizar no bairro\_

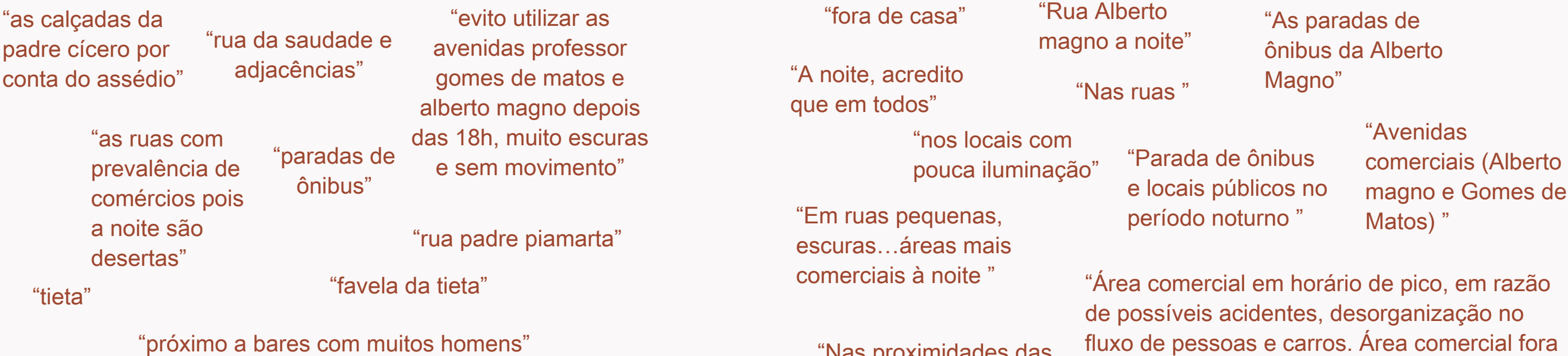
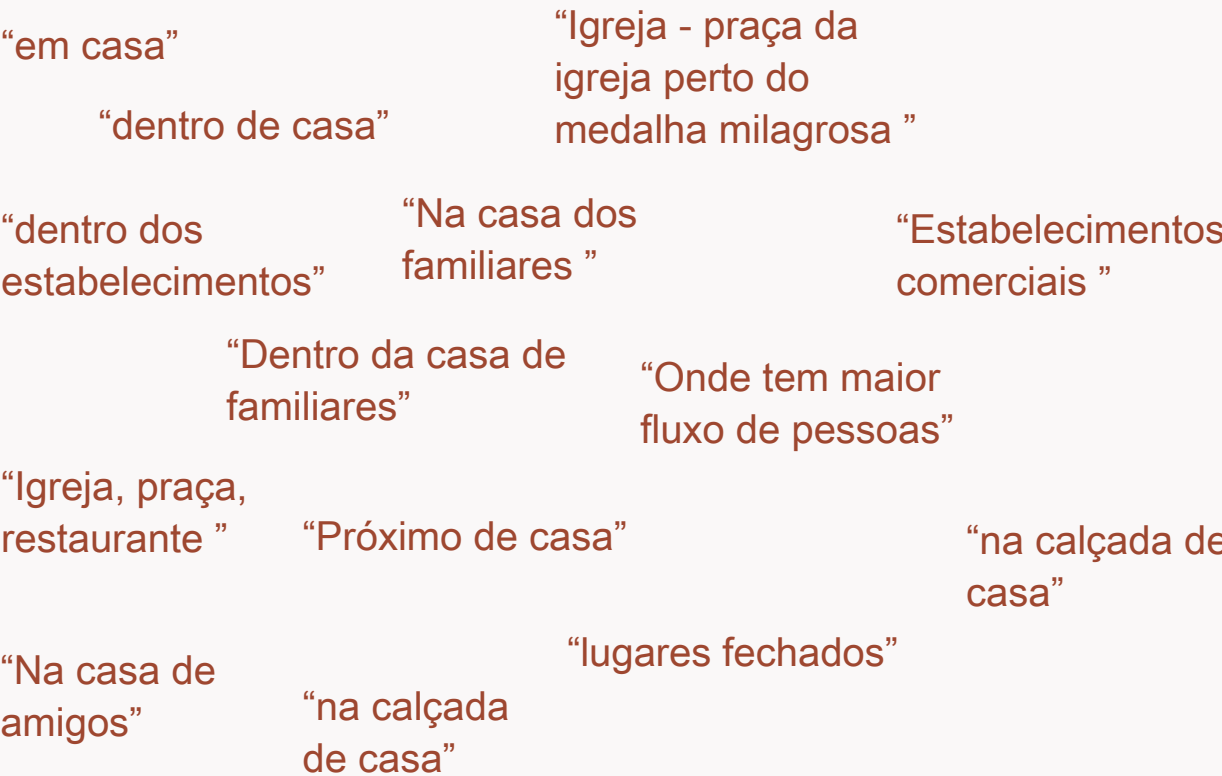
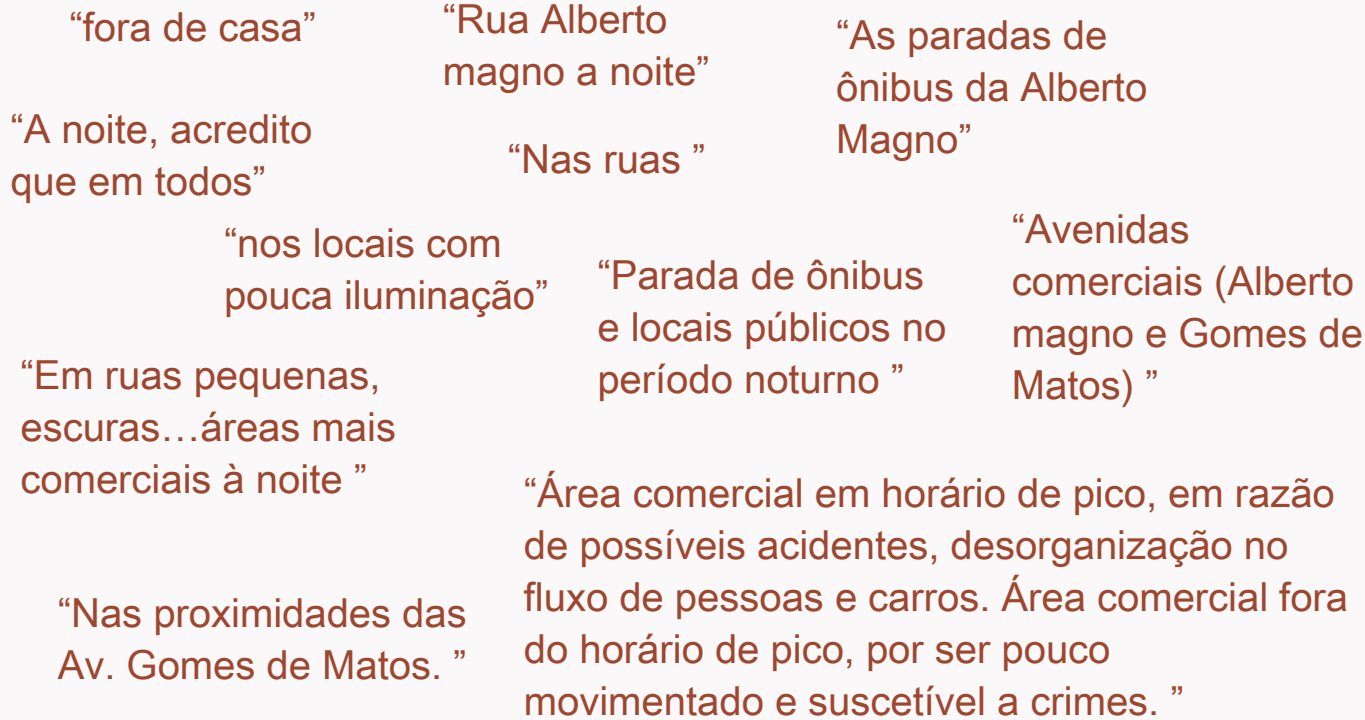


Figura 43 - Resultados pesquisa - parte 04  
Fonte: Acervo da autora (2024).

\_espaços que você se sente mais seguro(a) no bairro\_



\_espaços que você se sente mais inseguro(a) no bairro\_



**\_o que você acha que se pode fazer para transformar o montese em um bairro mais seguro, acolhedor e representativo para as mulheres?**

“melhoria de calçadas, iluminação e áreas de lazer”

“Talvez aumentar a segurança, iluminação pública e investir em espaços de lazer ”

“mais iluminação nas calçadas, calçadas livres e mais policiamento”

“Iluminação adequada em ruas secundárias”

“Paradas de ônibus mais iluminadas, maior patrulhamento da polícia pelo bairro a noite, aumento do fluxo de ônibus para diminuir a espera, ruas mais iluminadas, construção de praças pra que os espaços possam ser mais movimentados.”

“Iluminação melhorada, vias de qualidade, sinalização adequada, atrás verdes..”

“Aumentar a iluminação das ruas; criar praças poliesportivas que incentivem o lazer e a prática de atividades físicas; criação de postos de polícia”

“Melhorar a iluminação,  
definitivamente”

“Mais policiamento ostensivo, criar uma delegacia ou órgão para denúncias locais de qualquer abuso ou violência contra mulher. Criar mais praças ou locais para inclusão com atividades físicas, lúdicas e informações (proteção, denúncia, propagandas conscientizadoras de situações inadmissíveis, como proceder etc) ”

“mais iluminação nas paradas e nas ruas como um todo, mais locais abertos durante a noite e estendendo-se a madrugada, mais policiamento da mulher da penha”

“Mais luz e segurança. Áreas de lazer de forma segura como nos polos de lazer”

“Melhorar a iluminação pública,  
Monitoramento das paradas de ônibus,  
Campanhas de conscientização sobre assédio pelo bairro”

“guarda  
municipal mais  
presente”

“Espaços de lazer,  
centro de referência da  
mulher e mulheres nas  
corporações de  
segurança”

“Aumentar a segurança e infraestrutura das ruas”

“Avaliar as paradas de ônibus, propor melhorias na iluminação pública, principalmente em ruas de acessos e espaços públicos, câmeras de vídeo monitoramento com uma célula focada em registros de assédio”

“melhorar a iluminação do bairro, tornar as calçadas acessíveis, investir em áreas de lazer, investir em áreas verdes”

“Campanha de conscientização com placas em paradas de ônibus, um projeto de urbanismo na escala do pedestre, reformas em áreas de lazer e ciclovias”

“Melhorar a segurança, a  
iluminação”

“ter mais seguranças nas paradas de ônibus, colocar iluminação nas ruas escuras e ter policiamento contra assédio sexual”

Figura 44 - Resultados pesquisa - parte 05  
Fonte: Acervo da autora (2024).

Como foi dito anteriormente, o Montese é compreendido pelas pessoas como um bairro muito maior, abrangendo os bairros vizinhos que também acabam por serem conhecidos como parte do bairro. Com isso, quando perguntadas sobre os espaços em que as pessoas mais se sentem seguras e inseguras e os espaços pelos quais evitam passar, houveram muitas respostas que se referem a espaços de outros bairros. Como exemplo disso, podemos citar a praça e igreja do medalha milagrosa, localizadas no bairro Parreão.

As respostas apontaram que a maioria das pessoas que responderam a pesquisa se sentem mais seguras em casa e em outros espaços privados. O espaço público é, desse modo, reconhecido como inseguro, perigoso, não atraindo as pessoas para vivenciá-lo. Além disso, muitas respostas citaram a Avenida Professor Gomes de Matos e a Rua Alberto Magno como as vias em que evitam utilizar durante o período noturno, haja vista a questão dos esvaziamentos e má iluminação pública.

Quando perguntadas sobre o que poderia ser feito para transformar o Montese em um bairro mais seguro, acolhedor e representativo para as mulheres, a maioria das pessoas citaram questões associadas a **espaços de lazer, iluminação e policiamento.**

Os dados coletados por meio dessa pesquisa, embora tenha tido uma pequena abrangência de pessoas e um público não tão diversificado, reforçaram as questões discutidas e apontadas ao longo do diagnóstico, fortalecendo as problemáticas que devem ser levadas em maior consideração no desenvolvimento do plano.



o plano



### **dilma rousseff**

Dilma Vana Rousseff.  
Primeira mulher eleita presidente do  
Brasil, tem uma longa trajetória como  
gestora pública. Dilma lutou pela  
derrubada da ditadura, pela  
democracia e pela liberdade no Brasil.

Colagem: Victória Barreto

# 5.1

## cenário atual e tendencial

Para desenvolver uma síntese diagnóstica e estruturar as principais demandas da área de estudo, foram definidos oito eixos: usos do solo, mobilidade, acessibilidade e permeabilidade, equipamentos e infraestrutura, espaços públicos, participação e organização comunitária, habitação, sinalização e intervenções urbanas. Por meio do diagnóstico, foi possível identificar as forças e as fraquezas existentes em cada um dos eixos, representando o cenário atual. O cenário tendencial é representado pelas oportunidades e pelas ameaças, que também se distribuem de acordo com os eixos de estudo. As oportunidades foram definidas com base em programas governamentais já atuantes na cidade de Fortaleza, podendo ser ampliados e expandidos para o bairro Montese. As ameaças, por sua vez, se constituem como prognósticos do cenário observado no diagnóstico. Para espacializar as fraquezas e forças identificadas ao longo do processo de diagnóstico do bairro, foi desenvolvido um mapa síntese.



FORÇAS

<b>Usos do solo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Alta disponibilidade de serviços</li><li>Polo gerador de empregabilidade</li><li>Vazios com potencial para serem utilizados como edifícios de uso misto, de saúde, lazer e cultura*</li></ul>
<b>Mobilidade e acessibilidade</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Sistema ciclovitário abrangente</li><li>Grande diversidade de rotas de transporte público</li><li>Alta conectividade com a cidade</li><li>Predominância de quadras curtas</li><li>Bairro predominantemente horizontal</li></ul>
<b>Espaços públicos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Disponibilidade de grandes terrenos que podem se tornar áreas públicas destinadas ao lazer*</li></ul>
<b>Participação e organização comunitária</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Existência de algumas associações comunitárias</li><li>Manutenção de tradições</li></ul>
<b>Equipamentos e infraestrutura</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Rede de ensino fundamental e médio é suficiente e abrangente</li><li>Boa rede de infraestrutura e serviços urbanos: abastecimento de água e rede de esgoto</li></ul>
<b>Habitação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>-</li></ul>
<b>Sinalização</b> <ul style="list-style-type: none"><li>-</li></ul>
<b>Intervenções urbanas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Grande presença de muros que podem receber arte urbana*</li></ul>

nota: \*não são necessariamente forças, mas sim possibilidades de resignificar e dar novos usos

FRAQUEZAS

<b>Usos do solo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Presença de terrenos vazios, edificações vazias e subutilizadas</li><li>Uso predominantemente comercial nas principais vias do bairro</li><li>Usos críticos</li></ul>
<b>Mobilidade e acessibilidade</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Obstrução de calçadas devido ao grande número de veículos</li><li>Obstrução de calçadas por acúmulo de lixo</li><li>Inacessibilidade de calçadas e vias</li><li>Predominância de fachadas inativas</li></ul>
<b>Equipamentos e infraestrutura</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Carência de equipamentos de apoio à mulher</li><li>Carência de creches e posto de saúde</li><li>Ausência de equipamentos culturais</li><li>Acúmulo de lixo em vias e calçadas</li></ul>
<b>Espaços públicos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ausência de espaços públicos de lazer</li><li>Ausência de áreas verdes</li></ul>
<b>Participação e organização comunitária</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Identidade do bairro enfraquecida</li><li>Carência de projetos comunitários, principalmente com foco nas mulheres</li></ul>
<b>Habitação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Edificações em ZPA e área de risco/recurso hídrico</li></ul>
<b>Sinalização</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Iluminação pública insuficiente</li><li>Peças de sinalização não são inclusivas</li><li>Sinalização insuficiente, principalmente nos cruzamentos</li></ul>
<b>Intervenções urbanas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ausência de arte urbana e peças gráficas que promovam visibilidade das mulheres</li><li>Predominância de equipamentos e vias que levam nomes masculinos</li></ul>

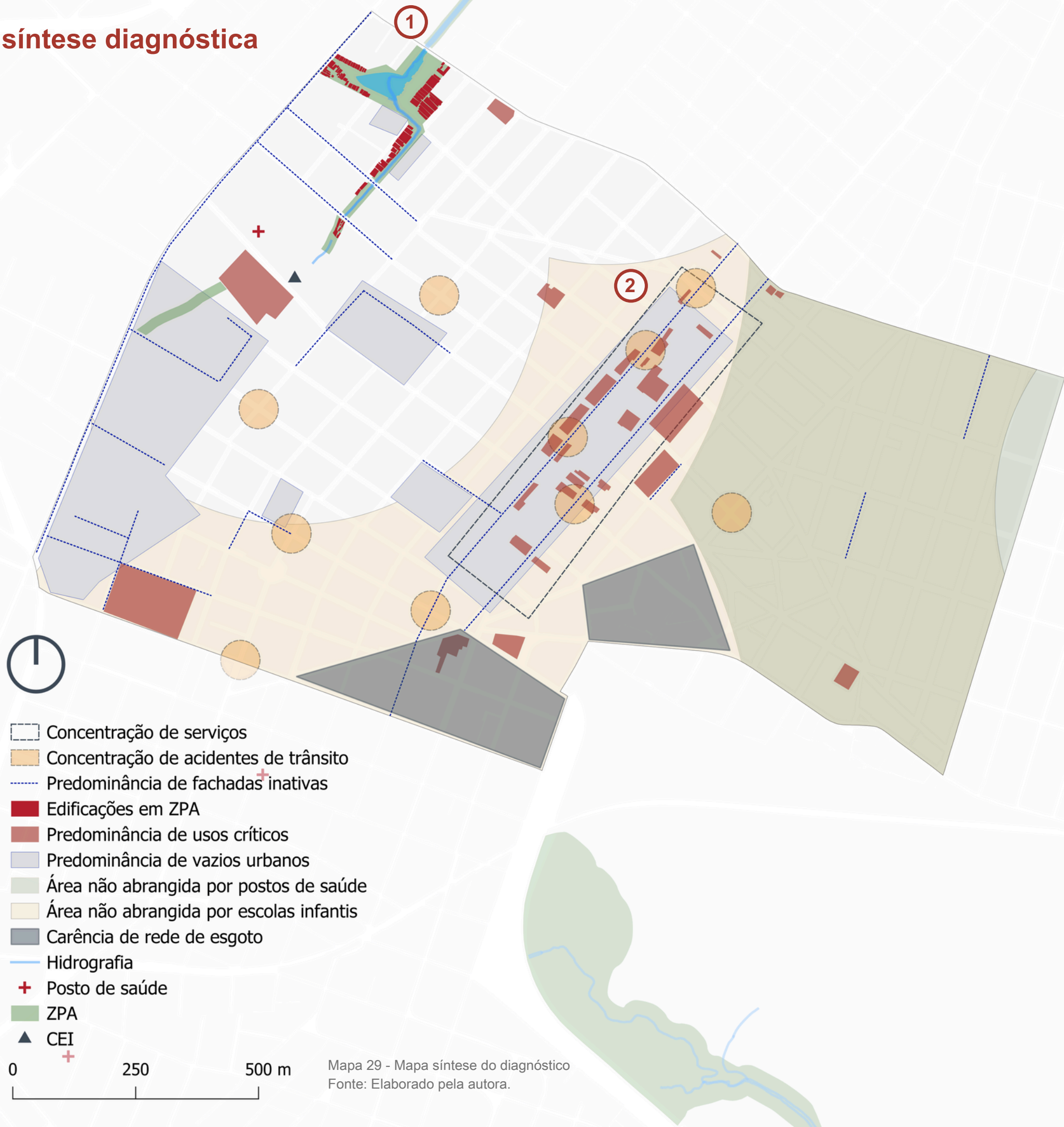
OPORTUNIDADES

<b>Usos do solo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>-</li></ul>
<b>Mobilidade e acessibilidade</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Expandir as Áreas de Trânsito Calmo</li><li>Adoção de estação de mini biciletar</li><li>Melhoria de pontos críticos de trânsito e regulamentação de estacionamentos com a aplicação de um Plano de Ação Imediata de trânsito - PAIT</li><li>Implementação de paraciclos</li></ul>
<b>Equipamentos e infraestrutura</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Implantação de creche de tempo integral</li></ul>
<b>Espaços públicos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Implementação de microparques urbanos</li><li>Adoção de praças vivas</li></ul>
<b>Participação e organização comunitária</b> <ul style="list-style-type: none"><li>-</li></ul>
<b>Habitação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>-</li></ul>
<b>Sinalização</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Adoção do projeto Esquinas Seguras</li></ul>
<b>Intervenções urbanas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Implementação de intervenções urbanas realizadas pela população e financiadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza por meio do projeto “Cidade da gente”</li></ul>

AMEAÇAS

<b>Usos do solo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Aumento da subutilização de terrenos e edificações</li><li>Intensificação dos esvaziamentos devido à falta de diversidade de usos</li><li>Aumento da quantidade de oficinas e depósitos pela permissividade da ZEDUS</li></ul>
<b>Mobilidade e acessibilidade</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Degradação de calçadas e infraestrutura viária</li><li>Intensificação da desertificação pela manutenção e crescimento de emparedamentos</li></ul>
<b>Espaços públicos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Avanço da ocupação da área demarcada como ZPA e consequente perda dos espaços naturais existentes</li></ul>
<b>Equipamentos e infraestrutura</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Rede de saúde e educacional primária sobrecarregada</li></ul>
<b>Participação e organização comunitária</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Possível resistência a mudanças</li><li>Perda da identidade do bairro</li></ul>
<b>Habitação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>aumento de ocupações na ZPA</li></ul>
<b>Sinalização</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Aumento do número de acidentes viários</li><li>Aumento da sensação de insegurança por falta de iluminação</li></ul>
<b>Intervenções urbanas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>-</li></ul>

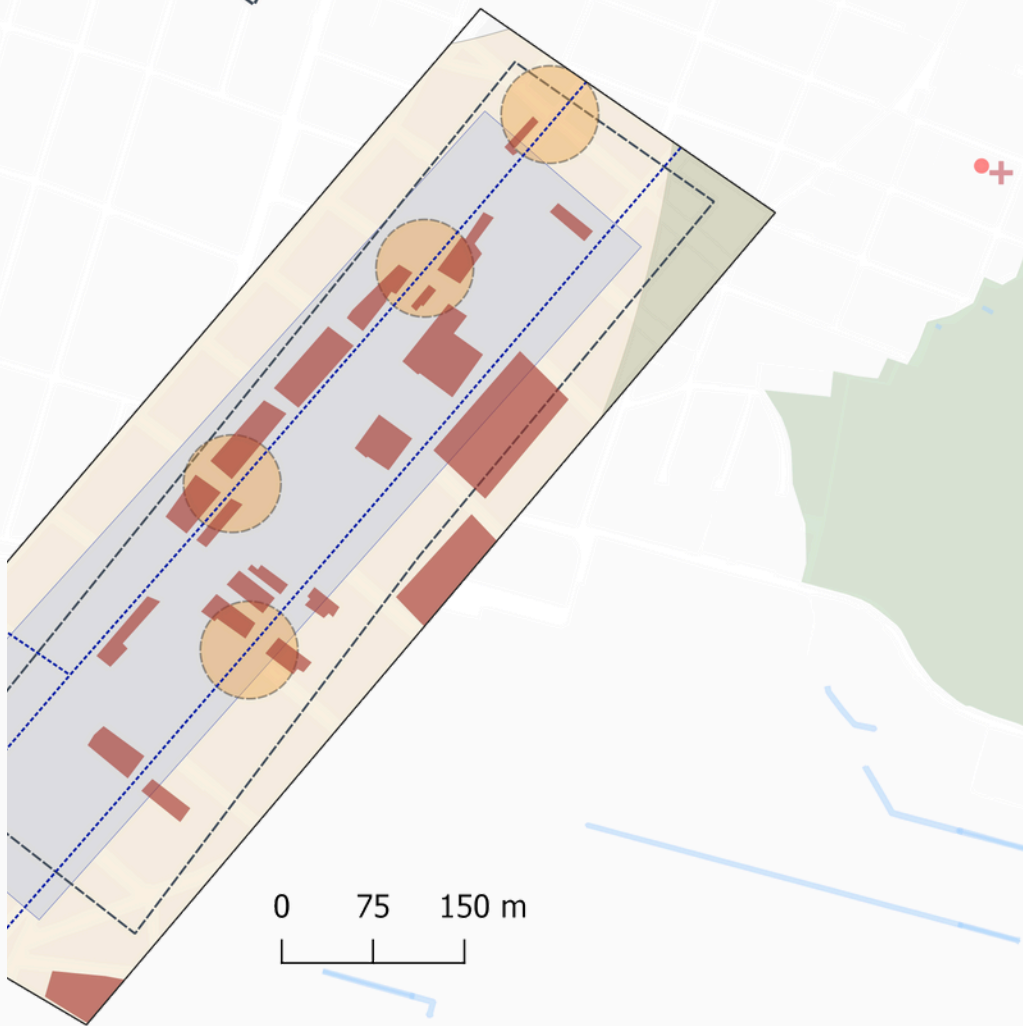
síntese diagnóstica



1 Ampliação da área de ZPA com ocupações irregulares



2 Ampliação eixo central - binário





# 5.2

## cenário proposto

A proposta de plano para o bairro Montese foi estruturada de acordo com a metodologia desenvolvida pelo Punt-6 no manual “Ambientes Habitáveis: Auditoria de Segurança Urbana com Perspectiva de Gênero na Habitação e Entorno”, que foi anteriormente exposta neste trabalho. Com isso, considerou-se as seis características que os espaços devem possuir, segundo esse guia, para estarem seguros a partir da perspectiva das mulheres, os quais serão considerados princípios deste plano: entorno sinalizado, entorno visível, entorno vital, entorno vigiado, entorno equipado e entorno comunitário. Para garantir que cada uma dessas características seja atendida e que as demandas visualizadas no diagnóstico do bairro sejam atendidas no processo de desenvolvimento do plano, foram estabelecidos oito eixos temáticos associados aos entornos: usos do solo, mobilidade, acessibilidade e permeabilidade, equipamentos e infraestrutura, espaços públicos, participação e organização comunitária, habitação, sinalização e intervenções urbanas.

princípio	eixo
entorno vital	usos do solo
entorno vigiado	mobilidade e acessibilidade
entorno equipado	equipamentos e infraestrutura
	espaços públicos
entorno comunitário	Participação e organização comunitária
	Habitação
entorno sinalizado	Sinalização
entorno visível	Intervenções urbanas

Quadro 08 - Diagrama de entornos e eixos  
Fonte: Elaborado pela autora.

síntese de propostas

princípio	entorno vital	entorno vigiado		entorno equipado		entorno comunitário		entorno sinalizado	entorno visível
eixo	usos do solo	mobilidade, acessibilidade e permeabilidade		equipamentos e infraestrutura	espaços públicos	participação e organização comunitária	habitação	sinalização	intervenções urbanas
diretriz	<ul style="list-style-type: none"><li>Promover diversificação de usos do solo e movimentação em diferentes turnos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir acessibilidade e conexão com a cidade e estimular mobilidade ativa</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Estimular a conexão entre edificações, circulações e espaços públicos, gerando maior permeabilidade visual</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar e diversificar a rede de equipamentos e serviços</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Estruturar espaços públicos com foco na promoção de qualidade de vida e nas necessidades das mulheres e crianças</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Assegurar a participação das mulheres nos processos de decisões</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir acesso à moradia</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Orientar a população de forma acessível e inclusiva</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Visibilizar e reconhecer as mulheres</li></ul>
ações	<ul style="list-style-type: none"><li>Exigir o aproveitamento de terrenos e imóveis vazios e/ou subutilizados</li><li>Estimular o uso misto das edificações</li><li>Criar um mercado gastronômico e cultural com funcionamento noturno</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Requalificar calçadas</li><li>Reduzir e regularizar as vagas para automóveis nas calçadas e vias</li><li>Conectar a malha cicloviária aos equipamentos de uso público</li><li>Reabilitação viária nas áreas de maior incidência de acidentes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Criar abrigos de parada de ônibus com materiais e formas que garantam permeabilidade visual</li><li>Implementar totens interativos nas paradas de ônibus das vias mais desertas</li><li>Estimular a implementação de fachadas ativas</li><li>Estimular a conexão do térreo das edificações com o espaço público</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Implantar uma creche</li><li>Propor um centro de capacitação profissional para mulheres</li><li>Implementar um centro de atendimento e acolhimento para mulheres</li><li>Implantar um posto de saúde</li><li>Propor um centro de acolhimento para mulheres</li><li>Implementar um centro cultural e comunitário para promoção de atividades e eventos sociais que potencializem o senso de comunidade e fortaleçam a identidade do bairro</li><li>Ampliar rede de esgoto para as áreas desassistidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Criar espaços livres destinados ao lazer</li><li>Promover arborização pública</li><li>Criação de um parque na área demarcada como ZPA</li><li>Implementar banheiros públicos com trocadores e guarda-volumes</li><li>Implementar mobiliários de observação, descanso e permanência</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Estimular a formação de uma associação de mulheres do bairro</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Reabilitar edifícios vazios e/ou subutilizados, especialmente para fins habitacionais, realocando população em área de risco</li><li>Promover melhorias habitacionais nas edificações que não estejam em área de alto risco</li><li>Destinar terrenos vazios e/ou subutilizados para produção de HIS</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Implantar totens informativos nas vias para informar a população acerca das linhas de transporte público e do tempo previsto de deslocamento</li><li>Implementar sinalização com desenhos inclusivos e representativos</li><li>Melhorar a iluminação pública por meio da implementação de novos postes e postes duplos de menor escala</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Mudar o nome de equipamentos para nomes de mulheres</li><li>Produzir arte urbana que abordem temáticas relacionadas às mulheres</li><li>Promover peças gráficas de conscientização e educação acerca das relações de gênero e a prevenção contra assédio</li></ul>



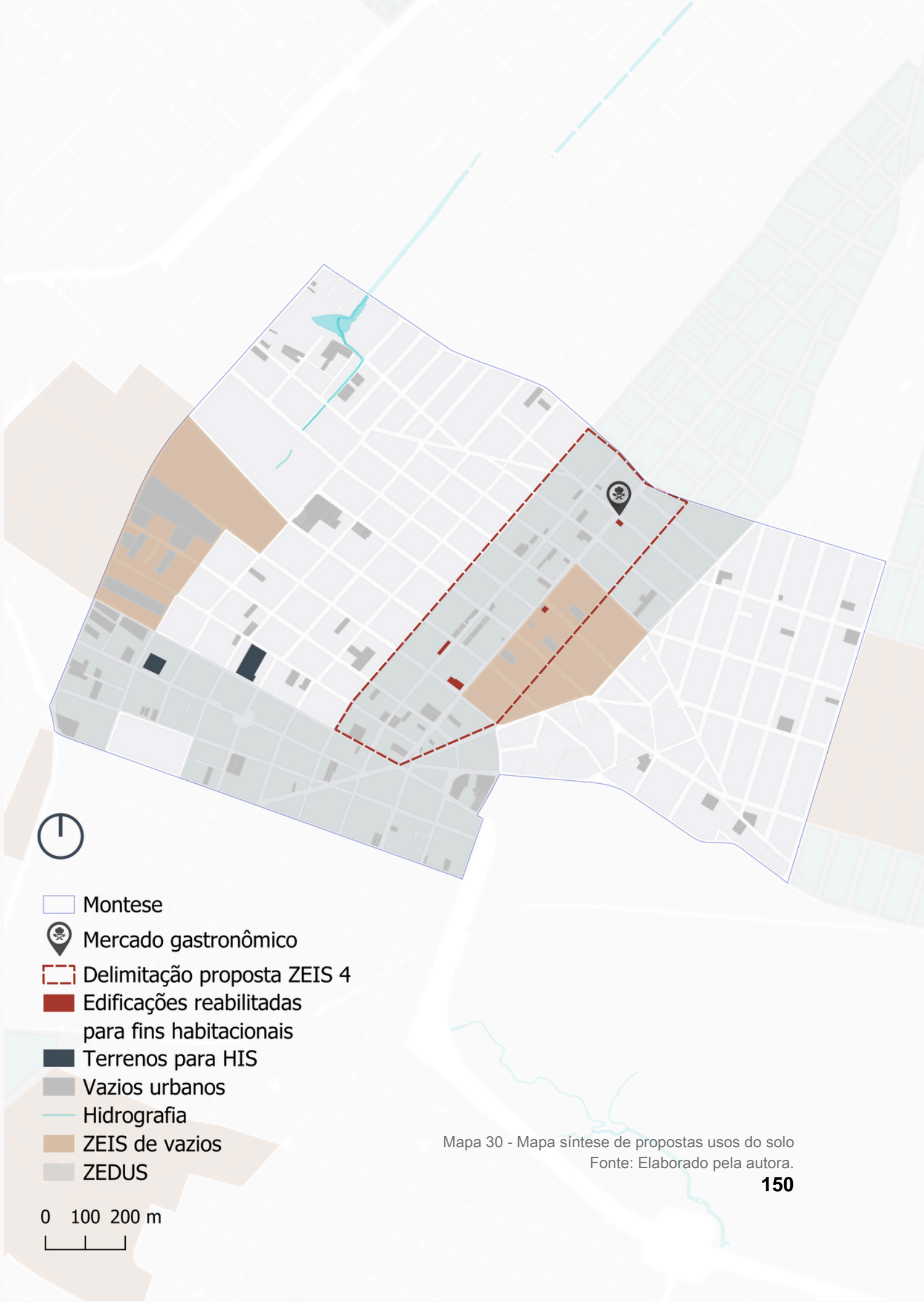
usos do solo

Um entorno vital é composto por pessoas que realizam diferentes atividades em diferentes momentos do dia. A vitalidade só surge, portanto, quando se tem a presença simultânea e contínua de pessoas ocupando o espaço público, além da diversidade de atividades e usos nas ruas e espaços (Punt-6, 2017). A partir disso, foram estabelecidas ações de médio e longo prazo para promover maior diversificação de usos do solo e movimentação em diferentes turnos.

Na etapa de diagnóstico, foi possível compreender que o Montese possui diversas problemáticas atreladas ao uso do solo, concentrando uma grande quantidade de terrenos e edifícios que não estão cumprindo sua função social. Além disso, foi visto que as principais vias do bairro reúnem serviços que são realizados majoritariamente por homens, como oficinas e autopeças, gerando os aqui chamados de "usos críticos". Atrelado a tudo isso, o funcionamento da maioria dos serviços disponíveis nas vias comerciais do bairro se restringe ao período diurno, promovendo esvaziamentos no período da noite.

princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno vital	usos do solo	Promover diversificação de usos do solo e movimentação em diferentes turnos	Exigir o aproveitamento de terrenos e imóveis vazios e/ou subutilizados, abandonados	LONGO
			Estimular o uso misto das edificações	LONGO
			Criar um mercado gastronômico e cultural com funcionamento noturno	MÉDIO

Quadro 10 - quadro de propostas e prazos usos do solo  
Fonte: Elaborado pela autora.



Mapa 30 - Mapa síntese de propostas usos do solo  
Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar da existência da Zona Especial de Interesse Social 3, que foca em áreas dotadas de infraestrutura com concentração de terrenos não edificadas ou imóveis subutilizados ou não utilizados, não houve um processo de regulamentação, de modo que o mercado imobiliário continua monopolizando áreas sem função social que poderiam ser direcionadas para habitação de interesse social.

Tendo isso em vista e objetivando criar um zoneamento que foque nas edificações abandonadas, propõe-se a criação de uma Zona Especial de Interesse Social 4 (ZEIS 4). Essa proposta se constitui como um instrumento a ser aplicado dentro da poligonal de estudo, sendo inspirada na ZEIS 3 do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014). A demarcação dessa zona ocorreu na área de maior incidência de edificações abandonadas.



Mapa 31 - Mapa proposta ZEIS 4  
Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta da ZEIS 4 deve ser acompanhada por diretrizes que garantam a participação popular no processo de promoção de Habitação de Interesse Social e que priorizem as mulheres no processo de titularidade dos imóveis. Para assegurar essa participação popular, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014) indica a criação de Conselhos Gestores nas ZEIS. Esses conselhos devem participar da formulação, aprovação e implementação dos Planos de Urbanização ou Projetos de Intervenção a serem realizados em suas áreas e devem ser compostos por moradores da ZEIS, por representantes da sociedade civil e por representantes do poder público. Essa questão também é abordada pelo Punt-6 (2017), que afirma que os conselhos gestores devem levar em consideração pautas relacionadas a gênero, garantindo equidade e diversidade, além de assegurar a representatividade das mulheres nos espaços de debates, planejamento e tomada de decisões. O Art. 35 da lei do Minha casa Minha Vida afirma que os contratos e registros efetivados no âmbito do programa devem ser formalizados preferencialmente em nome das mulheres, como uma forma de segurança e proteção. Inspirado nisso, a proposição da ZEIS 4 deverá trazer uma diretriz que assegure essa preferência de posse do imóvel para as mulheres.



Figura 45 - Diagrama Conselho gestor  
Fonte: Elaborado pela autora, com base no PDE de São Paulo (2014).



Cabe citar, também, a aplicação de instrumentos para garantir que os imóveis cumpram sua função social e possam ser direcionados para fins habitacionais, como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), o IPTU progressivo no tempo, e a Desapropriação-sanção. É proposta, também, a aplicação do instrumento Arrecadação de Imóveis Abandonados, que segundo a Lei Federal 13.465/2017 (Lei da Reurb), consiste na possibilidade de que imóveis urbanos que estejam em situação de abandono, cujos proprietários não possuam interesse em conservá-los e que não estejam sob posse de outros, passem a fazer parte, na condição de bens vagos, do patrimônio do Município após processo administrativo.



Com o objetivo de estimular o uso misto das edificações e gerar maior movimentação em diferentes turnos, propõe-se desconsiderar, em edificações mistas, a área dedicada a Serviços de Alimentação e Lazer do cálculo da área computável total dos edifícios das áreas demarcadas como ZEDUS.

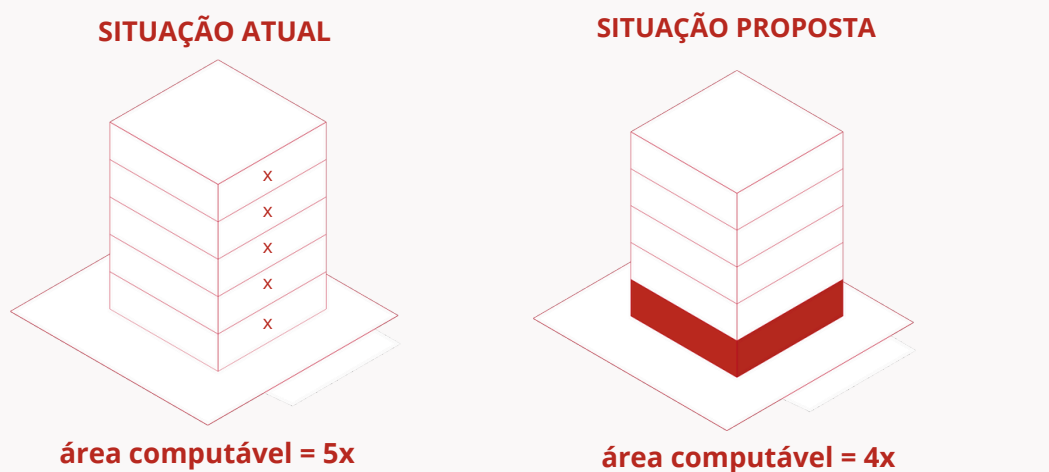


Figura 46 - Esquema de incentivo ao uso misto  
Fonte: Elaborado pela autora.

Sabendo que a população carece de equipamentos de lazer, principalmente daqueles que funcionam durante a noite, foi proposta a criação de um mercado gastronômico local com funcionamento ampliado para o período noturno. Amplos pontos comerciais que se encontram vazios há muito tempo e que estão localizados na Avenida Professor Gomes de Matos poderiam ser reabilitados para abrigar esse mercado.



Mapa 32 - Implantação mercado gastronômico  
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 47 - Pontos de comércio abandonados a serem reabilitados para abrigar o mercado gastronômico  
Fonte: Google Street View, 2024. Modificada pela autora.

**mobilidade, acessibilidade e permeabilidade**

Um entorno vigiado, conforme o coletivo Punt-6, é aquele que permite uma vigilância informal, realizada pelas pessoas de forma solidária e não autoritária. Salvar a segurança das pessoas não deve ser uma função exclusiva atribuída a pessoas específicas, mas sim uma tarefa compartilhada por todas as pessoas que habitam a cidade. Para que a vigilância informal ocorra, deve haver diversidade social, físico e funcional, atendendo às diferentes necessidades das pessoas, considerando questões como gênero, sexo, idade, diversidade funcional, origem, cultura e condição social. Pensando nos aspectos morfológicos dos espaços, é importante garantir que haja permeabilidade visual e conexões entre os espaços, permitindo que as pessoas consigam ver e serem vistas. Essas são estratégias que promovem maior sensação de segurança para todas as pessoas no geral, mas principalmente para as mulheres, que são as mais vulneráveis à assédio e violência no espaço público. Com o objetivo de estimular a conexão entre edificações, circulações e espaços públicos, foram propostas ações de curto, médio e longo prazo.

princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno vigiado	mobilidade, acessibilidade e permeabilidade	Estimular a conexão entre edificações, circulações e espaços públicos, gerando maior permeabilidade visual	Criar abrigos de parada de ônibus com materiais e formas que garantam permeabilidade visual	CURTO
			Implementar totens interativos nas paradas de ônibus das vias mais desertas	CURTO
			Estimular a implementação de fachadas ativas	LONGO
			Estimular a conexão do térreo das edificações com o espaço público	MÉDIO

Quadro 11 - quadro de propostas e prazos mobilidade e acessibilidade - parte 01  
 Fonte: Elaborado pela autora.

No diagnóstico do bairro, foi visto que há uma grande quantidade de vias com predominância de fachadas inativas, impedindo que haja conexão entre o espaço público e privado e gerando emparedamentos que promovem sensação de insegurança. Para estimular a conexão do térreo das edificações com o espaço público, é proposta, tendo como referência o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), a adoção do instrumento de fruição pública, fornecendo um incentivo urbanístico para empreendimentos que destinarem áreas para uso público.

**fruição pública**

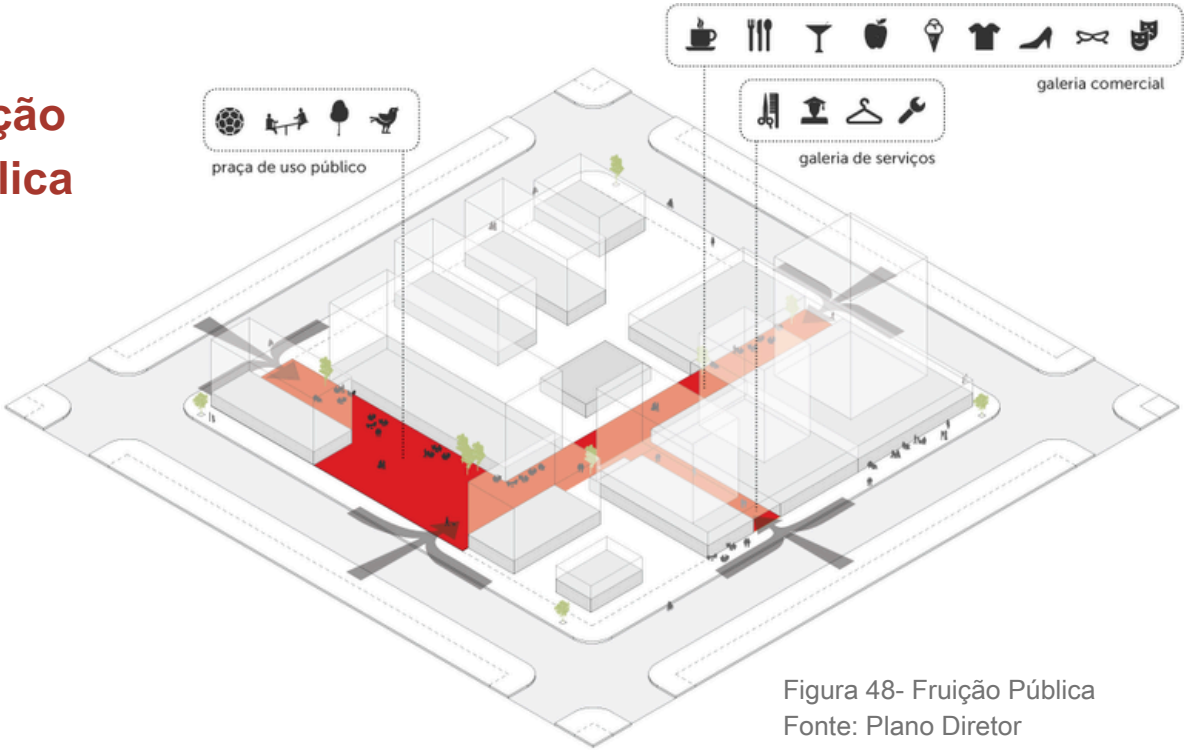


Figura 48- Fruição Pública  
 Fonte: Plano Diretor Estratégico de São Paulo, 2014. Adaptado pela autora.



**critérios**

Área de no mínimo 250 m2 que deverá ser devidamente averbada em Cartório de Registro de Imóveis.



**incentivos**

Poderá ser acrescida gratuitamente ao potencial construtivo básico do imóvel uma área construída computável equivalente a 100% (cem por cento) da área destinada à fruição pública.



Além disso, propõe-se conceder desconto no IPTU para os imóveis não residenciais que realizem ativação de fachadas por meio de reformas e adaptações.

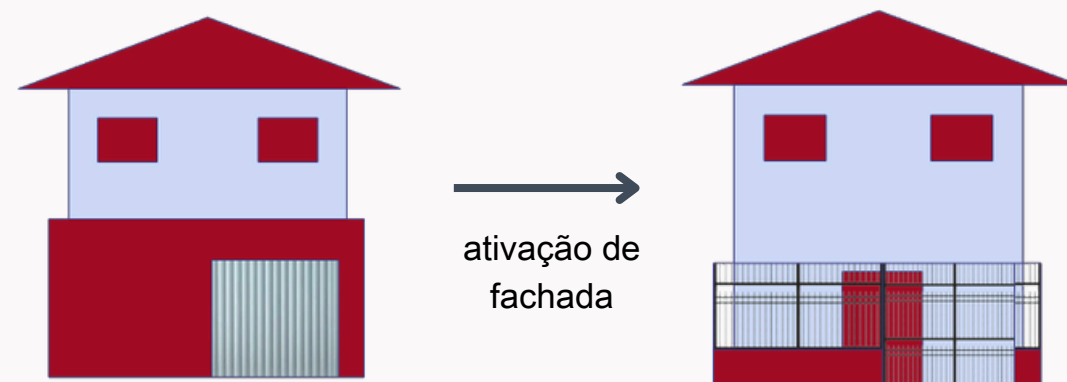


Figura 49 - Esquema ativação de fachada  
Fonte: Elaborado pela autora.

Hoje, no Montese, muitos pontos de ônibus ficam localizados em calçadas com grandes muros, sem nenhum tipo de permeabilidade visual, o que nos faz sentir sozinhas e não vistas. Além disso, muitos desses pontos não possuem nenhum tipo de abrigo que possa proteger os indivíduos das intempéries climáticas e dar algum tipo de suporte por meio de mobiliários de espera e elementos informativos.

Em 2023, a empresa de publicidade Eletromídia ganhou o Leão de Ouro do Festival de Cannes por meio da campanha intitulada “The Guarded Bus Stop”, que foi um projeto que levou totens interativos para fazer companhia para as mulheres sozinhas nas paradas de ônibus. Por meio de sensores, é detectado quando uma mulher está sozinha no ponto de ônibus ou VLT no período da noite e a partir disso a tela oferece a oportunidade de uma atendente fazer companhia por meio de uma videochamada em tempo real. Com o sucesso dessa campanha, o projeto passou a ser implementado de forma permanente em algumas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e em Curitiba (O Globo, 2023). Baseado nisso, propõe-se a implementação de totens interativos em algumas paradas de ônibus das vias mais esvaziadas do bairro, como as duas principais vias comerciais. Aliado a isso, é proposta a criação de abrigos desenvolvidos com estrutura leve e permeável visualmente, compondo paradas de ônibus mais seguras e equipadas.

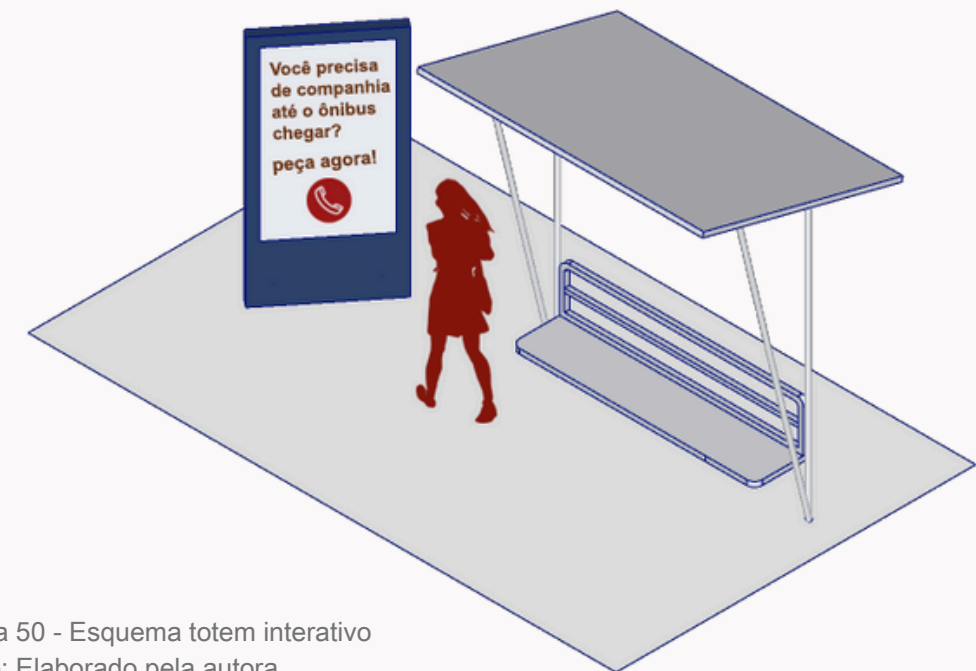


Figura 50 - Esquema totem interativo  
Fonte: Elaborado pela autora.

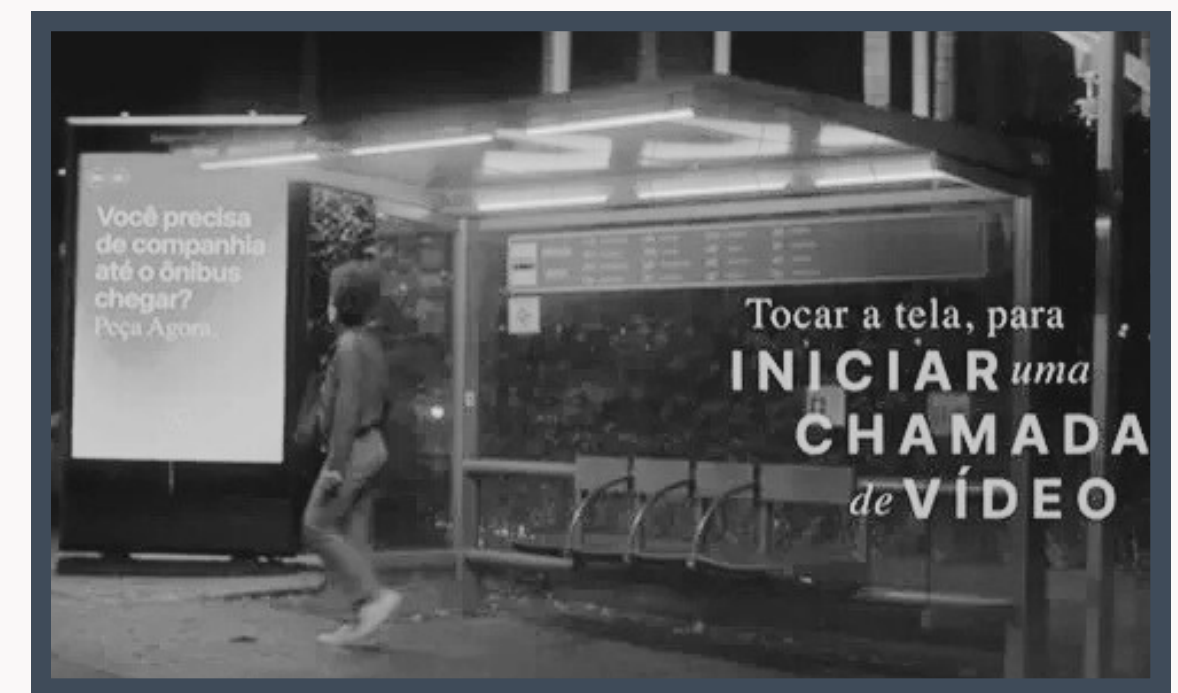


Figura 51 - Campanha Eletromídia  
Fonte: Eletromídia, 2024.

Acesse o QR code para conhecer mais sobre a campanha!

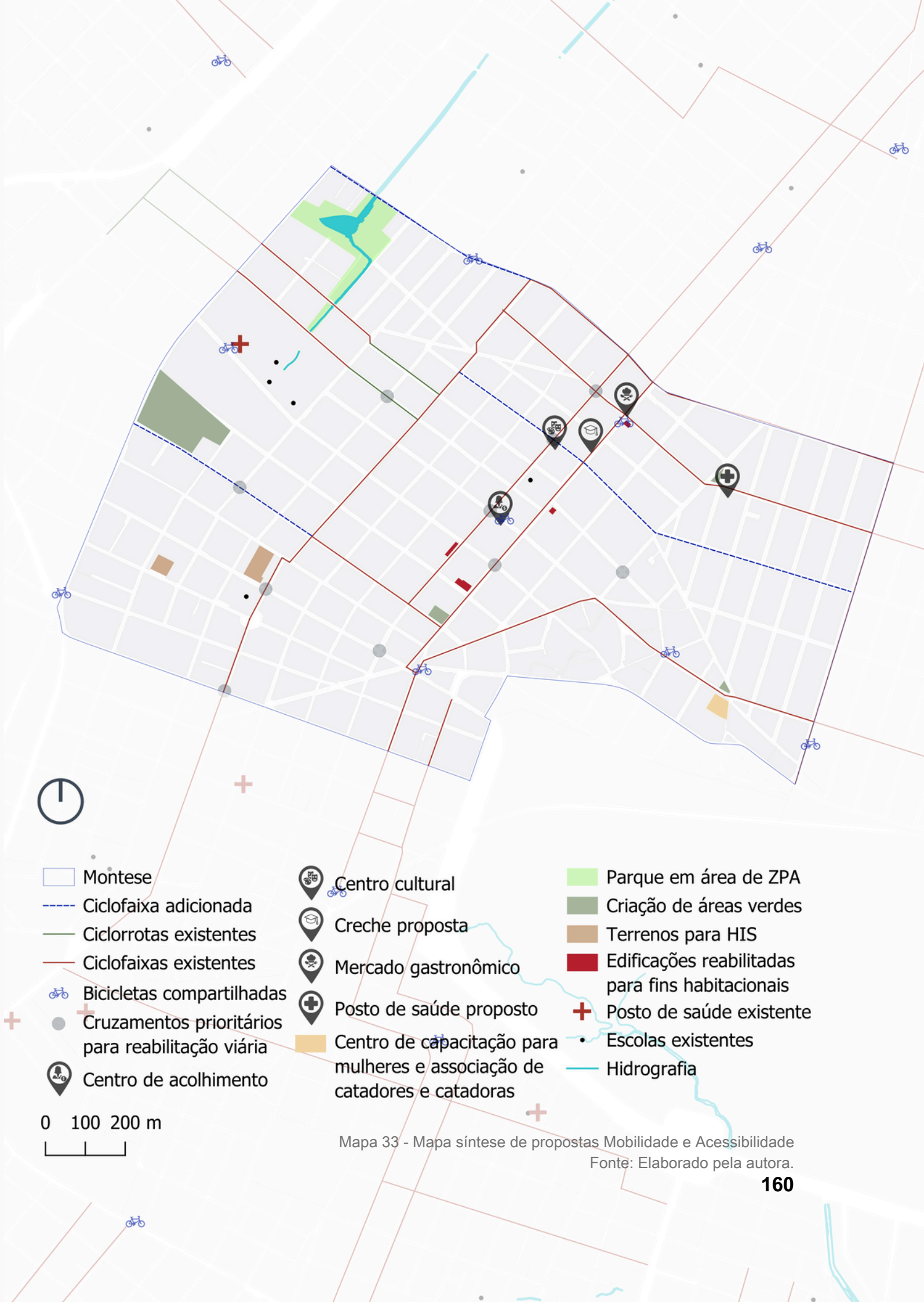


Uma rua deve ser projetada de maneira acessível para diferentes tipos de mobilidade e pessoas, como por exemplo pessoas que irão com carrinhos de bebês, cadeiras de rodas e bicicletas. Além disso, deve haver espaços para estacionar bicicletas e outros veículos não motorizados, estimulando a mobilidade ativa e priorizando a acessibilidade universal (Punt-6). Como foi visto, o bairro estudado possui uma alta conectividade viária, funcionando como um espaço de passagem entre importantes áreas da cidade. Outros pontos positivos que foram destacados são o amplo sistema ciclovitário que percorre grande parte do bairro e a grande quantidade de estações de bicicletas compartilhadas. As problemáticas associadas à mobilidade se encontram principalmente nas calçadas, que em muitos casos não possuem largura adequada, além de terem muitas barreiras físicas como acúmulo de lixo. Tem-se, ainda, a grande quantidade de carros estacionados nas calçadas devido ao intenso uso comercial nas principais vias do bairro, o que impede que as pessoas possam caminhar pelas calçadas, obrigando-as a se deslocar pela via.

Nesse sentido, são propostas ações de curto e médio prazo, com o objetivo de garantir a acessibilidade e a conexão com a cidade e estimular a mobilidade ativa.

princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno vigiado	mobilidade, acessibilidade e permeabilidade	Garantir acessibilidade e conexão com a cidade e estimular mobilidade ativa	Requalificar calçadas	MÉDIO
			Reduzir e regularizar as vagas para automóveis nas calçadas e vias	CURTO
			Conectar a malha ciclovitária aos equipamentos de uso público	MÉDIO
			Reabilitação viária nas áreas de maior incidência de acidentes	MÉDIO

Quadro 12 - quadro de propostas e prazos mobilidade e acessibilidade - parte 02  
Fonte: Elaborado pela autora.



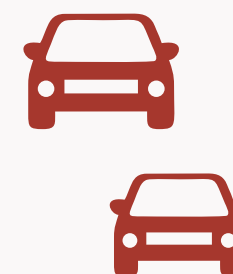
Mapa 33 - Mapa síntese de propostas Mobilidade e Acessibilidade  
Fonte: Elaborado pela autora.



Nesse sentido, é proposta a requalificação de calçadas e a reabilitação viária das áreas de maior incidência de acidentes, como os cruzamentos destacados no mapa. Com o objetivo de conectar a rede cicloviária aos equipamentos do bairro, é proposta a ampliação das ciclofaixas, gerando maior acessibilidade e conectividade e estimulando a população a se deslocar por meio do transporte não motorizado. Para desestimular vagas de garagem e estacionamento, é proposta a aplicação de uma estratégia presente no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), que consiste em: quando houver mais de uma vaga para 70m<sup>2</sup> de usos não residenciais, as áreas das vagas serão consideradas computáveis. Outra medida voltada para esse problema é a adoção de mobiliários fixos nas calçadas, impedindo que os carros consigam estacionar.



Mapa 34 - Mapa proposta mobilidade  
Fonte: Elaborado pela autora.



### desestimular vagas de garagem

Mais que 1 vaga de garagem por unidade habitacional e 1 vaga para 70m<sup>2</sup> de usos não residenciais serão consideradas computáveis

### adoção de mobiliários fixos

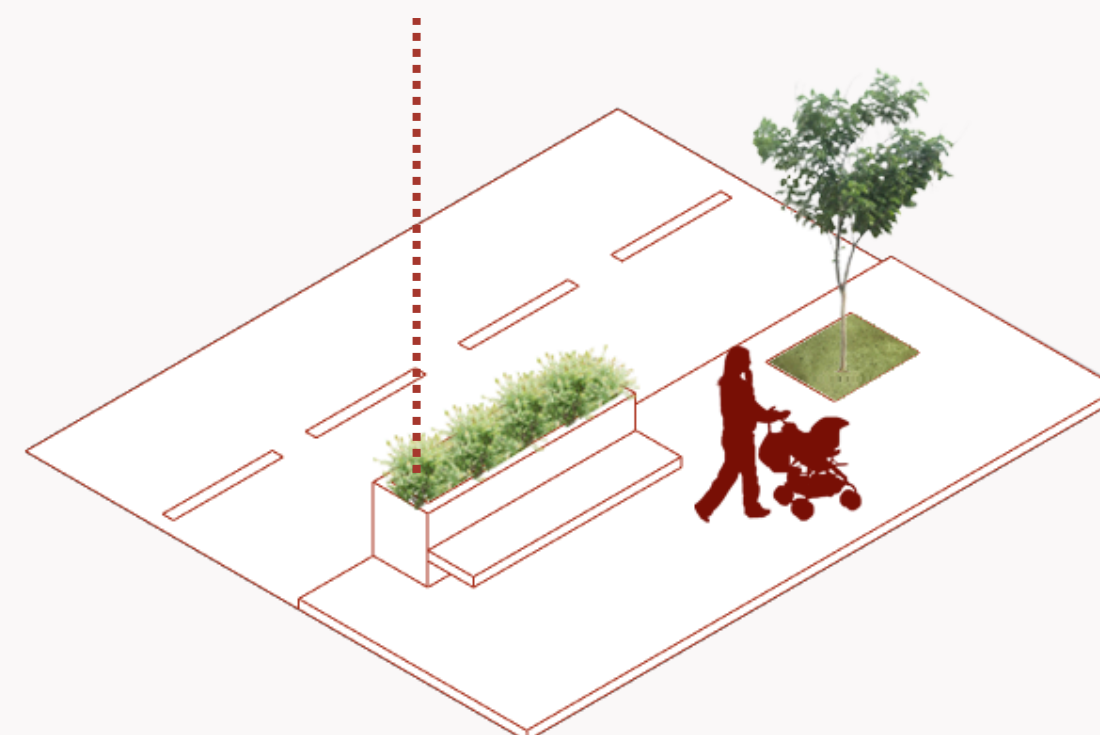


Figura 52 - Esquema proposta de mobiliários fixos  
Fonte: Elaborado pela autora.

## equipamentos, infraestrutura e espaços públicos

Um ambiente equipado é aquele que possui infraestrutura e elementos que dão suporte às atividades cotidianas dos indivíduos em distância e tempo adequados, garantindo um ambiente limpo e aconchegante e atendendo às diversas necessidades da população que ocupa o espaço. Para garantir que isso seja cumprido, se tem alguns objetivos específicos: 1) garantir a diversidade tipológica das habitações, 2) projetar espaços e percursos equipados e conectados com atividades diárias, 3) garantir os equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento da vida cotidiana e 4) garantir segurança para as mulheres e crianças vítimas de violência de gênero (Punt-6, 2017). No contexto de desenvolvimento do plano para o Montese, foram estabelecidas ações de curto, médio e longo prazo com o objetivo de ampliar e diversificar a rede de equipamentos e serviços e de estruturar os espaços públicos com foco na promoção da qualidade de vida e nas necessidades das mulheres e crianças.

Tendo em vista que o Montese não é bem assistido por equipamentos educacionais de ensino infantil, é proposta a criação de uma creche de tempo integral. Há indicação de implantação da creche em um terreno vazio localizado numa área central do bairro, de forma a abranger a parcela populacional que está desassistida, contribuindo para o aumento de autonomia de muitas mães, que podem deixar seus filhos na creche para trabalhar. Um outro equipamento a ser implementado é um novo posto de saúde, para atender principalmente a porção leste do bairro. Sua implantação é indicada em um terreno vazio que fica em frente à pequena área triangular chamada de Praça dos Cadetes, a qual passará por um processo de reabilitação, servindo como área de lazer para a população. Com o objetivo de proporcionar um espaço de identidade e memória, é proposta ainda a reabilitação de uma casa antiga e abandonada para abrigar um centro cultural e comunitário, visto que não existem equipamentos desse cunho no bairro.

Apesar de a maior parte da população do bairro ser constituída por mulheres, não há nenhum equipamento público voltado para elas. Assim, é proposto que um grande edifício abandonado seja reabilitado para funcionar como um centro de capacitação profissional para mulheres, oferecendo cursos e oficinas que fortaleçam a autonomia e contribuam para a independência financeira delas (figura 53 e 55). O edifício também deve abrigar um centro de apoio para catadores e catadoras, haja vista que o bairro possui uma grande quantidade de acúmulo de lixo e não existe nenhum equipamento direcionado aos profissionais da reciclagem, formando assim um edifício multifuncional. Pensando na segurança das mulheres e na necessidade de dar assistência em casos de vulnerabilidade, assédio e violência, é proposto um centro de acolhimento para mulheres em um edifício abandonado que se encontra na Rua Alberto Magno. Para solucionar a problemática da falta de infraestrutura de saneamento básico, é proposto que a rede de esgoto seja ampliada para as áreas desassistidas.

Considerando que o Montese não possui áreas verdes e nem espaços públicos de lazer, terrenos vazios e subutilizados foram escolhidos para abrigar praças, com o objetivo de promover maior qualidade de vida para a população. Uma das praças propostas está localizada na Av. Professor Gomes de Matos, com uma localização central que atende grande parte do bairro, incluindo a população do assentamento precário Buraco da Jia, além de ter o potencial de promover maior vitalidade para a área. Além disso, parte da área demarcada como ZPA deve ser transformada em um parque (mapa 35), para que haja maior proteção do recurso hídrico, além de proporcionar mais um espaço de lazer para os habitantes. Para garantir que as necessidades básicas das mulheres e das crianças sejam atendidas, banheiros públicos e mobiliários de apoio devem ser distribuídos próximos aos principais equipamentos do bairro.



princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno equipado	equipamentos e infraestrutura	Ampliar e diversificar a rede de equipamentos e serviços	Implantar uma creche	MÉDIO
			Propor um centro de capacitação profissional para mulheres	MÉDIO
			Implementar um centro de atendimento e acolhimento para mulheres	MÉDIO
			Implantar um posto de saúde	MÉDIO
			Propor um centro de acolhimento para mulheres	MÉDIO
			Implementar um centro cultural e comunitário	MÉDIO
			Ampliar rede de esgoto para as áreas desassistidas	LONGO
	espaços públicos	Estruturar espaços públicos com foco na promoção de qualidade de vida e nas necessidades das mulheres e crianças	Criar espaços livres destinados ao lazer	MÉDIO
			Promover arborização pública	MÉDIO
			Criação de um parque na área demarcada como ZPA	LONGO
			Implementar banheiros públicos com trocadores e guarda-volumes	MÉDIO
			Implementar mobiliários de observação, descanso e permanência	CURTO

Quadro 13 - quadro de propostas e prazos equipamentos e infraestrutura e espaços públicos  
Fonte: Elaborado pela autora.





## \_edifício abandonado\_



Figura 53 - edifício abandonado  
Fonte: Google Street View.

## \_edifício reabilitado\_



Figura 55 - Edifício reabilitado  
Fonte: Elaborado pela autora.

## \_casa abandonada\_



Figura 54 - casa abandonada  
Fonte: Google Street View.

## \_casa reabilitada\_



Figura 56 - Casa reabilitada  
Fonte: Elaborado pela autora.



habitação

Um ambiente comunitário é aquele em que há relacionamento, convivência e solidariedade entre as pessoas, reunindo uma diversidade de dimensões físicas e sociais. Facilitar a existência e a manutenção de redes comunitárias é extremamente importante para que as mulheres possam partilhar espaços e atividades comuns e terem uma rede de apoio. Para isso, é necessário promover ações coletivas que envolvam a comunidade, potencializando as relações sociais e fortalecendo o sentimento de pertencimento (Punt-6, 2017). O Punt-6 estabelece uma série de ações a serem realizadas para assegurar a existência do entorno comunitário, incluindo ações voltadas para a garantia de habitação e para o envolvimento e participação das mulheres nos processos de produção habitacional. Como foi discutido no referencial teórico, as mulheres brasileiras, em especial as mulheres negras, são protagonistas na luta pelo direito à moradia, estando esse direito relacionado a garantia de muitos outros. Sabendo disso, foram propostas ações de médio e longo prazo, objetivando promover moradia adequada para a população do Montese que se encontra em área de risco, buscando também promover maior ocupação da área central do bairro. Assegurar a permanência de pessoas habitando as localidades centrais é essencial para a qualidade de vida das mulheres.

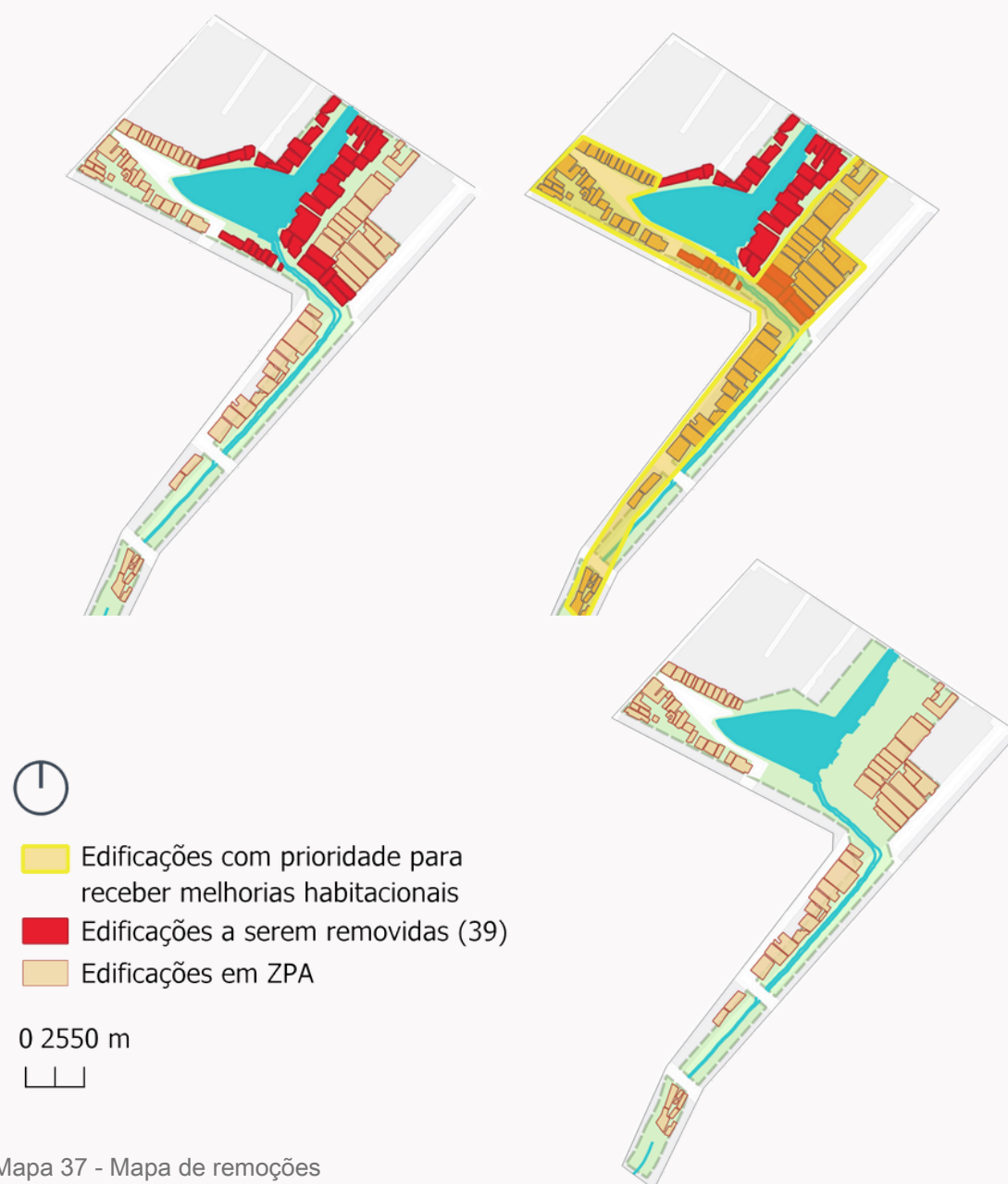
princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno comunitário	habitação	Garantir acesso à moradia	Reabilitar edifícios vazios e/ou subutilizados, especialmente para fins habitacionais, realocando população em área de risco	LONGO
			Promover melhorias habitacionais nas edificações que não estejam em área de alto risco	MÉDIO
			Destinar terrenos vazios e/ou subutilizados para produção de HIS	MÉDIO

Quadro 14 - quadro de propostas e prazos eixo habitação  
Fonte: Elaborado pela autora.



Mapa 36 - Mapa síntese de propostas eixo habitação  
Fonte: Elaborado pela autora.

As edificações abandonadas que serão reabilitadas para fins habitacionais poderão atender parte da população que hoje habita as margens do recurso hídrico. Ao todo, recomenda-se a realocação de 39 edificações que estão ocupando as margens do recurso hídrico existente na área demarcada como ZPA. As outras edificações que estão localizadas nessa zona foram mantidas devido ao entendimento de que não correm risco, haja vista que há uma área, mesmo que pequena, de amortecimento entre elas e o recurso hídrico, além de parte dele possuir uma infraestrutura de canalização. Além das edificações abandonadas a serem reabilitadas, foram demarcados terrenos subutilizados para serem destinados à produção de habitação de interesse social.

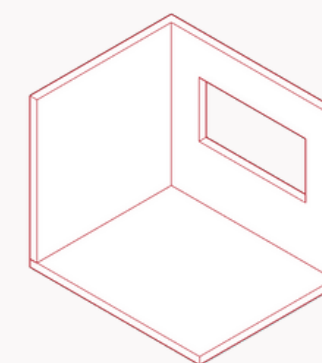


Mapa 37 - Mapa de remoções  
Fonte: Elaborado pela autora.

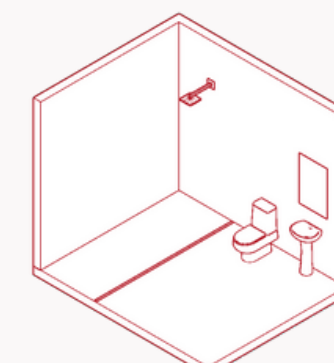
O Art. 223 do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009) estabelece que os recursos provenientes da adoção de outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso deversão ser aplicados em processos de regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, constituição de reserva federal, entre outros processos de ordenamento urbano. Desse modo, os recursos necessários para as ações propostas já estão previstos em planos e leis.

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (2013), melhoria habitacional consiste em uma articulação entre o financiamento a pessoas físicas para aquisição de material de construção acompanhadas de assistência técnica e capacitação para melhoria das condições da unidade habitacional. Essas dependem da situação e necessidade de cada imóvel, podendo ser melhoria estrutural, melhoria das condições de salubridade, entre outros.

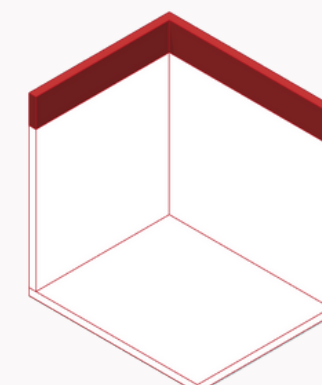
**melhorias na ventilação e iluminação**



**construção ou reforma de banheiros**



**aumento do pé-direito**



**construção de novo cômodo**

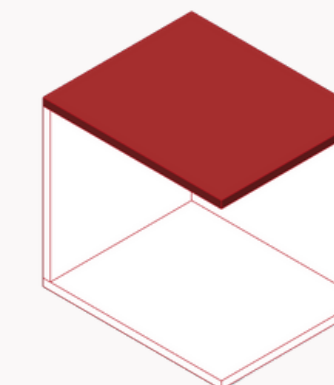


Figura 57 - Esquema melhorias habitacionais  
Fonte: Elaborado pela autora.



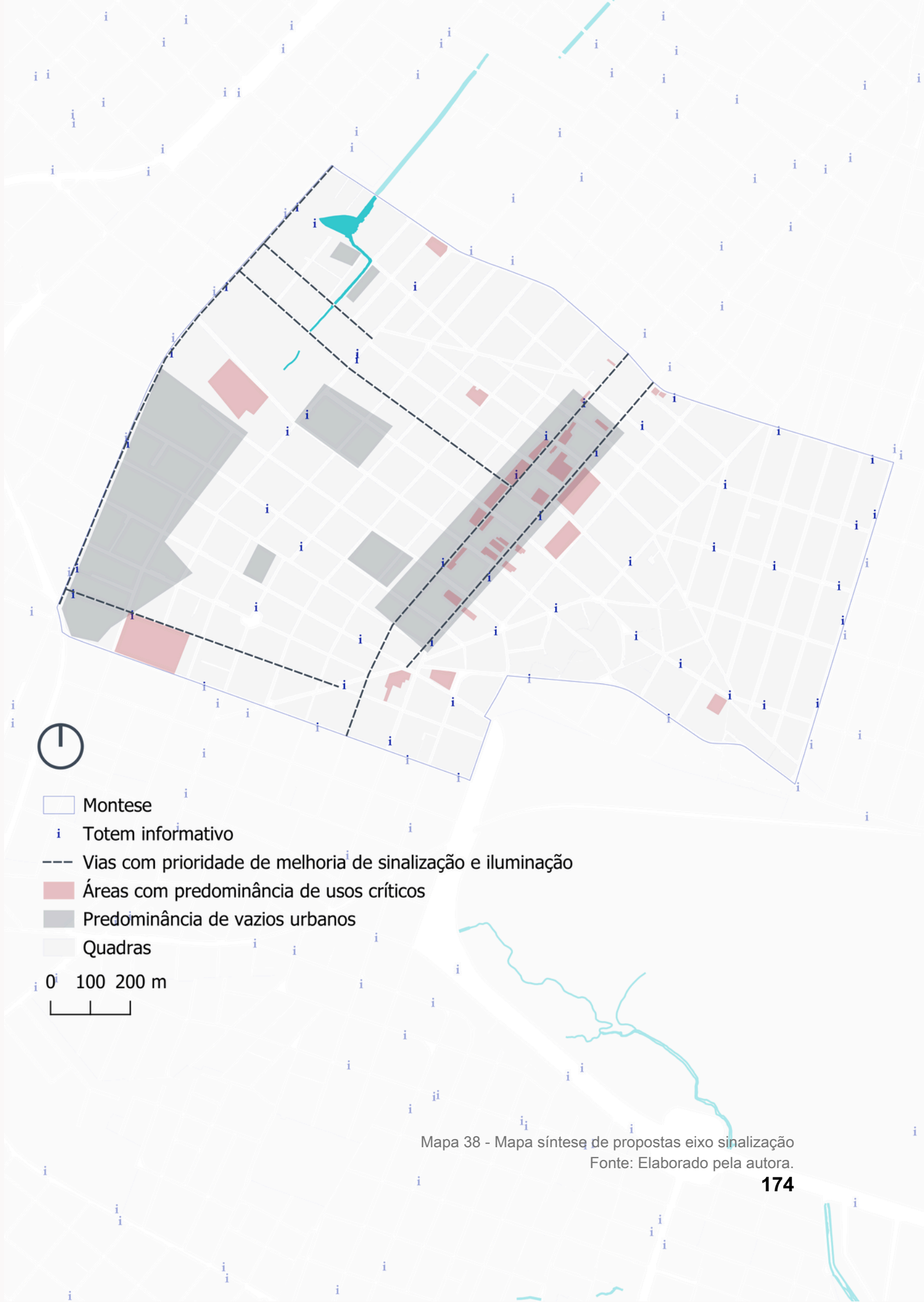
sinalização

A sinalização ajuda as pessoas a compreenderem a cidade e a sua estrutura, facilitando a orientação e aumentando a sensação de segurança. Pensando na segurança e na inclusão das mulheres, é muito importante que o espaço público seja bem sinalizado por meio de iconografia não sexista e diversa, permitindo que a mulher possa saber, com clareza, onde está e para onde ir (Punt-6, 2017).

Com o objetivo de diminuir a sensação de insegurança existente devido à ineficiência da iluminação pública e de promover uma sinalização inclusiva, acessível e eficiente para todas e todos, são adotadas algumas ações de curto e médio prazo.

princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno sinalizado	sinalização	Orientar a população de forma acessível e inclusiva	Implantar totens informativos nas vias para informar a população acerca das linhas de transporte público e do tempo previsto de deslocamento	CURTO
			Implementar sinalização com desenhos inclusivos e representativos	CURTO
			Melhorar a iluminação pública por meio da implementação de novos postes e postes duplos de menor escala	MÉDIO

Quadro 15 - quadro de propostas e prazos eixo sinalização  
Fonte: Elaborado pela autora.



Mapa 38 - Mapa síntese de propostas eixo sinalização  
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, foi desenvolvida uma proposta de totens informativos que será distribuído ao longo das vias principais do bairro, a serem implementados em todas as paradas de ônibus e nos principais equipamentos disponíveis no bairro, para ajudar na orientação da população. Esses totens podem ser desenvolvidos em estrutura metálica, possuindo áreas vazadas que garantem maior permeabilidade visual e impedem a formação de emparedamentos. Neles deverão estar contidas informações acerca das linhas de ônibus disponíveis, além de dados sobre a localização dos principais serviços disponíveis no entorno.



Figura 58 - Esquema Totem informativo  
Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, o sistema de sinalização deve ser melhorado por meio do aumento do número de placas e outros elementos, além da implementação de peças mais inclusivas e representativas, englobando diferentes gêneros, idades, corpos. A iluminação do bairro também deve ser melhorada por meio do aumento do número de postes e da adoção de postes duplos que possam atender à escala das pessoas.



Figura 59 - Esquema - Sinalização inclusiva  
Fonte: Elaborado pela autora.





Figura 60 - Postes  
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 61- Esquema gráfico totem informativo  
Fonte: Elaborado pela autora.

intervenções urbanas

Um entorno visível é aquele que promove visibilidade dos aspectos mais físicos do planejamento urbano, englobando aspectos simbólicos e sociais e promovendo espaços que visibilizem e reconheçam as figuras femininas e os papéis subvalorizados desenvolvidos por mulheres (Punt-6, 2017). Como foi visto na etapa de diagnóstico, o Montese se constitui como um bairro de baixa representatividade para mulheres, havendo uma grande concentração de usos críticos e uma grande quantidade de assédios. Com o objetivo de promover visibilidade e reconhecimento para mulheres e de conscientizar a população acerca das temáticas associadas ao gênero e ao assédio, são propostas intervenções urbanas de curto prazo.

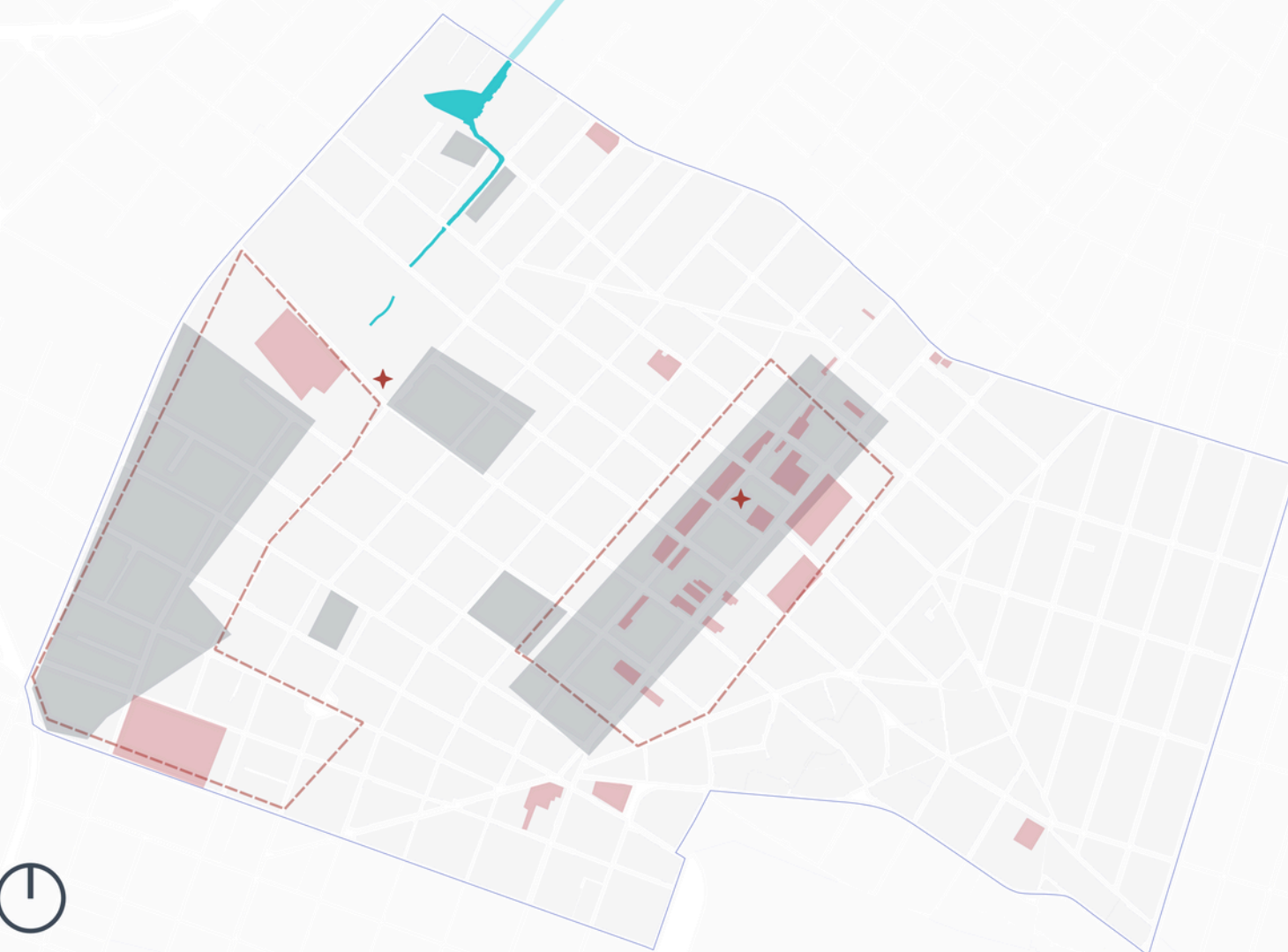
O plano recomenda que duas escolas do bairro que carregam o nome do político ditador Humberto de Alencar Castelo Branco tenham seus nomes modificados para Francisca Clotilde, escritora cearense do século XIX que desafiou a sociedade ao lançar o livro A Divorciada em 1902, e para Preta Tia Simoa, mulher negra liberta que teve papel fundamental na abolição e na luta pela liberdade de negros e negras do estado. Outra proposta é estimular a produção de arte urbana, haja vista a grande disponibilidade de muros disponíveis no bairro, para abordar temáticas relacionadas às mulheres, promovendo mensagens de empoderamento, além de peças gráficas que contribuam com a conscientização da população acerca do assédio e da violência contra a mulher.

princípio	eixo	diretriz	ações	prazos
entorno visível	intervenções urbanas	Visibilizar e reconhecer as mulheres	Mudar o nome de equipamentos para nomes de mulheres	CURTO
			Produzir arte urbana que abordem temáticas relacionadas às mulheres	CURTO
			Promover peças gráficas de conscientização e educação acerca das relações de gênero e a prevenção contra assédio	CURTO

Quadro 16 - quadro de propostas e prazos eixo intervenções urbanas  
Fonte: Elaborado pela autora.



- Montese
  - Áreas prioritárias a receber arte urbana e peças de conscientização
  - Equipamentos a receberem um novo nome
  - Áreas com predominância de usos críticos
  - Predominância de vazios urbanos
  - Quadras
- 0 100 200 m



Mapa 39 - Mapa síntese de propostas eixo intervenções urbanas  
Fonte: Elaborado pela autora.





Figura 62 - Esquema mudança de nomes de equipamentos  
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 63 - Colagem arte urbana  
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 64 - Colagem peças de conscientização  
Fonte: Elaborado pela autora.



Ao falar sobre arte urbana, é importante destacar que pessoas negras foram inferiorizadas na arte. As mulheres negras foram, como um reflexo da interseccionalidade, retratadas na condição de trabalhadoras subjugadas, além de serem sexualizadas e terem suas histórias ignoradas. Em contrapartida, as representações artísticas urbanas feitas por pessoas negras e que incorporam as temáticas raciais podem ser consideradas como um ato político, servindo como uma ferramenta de autoafirmação e de reconhecimento da própria imagem (Barbosa, 2019, apud Costa; Costa Lima, 2023).

Eudália Ellen Ferreira da Costa e Mariana Quezado Costa Lima (2023) falam que a representação das mulheres na cidade segue uma linguagem, de modo que a grande maioria das mulheres retratadas são brancas. Quando as mulheres negras são artisticamente representadas, quase sempre são retratadas nuas, objetificadas, sexualizadas, sem nome e sem história. De acordo com Clarissa Salomoni Menezes e Vitória Neves (2024) também são raras as ruas nomeadas por nomes de mulheres, e quando existem são santas, religiosas ou conhecidas somente como a esposa de alguém, a filha de alguém. Além disso, Costa e Costa Lima (2023) afirmam que a representatividade faz com que as mulheres negras se sintam pertencentes, acolhidas e ouvidas e que elas possuem o direito de se sentirem parte da sociedade e do meio no qual estão inseridas, e não como uma parte prestes a ser expelida. As autoras reforçam:

“Suas vivências, suas dores e seus sonhos são dignos de serem contados e contemplados no espaço urbano, desde painéis, murais, estátuas, nomes de ruas, praças, até movimentos e grupos que se tornem parte destes espaços, se apropriando e tornando a cidade mais o seu reflexo.”

Costa e Costa Lima (2023) destacam alguns importantes artistas, expondo alguns murais da artista Luna Bastos. A figura 64 mostra um autorretrato da artista que foi pintado num prédio de 17 metros em Teresina, sua cidade natal. A artista relatou em suas redes sociais que sempre se sentiu invisibilizada, mas que hoje, ao ver a pintura, se sente gigante. Desse modo, é possível ter uma dimensão da importância de representações artísticas que respeitem as mulheres negras, considerando suas particularidades e suas histórias, visibilizando-as e reconhecendo-as.



Figura 65 - Autorretrato de Luna Bastos  
Fonte: Luna Bastos, 2023.



# 5.3

## desenho de propostas - o binário do Montese

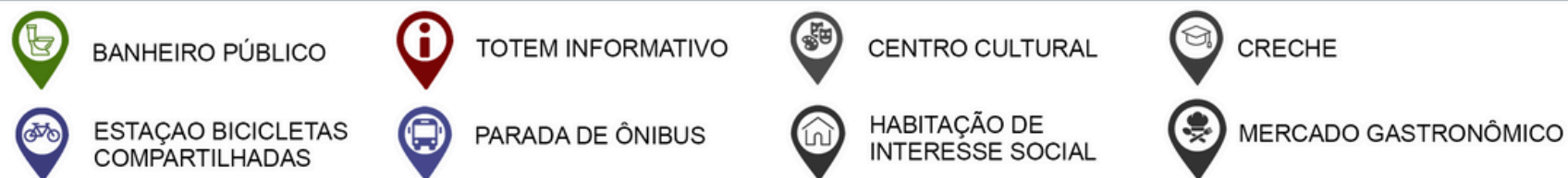
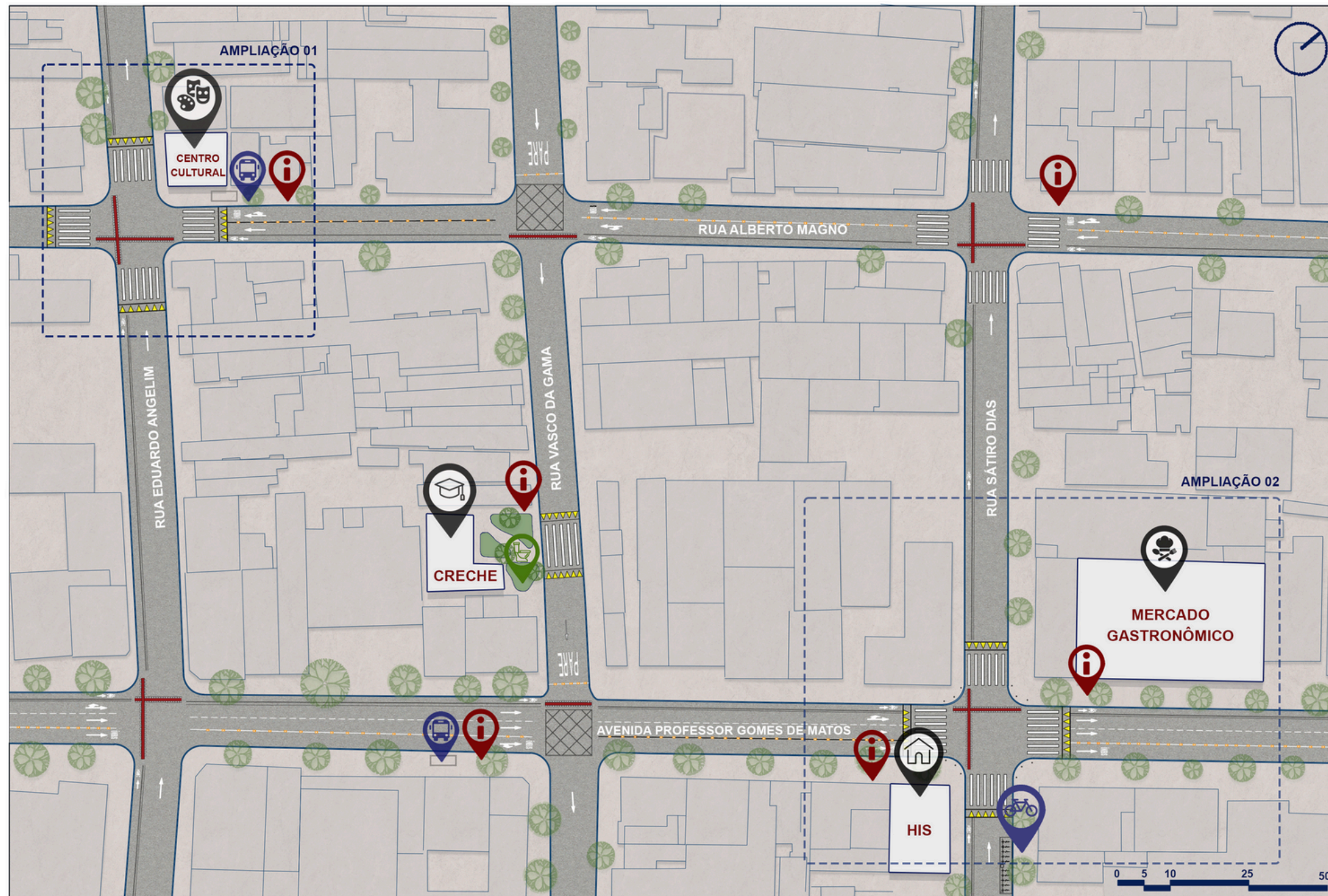
Para melhor visualização de algumas ações no espaço urbano, foi desenvolvido um masterplan que engloba as duas principais vias do bairro, o qual poderia ser um projeto estruturante na implementação do plano. O desenho mostra a implantação do mercado gastronômico, de uma edificação reabilitada para fins habitacionais, além do centro cultural proposto e da creche de tempo integral. Além disso, são indicados os totens informativos, os pontos de ônibus e banheiros públicos.

No caso da Avenida Professor Gomes de Matos, é indicado um alargamento da ciclofaixa, já que a existente possui menos de um metro de largura em muitos pontos, além de uma redistribuição da largura de cada faixa da via. No masterplan, podem ser vistos os novos postes e mobiliários urbanos, como bancos, e totens informativos. Além disso, foram adicionados pontos de infraestrutura verde, como jardins de chuva. Próximo ao mercado gastronômico, foi adicionado um cruzamento elevado para facilitar as travessias e diminuir a incidência de acidentes.

Na Rua Alberto Magno, uma das principais mudanças foi referente ao alargamento das calçadas. Além disso, a ciclofaixa também deve ser alargada e a largura das faixas da via redefinida, sendo executado um cruzamento elevado na área de implantação do centro cultural. Foram adicionados postes duplos, além de abrigo de parada de ônibus, já que hoje a área não possui nenhum tipo de estrutura de apoio para que a população possa esperar os transportes. Outra mudança foi a criação de uma ciclofaixa na Rua Eduardo Angelim, para que o sistema ciclovário pudesse ser conectado aos equipamentos propostos, como é o caso do Centro Cultural.

O objetivo não é desenvolver um projeto, mas sim tornar mais concretas algumas das ações propostas a nível de plano, permitindo uma visualização e compreensão maior. Além disso, os desenhos elaborados poderiam servir como projeto piloto para o desenvolvimento de um projeto futuro para as áreas trabalhadas.







\_ampliação 01 - Rua Alberto Magno\_

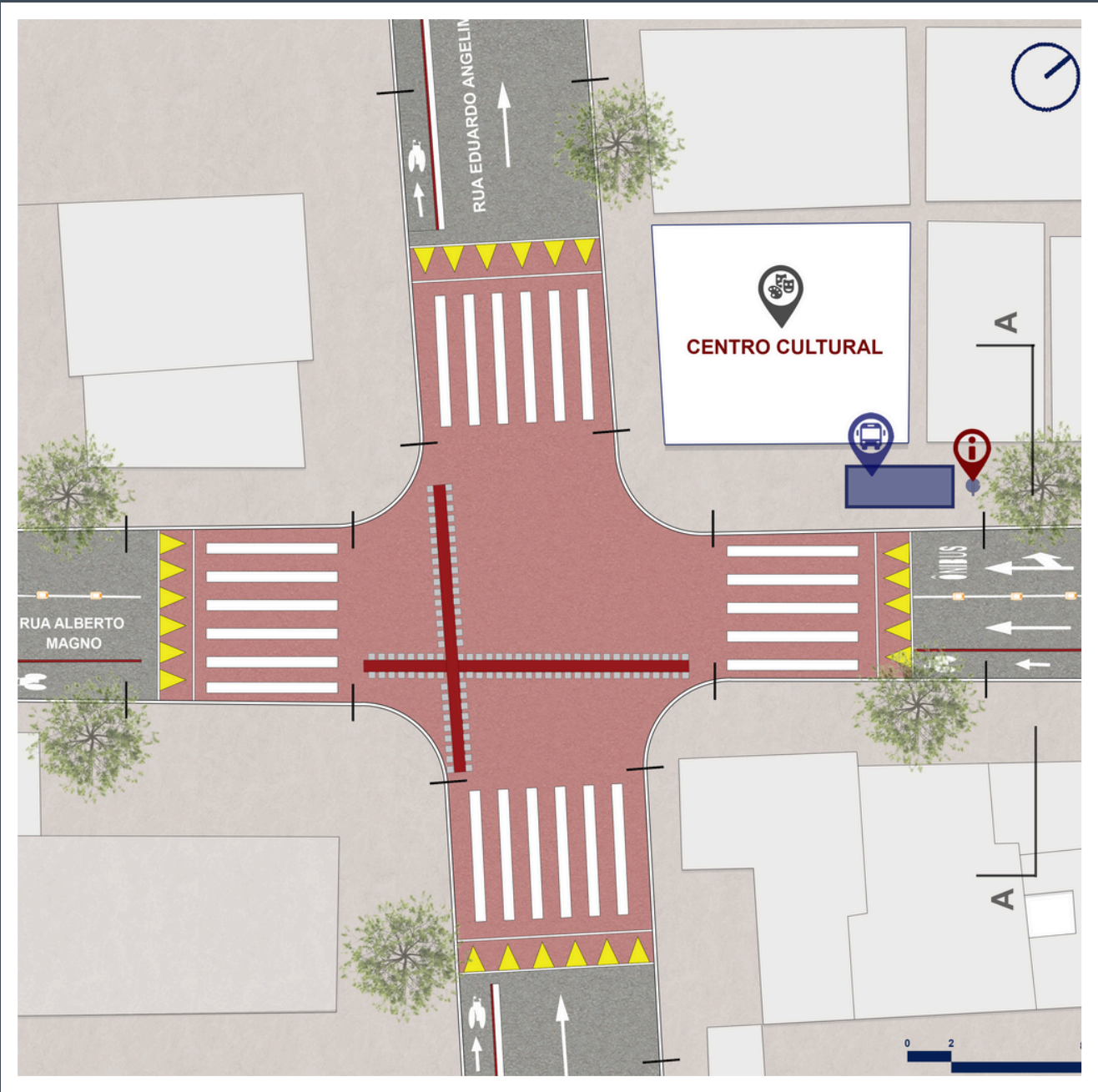
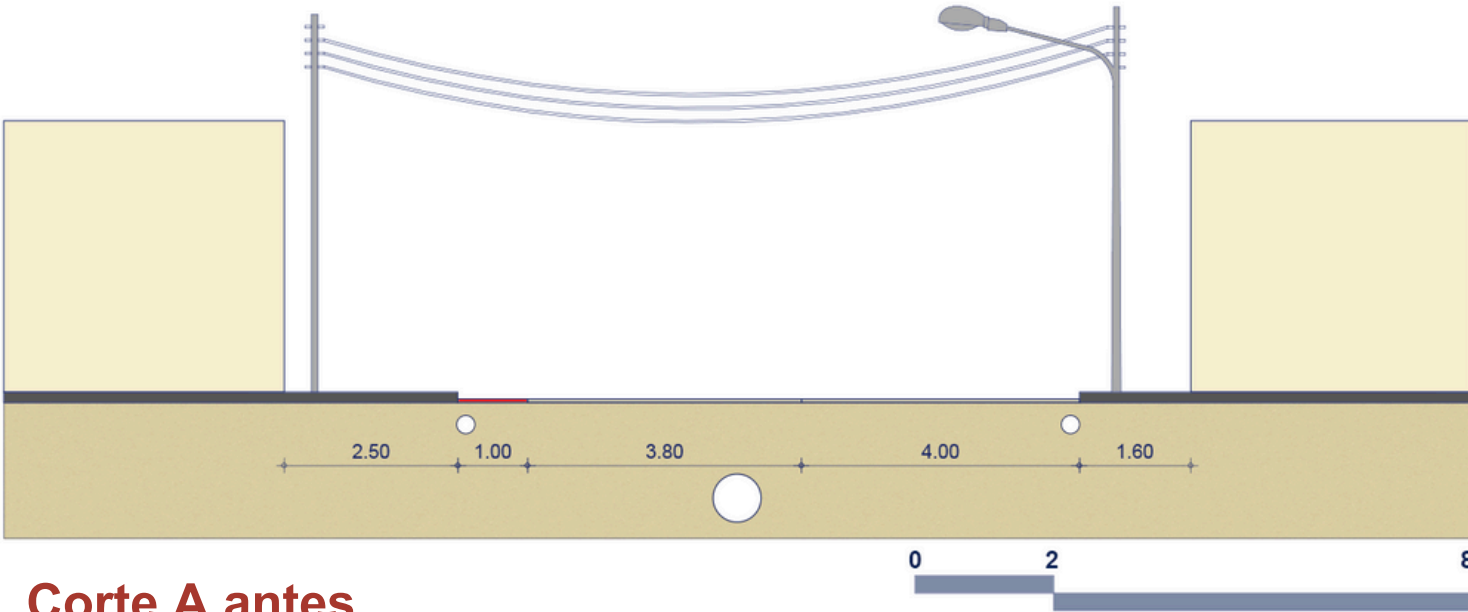
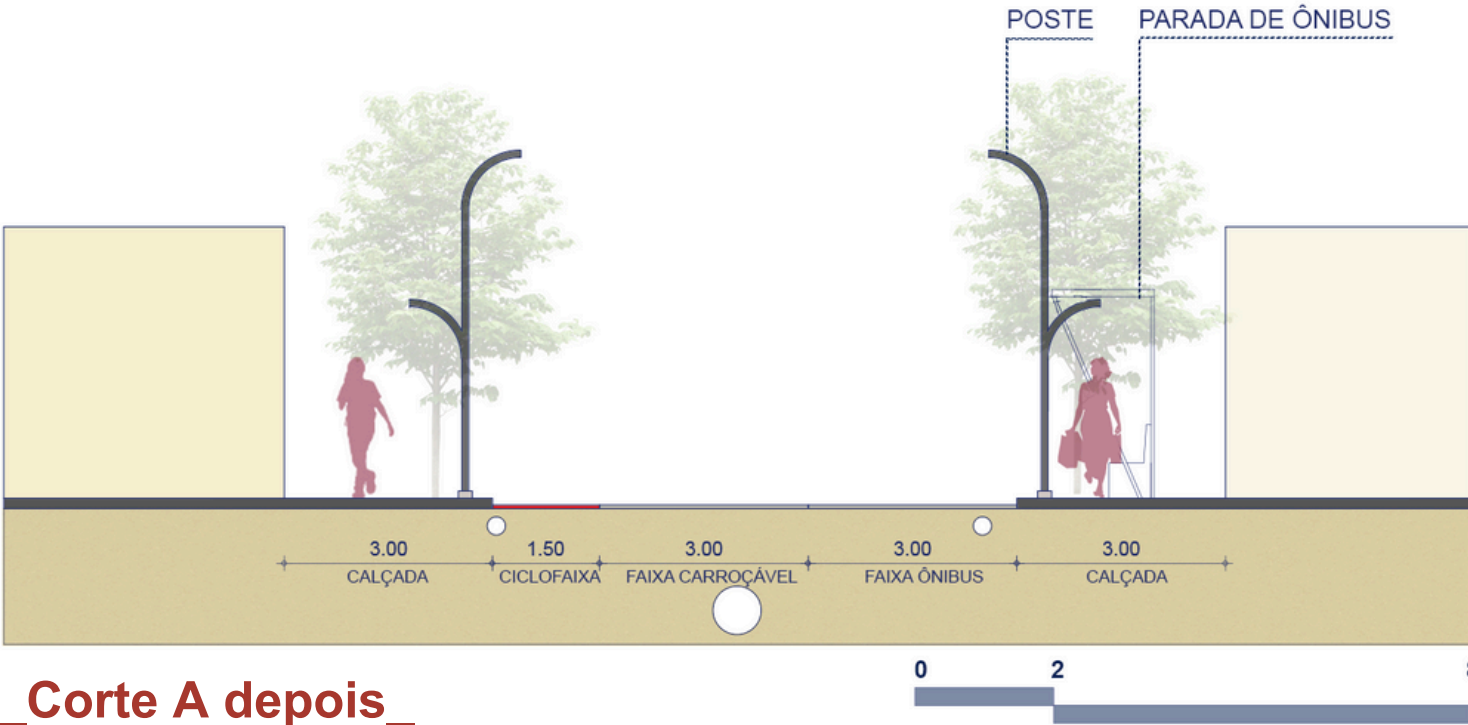


Figura 67 - Ampliação 1  
Fonte: Elaborado pela autora.



\_Corte A antes\_



\_Corte A depois\_

Figura 68 - Cortes antes e depois ampliação 1  
Fonte: Elaborado pela autora.

\_ampliação 02 - Avenida Professor Gomes de Matos\_

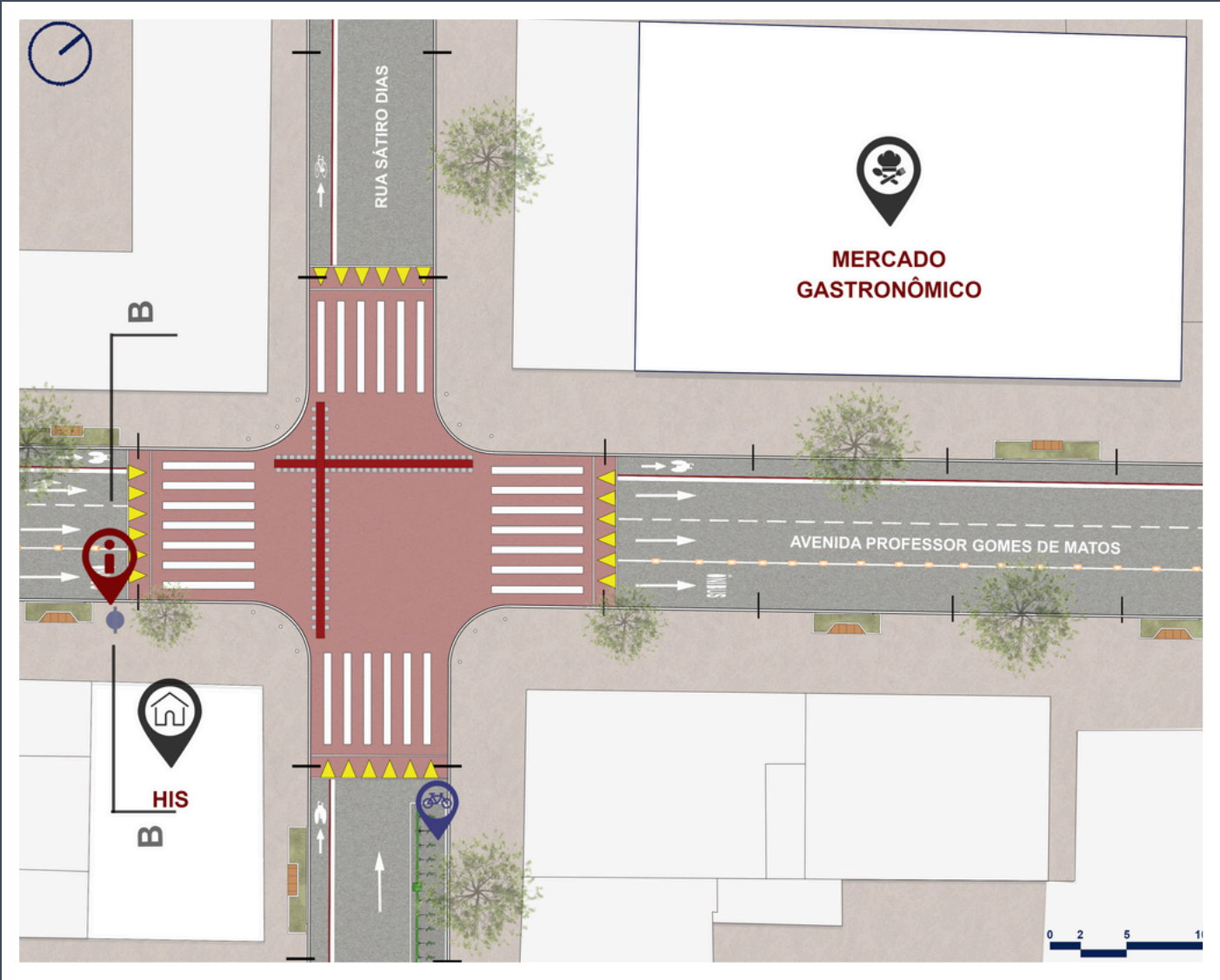
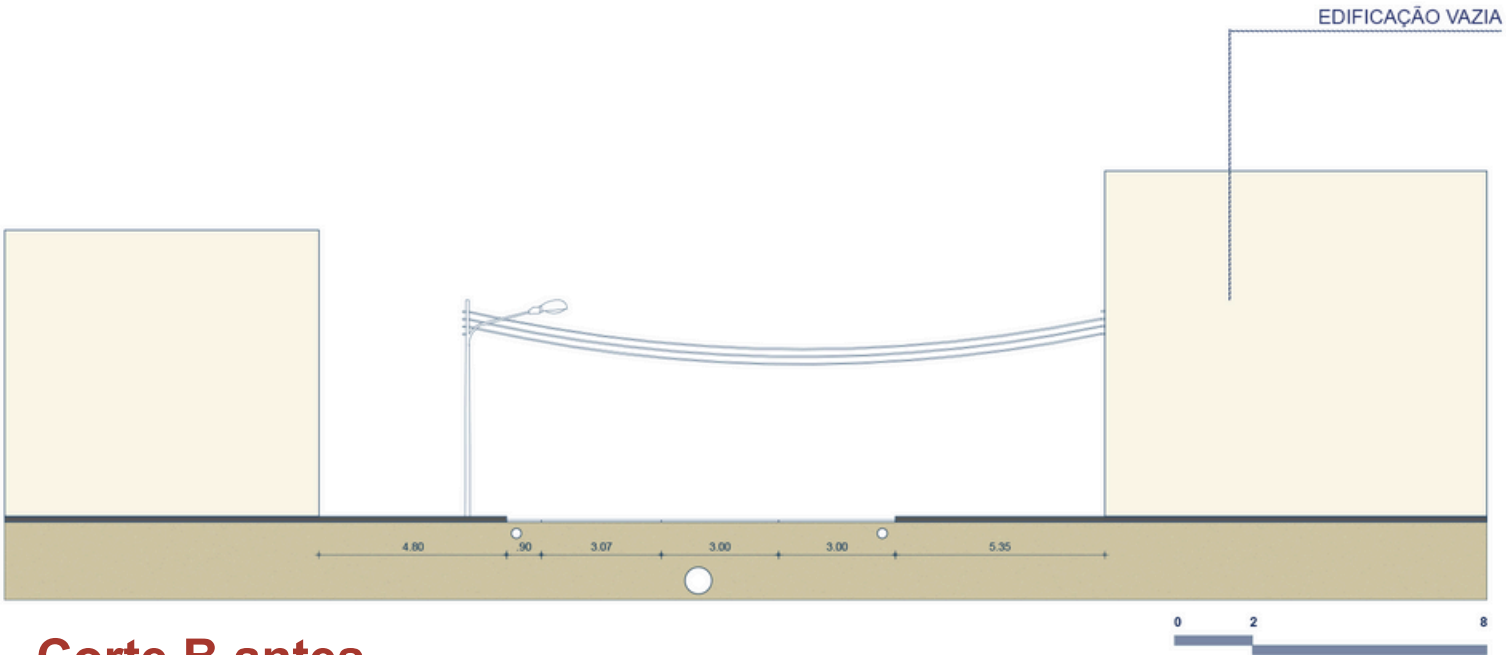
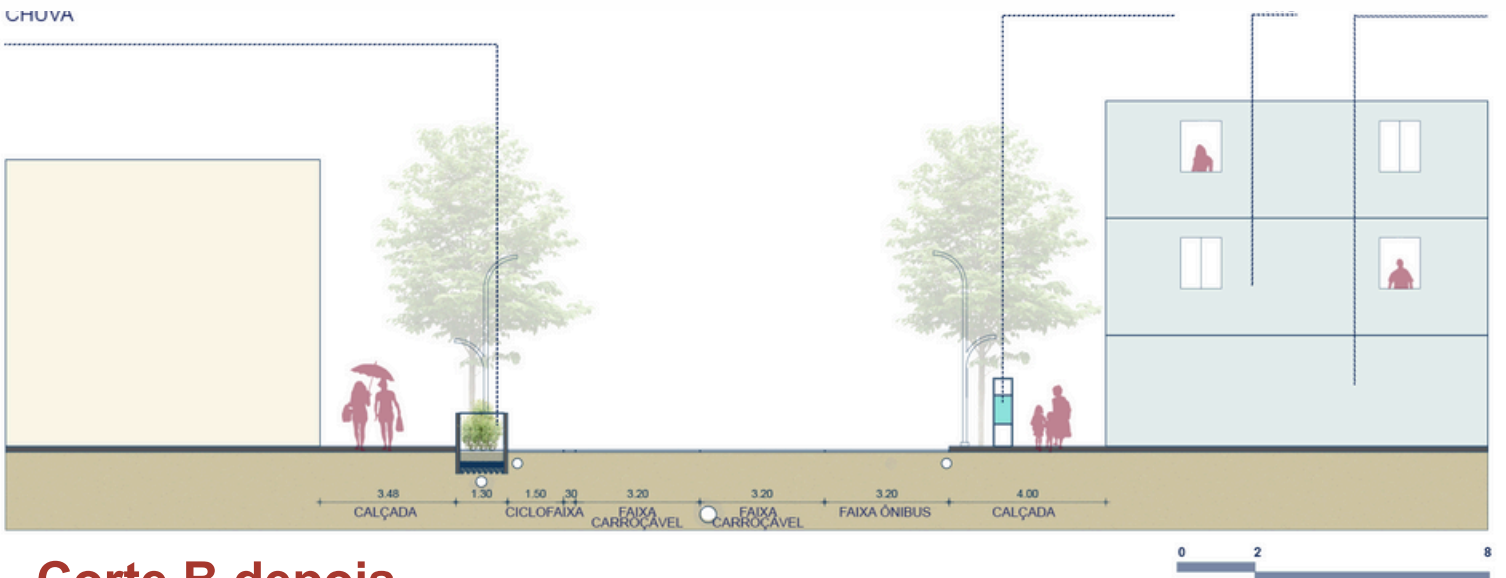


Figura 69 - Ampliação 2  
Fonte: Elaborado pela autora.



\_Corte B antes\_



\_Corte B depois\_

Figura 70 - Cortes antes e depois ampliação 2  
Fonte: Elaborado pela autora.



# considerações finais

Este trabalho buscou trazer estratégias e ações voltadas para o planejamento do espaço urbano a partir da perspectiva da mulher, trazendo reflexões sobre a relação entre gênero, raça e espaço urbano e expondo como as dinâmicas sociais e urbanísticas moldam as nossas experiências na cidade. A análise teórica, baseada nos conceitos de gênero, interseccionalidade e planejamento urbano, nos ajuda a entender como as cidades, muitas vezes desenhadas a partir de uma visão masculina e excluindo as necessidades das mulheres, contribuem para a desigualdade e insegurança.

Uma das contribuições deste trabalho é a pesquisa de campo realizada e a produção de dados primários sobre o bairro Montese. A partir disso, foi possível identificar aspectos do ambiente urbano que intensificam o medo e a vulnerabilidade das mulheres, com destaque para os edifícios vazios ou abandonados, os “usos críticos” e as fachadas inativas.

Os resultados mostraram aspectos do espaço urbano que poderiam ser transformados para mitigar os efeitos da insegurança, como melhorias na infraestrutura, maior presença de equipamentos públicos e incentivo à ocupação de áreas subutilizadas. Sabendo disso, foi desenvolvido um plano de bairro para o Montese, com propostas de intervenções de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de promover um planejamento sensível ao gênero e tornar o bairro mais seguro para meninas e mulheres.

A metodologia utilizada neste estudo tem o potencial de ser replicada em outros bairros de Fortaleza e em cidades de diferentes regiões, especialmente naquelas com elevados índices de violência de gênero. Ao identificar fatores espaciais específicos que agravam essa violência, a aplicação sistemática dessa abordagem pode apoiar a formulação de políticas públicas baseadas na realidade local, com foco na redução das desigualdades de gênero. Por fim, é importante reconhecer que as desigualdades e a violência de gênero são questões complexas e multifacetadas, que não podem ser solucionadas unicamente por intervenções no espaço urbano. Contudo, entender como o ambiente construído pode potencializar ou amenizar esses problemas é um passo essencial.



**referências**





ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Da Criminologia Crítica à Criminologia Feminista: A Violência Sexual, a Mulher e o Feminismo no Controle Penal**. In: Vera Regina P. de Andrades. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão 2ª Reimp.*, Coleção *Pelas Mãos da Criminologia*, Cap. 3, pp. 125-157. Rio de Janeiro: Revan 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. Trad.

BIROLI, Flávia et al. **Feminismo e política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

BONDI, Liz. **Gender symbols and urban landscapes**. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. **São Paulo: Difusão europeia do livro**, v. 2, 1967.

BRASIL, Constituição. Constituição Federal Brasileira de 1988. **BRASIL, Lei 5788/90. Estatuto da Cidade**.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. **As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI**. In: *Direito à Cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: IbdU, 2017.p.37-40.

CAVALCANTE, Ernesto. *Associação Viver Capoeira*. Mapa Cultural Ceará, [s.d.]. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/10325/>. Acesso em: 16 set. 2024.

CORADIN, Renata. *Arquitectura e gênero: três projetos em Viena*. In: *I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible*, Barcelona, 25, 26 y 27 de febrero de 2014. Máster Laboratorio de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI, 2014. p. 156-161.

COSTA LIMA, Mariana Quezado. *Ver a cidade: modelagem da informação*

COSTA LIMA, Mariana Quezado;FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio; CARDOSO, Daniel Ribeiro. **Modelagem da informação para a regulação urbanística dos assentamentos precários em Fortaleza**. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. e20180199, 2019.

COSTA, Eudália Ellen Ferreira da; COSTA LIMA, Mariana Quezado. *Representação de mulheres negras na arte urbana em territórios embranquecidos em Fortaleza*. **Anais do Seminário Urbanismo na Bahia, urbBA [23]**: Territórios ex-Cêntricos: sujeitos, ações, interfaces, Salvador, Bahia, ano 2023, n. 2316-6606, ed. 13, p. 822-839, 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/stefa/Downloads/Anais%20urbBA23\\_FINAL.pdf](file:///C:/Users/stefa/Downloads/Anais%20urbBA23_FINAL.pdf). Acesso em: 30 nov. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. – Boitempo, 2016

DE SEGURANÇA PÚBLICA, FBSP Anuário Brasileiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2017 [em linha]. 2017.

Fortaleza (2016). *Plano de Habitação de Interesse Social*. In Fortaleza. *Plano Fortaleza 2040: equidade social, territorial, e econômica* (Vol. 2). Fortaleza: Iplanfor.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

GONZÁLEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**, In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual* - Rio de Janeiro, Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. São Paulo, ANPOCS, 1984, pp. 223-244.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. *Estud Pesq* [Internet], v. 38, p. 1-13, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE-Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2022.

INSTITUTO PÓLIS. **A baixa representatividade no legislativo**. 2022. Acesso em: <https://polis.org.br/estudos/baixa-representatividade-no-legislativo/>. Acesso em 03 Mar. 2024.

IZQUIERDO, M.J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1990.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. Coleção *Cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa.

KAIL, Eva. *Fair Shared City: Gender Mainstreaming Planning Strategy* In Vienna. In: VALDIVIA, Blanca; CIOCOLETTO, Adriana. *Estudios urbanos, género y feminismo. Teorías y experiencias*. p. 119-129. 2012.

KERGOAT, D. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Míriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros**. In: *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. 1984. p. 223-223.

MENEZES, Clarissa Salomoni; SANTIAGO, Antônia Vitória Neves. *Outras cartografias: o lugar do gênero na toponímia de Fortaleza*. In *Anais do 18º SHCU – Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, Natal/RN, nov. 2024

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Arquitetura e Política: Ensaios para Mundos Alternativos. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

MORETTI, R. de S. **Normas urbanísticas para habitação de Interesse Social: Recomendações para elaboração.** para regulação de assentamentos informais. 2017. São Paulo: FINEP, 1997

PAZ, Desiree Martins. Queimação de Judas do Montese. Mapa Cultural Ceará, [s.d.]. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/18887/#/tab=sobre>. Acesso em: 16 set. 2024.

PDPFor, Prefeitura de Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/catalogodeservico/pdp\\_com\\_alteracoes\\_da\\_lc\\_0108.pdf](https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/catalogodeservico/pdp_com_alteracoes_da_lc_0108.pdf).

PEREIRA, Jô. Mobilidade: território, gênero e raça – corpo político no combate ao racismo. In Mobilidade antirracista. – São Paulo, SP: Autonomia Literaria, 2021. p.175

PUNT-6, Col-lectiu. **Entornos habitables. Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno.** 2017. Disponível em: <https://www.punt6.org/es/books/entornos-habitables/>.

PUNT-6, Col-lectiu. Guía para el diseño de espacios públicos con perspectiva de género interseccional. 2023. Disponível em: <https://www.punt6.org/es/books/guia-per-al-diseny-despais-publics-amb-perspectiva-de-genero-interseccional-2/>.

SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, n. 2, p. 59-79, 1997.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. **Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática.** Encontro Nacional da ANPUR, v. 17, p. 1-19, 2017.

SEBALHOS, Carolina Frasson; FLORES, Anelis Rolão; COELHO, Daniela Cristien SM. **Violência, gênero e urbanismo:** Aspectos Da Dominação Masculina Na Organização Das Cidades. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 3, n. 9, 2019.

SMDU-SP – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Plano Diretor Estratégico. [s. d.a]. Disponível em: [gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-pde/](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-pde/). Acesso em: nov. 2024.

SOUTO, Anna Luiza Salles. **Gênero e cidades: violência, assédio e exclusão.** In: Direito à Cidade: uma outra visão de gênero. São Paulo: Ibdu, 2017.p.70-72.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. Práxis Educacional, v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020

TRUTH, Sojourner. **Ain't I a Woman?**. 1851.

VELOSO, Luiza Lins. **O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia.** In: Direito à Cidade: uma visão por gênero. São Paulo: Ibdu, 2017.p.37-40.  
VIENA. Manual for Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development. Viena, 2013

XIMENES, Raimundo N. De Pirocaia a Montese: fragmentos históricos. Fortaleza, 2004.

XIMENES, Raimundo Nonato. **Montese.** Coleção Pajeú. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.